INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

30 ANOS
DE **25 DE ABRIL**

UM RETRATO ESTATÍSTICO

Abril é Evolução
30 anos

Ano de edição 2004

O 25 de Abril de 1974 foi um momento central da nossa história contemporânea. Portugal é um país em permanente evolução desde Abril de 1974 que, após a consolidação da Democracia, tem enfrentado com sucesso o desafio do Desenvolvimento, caminhando para a construção de uma sociedade mais avançada e mais solidária. Os indicadores da mudança económica e social dos últimos trinta anos confirmam esta evolução marcante do país, que hoje possui modernas infra-estruturas rodoviárias e de transportes, onde a qualidade de vida média da população cresceu de forma significativa, a esperança média de vida aumentou, e em que a generalidade da população tem acesso a todos os níveis de ensino, bem como aos meios culturais.

Como a maioria dos indicadores apresentados nesta obra salientam, a ainda jovem democracia foi o quadro político indispensável do processo de desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa, hoje preparada para encarar com mais confiança os novos desafios da globalização. Para além da condição democrática é essencial reconhecer o papel decisivo que foi desempenhado pela nossa integração europeia e tudo o que esta representou de estímulo ao progresso nacional nos mais diversos domínios. Entre as muitas áreas que este livro apresenta e analisa, gostaria de destacar algumas que me parecem essenciais.

O capital educacional é um dos mais importantes instrumentos de modernização da sociedade portuguesa. Apesar do grande avanço da rede de escolas e universidades, e da escolarização dos portugueses ser bem visível nos indicadores apresentados neste livro, o grande desafio dos próximos anos é o de resolver o problema do abandono precoce do sistema educacional, que ainda marca certos estratos da sociedade portuguesa. Esta é uma batalha que terá de ser vencida e que iremos mesmo vencer.

As condições de vida dos portugueses melhoraram tão significativamente que quase que eliminaram a memória do passado, sobretudo nas geração mais jovens. Basta relembrar o assustador número de alojamentos que em 1974 não possuíam electricidade, água canalizada ou esgotos, e compará-los com os de hoje. Este é um campo onde qualquer pessimismo conjuntural não poderá apagar a mudança, seja qual for o indicador escolhido.

No entanto, as profundas mudanças inerentes à nova sociedade de informação, à inovação tecnológica, e à concorrência acrescida a nível mundial, não permitem a nenhuma sociedade um lugar garantido na escala do desenvolvimento. Outro desafio determinante para o nosso futuro é pois o do crescimento de uma activa e dinâmica sociedade civil, com uma mais saudável relação com o Estado. Esse capital social revela-se indispensável à iniciativa empresarial e à capacidade institucional que constituem factores relevantes para o desenvolvimento e a qualidade da Democracia.

Os indicadores aqui apresentados e comentados pelo Instituto Nacional de Estatística no âmbito da Comemorações dos 30 anos do 25 de Abril serão certamente um importante instrumento de balanço e deverão incentivar a reflexão presente sobre os desafios do Desenvolvimento para a sociedade portuguesa. Espero e desejo que essa reflexão alimente uma cada vez maior exigência da nossa sociedade e, muito especialmente, de uma juventude que, justamente, não vai ceder ao derrotismo e ao "pensamento débil" de todos aqueles que ainda vivem numa visão resignada e melancólica de Portugal.

José Manuel Durão Barroso

Primeiro-Ministro

Nota de Apresentação

A presente publicação do Instituto Nacional de Estatística enquadra-se no conjunto de iniciativas que assinalam a passagem do 30º aniversário do 25 de Abril de 1974. Correspondendo ao desafio que lhe foi lançado pelo Comissariado das Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril, o INE procurou nesta obra "retratar" em números os últimos trinta anos da história do nosso País e contribuir para a identificação das principais alterações ocorridas.

A tarefa nem sempre foi fácil. A maior dificuldade não esteve tanto em seleccionar o conjunto de indicadores que melhor pudessem caracterizar uma sociedade, mas sim em identificar um conjunto para o qual fosse possível obter informação consistente desde 1974 até aos nossos dias. Algumas das variáveis estatísticas que então se mediam deixaram entretanto de ser registadas, enquanto que outras começaram a ser observadas apenas há alguns anos. A esta alteração dos indicadores disponíveis corresponde, em muitos casos, uma alteração das prioridades da Sociedade. Temas que são actualmente vistos como decisivos para a caracterizar, tinham em períodos anteriores muito menor importância e, consequentemente, menor cobertura estatística.

A preocupação que tivemos neste trabalho foi menos a de produzir um retrato daquilo que o País é hoje, e mais o de reflectir a sua evolução ao longo dos últimos trinta anos. Assim, em geral procurámos séries estatísticas para as quais houvesse informação desde a década de setenta até aos nossos dias embora, num caso ou noutro, por indisponibilidade de informação anterior, as séries comecem apenas na década de oitenta. Quando a informação estatística disponível se reportava apenas à última década, optámos por não incluir essa variável, mesmo quando ela é, na actualidade, reconhecidamente importante.

Toda a informação incluída nesta publicação tem as respectivas fontes devidamente assinaladas ao longo do texto. Existiram casos para os quais a informação nos foi fornecida por algumas instituições, especificamente para este trabalho, razão pela qual as indicamos e lhes expressamos o nosso agradecimento: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; Direcção Geral de Saúde; Gabinete de Política Legislativa e Planeamento; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade.

INE, Abril de 2004

Director
Presidente do Conselho de Administração
José Mata

Editor
Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 73

Capa
Central de Comunicação, S.A.

Composição
Central de Comunicação, S.A.
Colaboração de Isabel Guedes - INE

Impressão
Instituto Nacional de Estatística

Tiragem: 1 000 exemplares

Depósito legal nº 209588/04

Preço: 12,00 € (IVA incluído)

ISBN 972-673-728-1

O INE na Internet **www.ine.pt**

Sinais convencionais

...	Dado confidencial
o	Dado inferior a metade da unidade utilizada
x	Dado não disponível
>	Maior
≥	Maior ou igual
≤	Menor ou igual
%	Percentagem
‰	Permilagem
-	Resultado nulo

©INE, Lisboa. Portugal, 2004 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

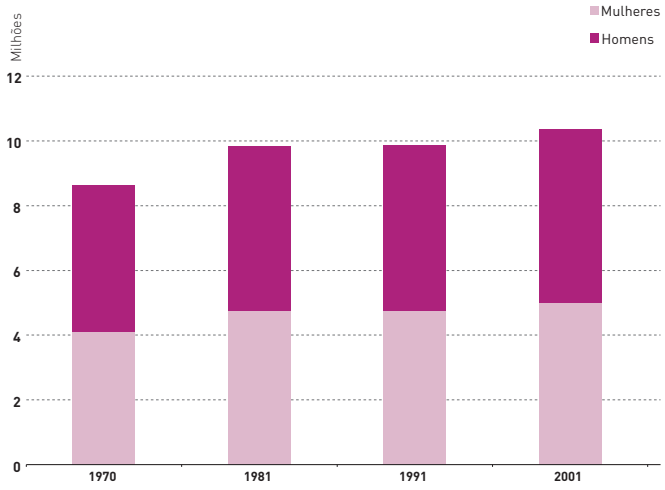
1. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO | **7**
2. FAMÍLIA | **15**
3. MULHERES E HOMENS | **21**
4. HABITAÇÃO | **31**
5. EDUCAÇÃO | **37**
6. EMPREGO E SALÁRIOS | **41**
7. CONDIÇÕES DE VIDA | **49**
8. SAÚDE | **57**
9. PROTECÇÃO SOCIAL | **63**
10. CULTURA E RECREIO | **69**
11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | **73**
12. JUSTIÇA | **79**
13. ECONOMIA | **85**
14. FINANÇAS PÚBLICAS | **93**
15. MOEDA E CRÉDITO | **99**
16. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA | **105**

DN Amin Chaar

1. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

População residente segundo o sexo

Gráfico 1.1

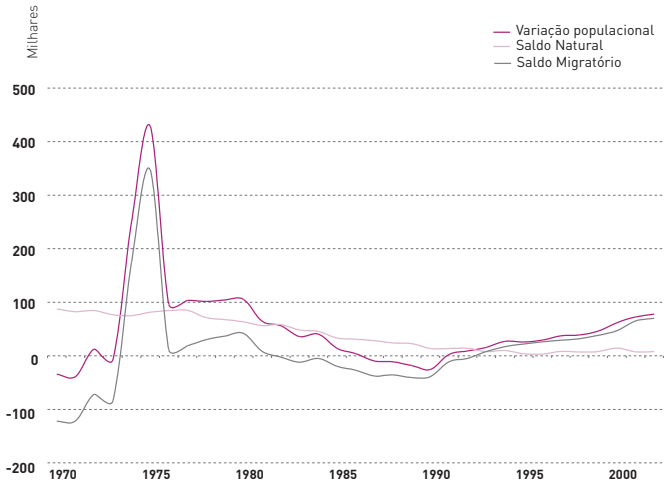


Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

Nas últimas três décadas, a população residente em Portugal passou de cerca de 8,6 milhões para um pouco mais de 10,3 milhões de habitantes (Gráfico 1.1). No entanto, a evolução da população neste período não foi uniforme: as décadas de 70 e 90 foram de crescimento, ao passo que os anos 80 se caracterizaram pela estagnação.

Variação da população, saldo natural e migratório

Gráfico 1.2



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Embora na década anterior à realização dos Censos de 1970 a emigração tenha contribuído para a diminuição da população, em meados da década de 70 a população aumentou bruscamente, em resultado da descolonização (Gráfico 1.2).

A partir dessa altura, assistiu-se a uma estabilização do crescimento populacional, pelo efeito combinado de tendências opostas: diminuição da natalidade e estabilização da emigração, por um lado; e aumento da imigração e da esperança de vida, por outro.

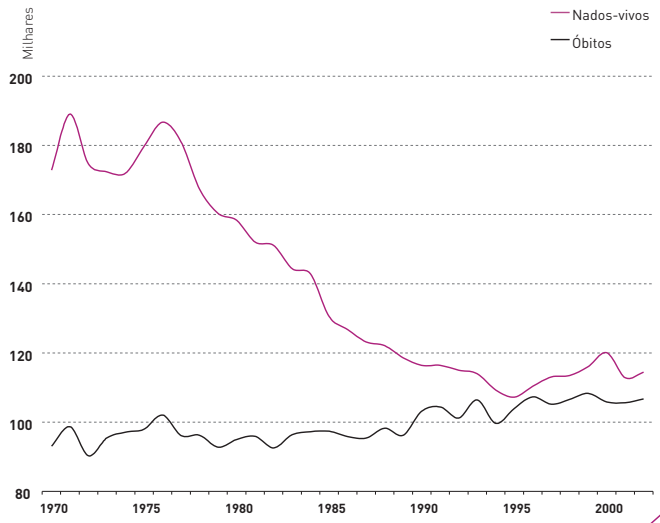
Desde 1974 e até 1986, verificou-se um aumento ligeiro da população. Nos cinco anos seguintes, até 1991, a população diminuiu. A partir dessa data, observou-se um crescimento moderado. Este crescimento demográfico deixou de ser explicado pelo movimento natural (diferença entre nascimentos e óbitos) e passou a ser explicado pelos movimentos migratórios, nomeadamente pela imigração.

Verificou-se um acentuado declínio da natalidade: o número de nados-vivos, que rondava os 180 mil em meados da década de 70, é em 2002 pouco superior aos 110 mil (Gráfico 1.3).

Por outro lado, o número de óbitos subiu ligeiramente. O efeito combinado destes dois fenómenos revela que a dinâmica natural tende para o saldo nulo: passou-se de um saldo natural de cerca de 75 mil indivíduos, em 1974, para cerca de 8 mil em 2002 (Gráfico 1.2).

Nascimentos e Óbitos

Gráfico 1.3



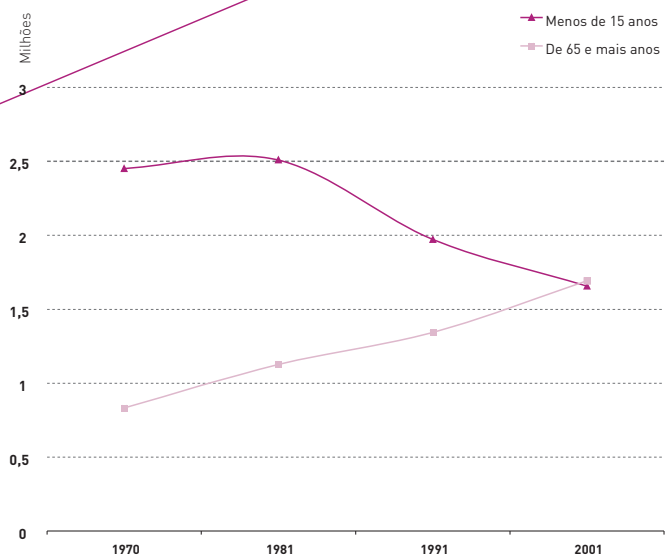
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

O declínio da natalidade e da fecundidade, conjugado com a melhoria das condições gerais de saúde – indiciada pela diminuição da taxa de mortalidade infantil e pelo aumento da esperança média de vida – conduziu a uma importante modificação estrutural da população portuguesa: ao fenómeno do envelhecimento demográfico, resultado da diminuição da população jovem e do aumento da população mais idosa.

Como se pode verificar, com base nos dados censitários, em 2001, a população com 65 ou mais anos superou, pela primeira vez, a população com idade inferior a 15 anos (Gráfico 1.4).

População residente por grupos de idade

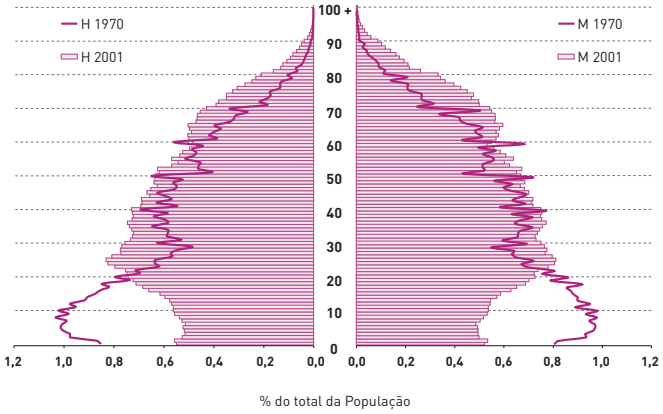
Gráfico 1.4



Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

Pirâmide etária (1970 e 2001)

Gráfico 1.5

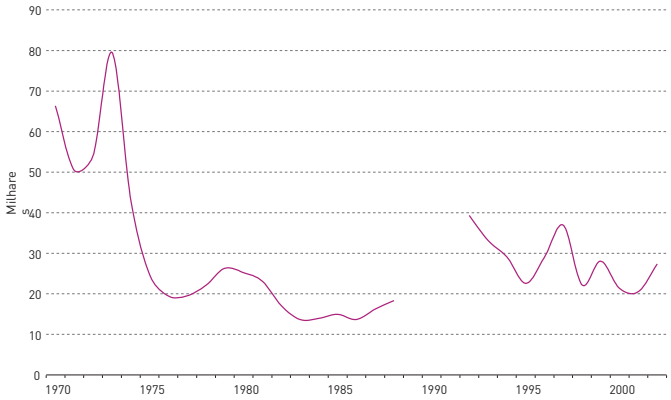


Fonte: INE, Recenseamentos da População (1970, 2001).

A comparação entre as estruturas etárias de 1970 e de 2001, apresentadas no Gráfico 1.5, permite visualizar nitidamente a redução da base da pirâmide etária (população mais jovem) e o alargamento da respectiva parte superior (população mais envelhecida).

Emigrantes segundo o ano de saída

Gráfico 1.6



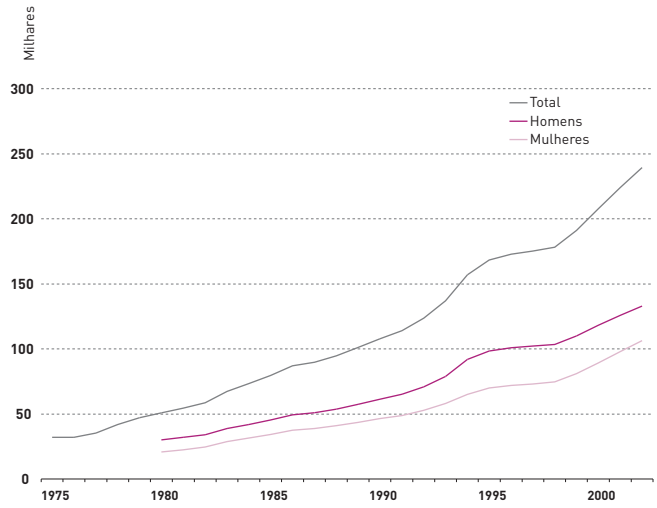
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.
Notas: Dados não disponíveis entre 1989 e 1991. Até 1995, não havia distinção entre emigrante permanente e temporário. A partir de 1976, inclui emigração permanente e temporária.

No entanto, as migrações atenuaram inicialmente e inverteram posteriormente este processo de declínio demográfico. De facto, por um lado, o ritmo de emigração reduziu-se desde meados dos anos 70, oscilando hoje entre os 20 e os 30 mil emigrantes por ano, muito longe dos valores atingidos anteriormente (Gráfico 1.6).

Verificou-se que nas últimas décadas, dado o aumento da imigração, indiciado pelo crescimento contínuo de estrangeiros registados, Portugal passou a constituir um país dominantemente de atracção. A imigração, inicialmente sobretudo de origem africana e em que a instituição familiar desempenha um papel importante, tem vindo a alterar a sua natureza. O aumento do rácio de masculinidade dos estrangeiros registados na última década, traduz um novo fluxo migratório, predominantemente masculino com origem principal nos países de leste (Gráfico 1.7).

População estrangeira, com estatuto legal de residência, segundo o sexo

Gráfico 1.7



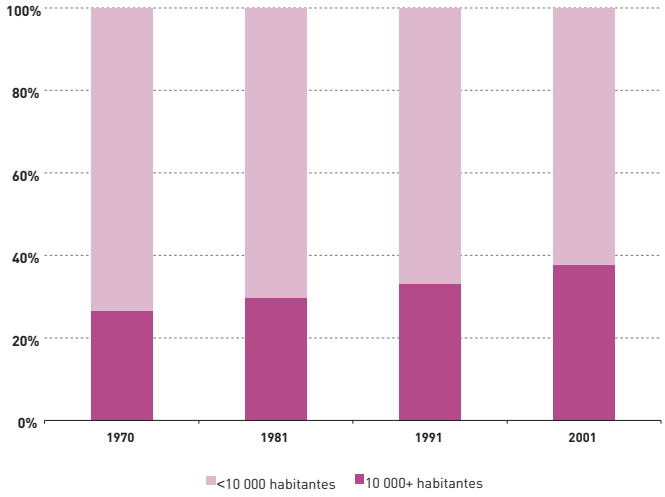
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.
Nota: Dados provisórios para 2002.

As transformações demográficas das últimas três décadas tiveram, também, tradução ao nível territorial: em traços gerais, pode afirmar-se que se acentuaram as assimetrias regionais na distribuição da população. Acentuou-se uma tendência para a concentração nos centros urbanos, qualquer que seja a sua dimensão, desde as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, aos pequenos centros urbanos do interior. Na verdade, as localidades com mais de dez mil habitantes que no início dos anos 70 concentravam cerca de 27% da população, passam agora para um valor próximo dos 38% (Gráfico 1. 8).

São as regiões do litoral que mais crescem, ao contrário dos concelhos do interior que perdem população. Esta litoralização da população, é visível no mapa que representa a variação da densidade populacional entre 1970 e 2001 (Mapa 1.1).

População residente em aglomerados populacionais com 10 000 ou mais habitantes

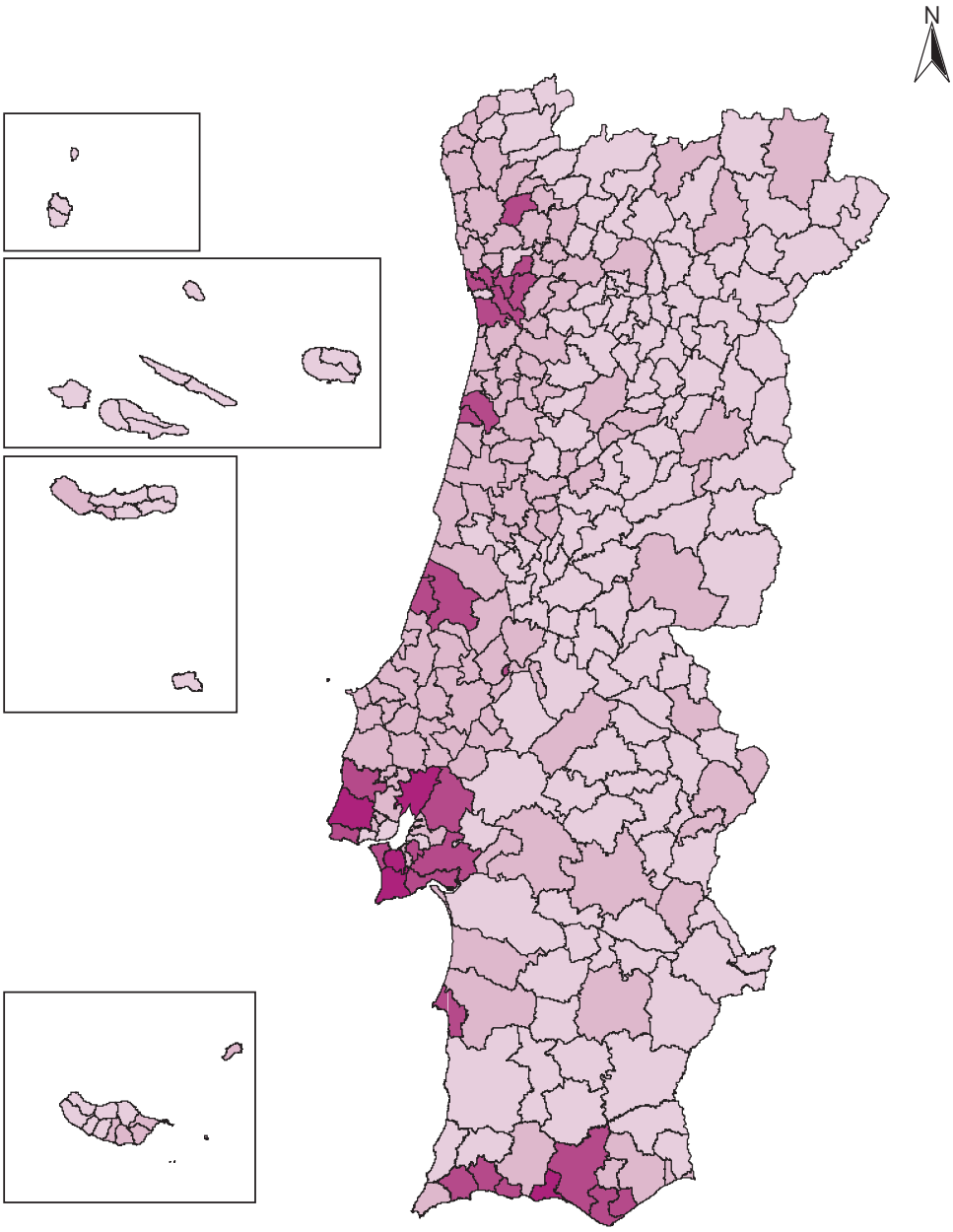
Gráfico 1.8



Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

Variação de densidade populacional, por concelho (1970-2001)

Mapa 1.1



Variação Percentual

- <=-0.05
- -0.04 - 0.49
- 0.50 - 1.14
- >= 1.15
- Concelho

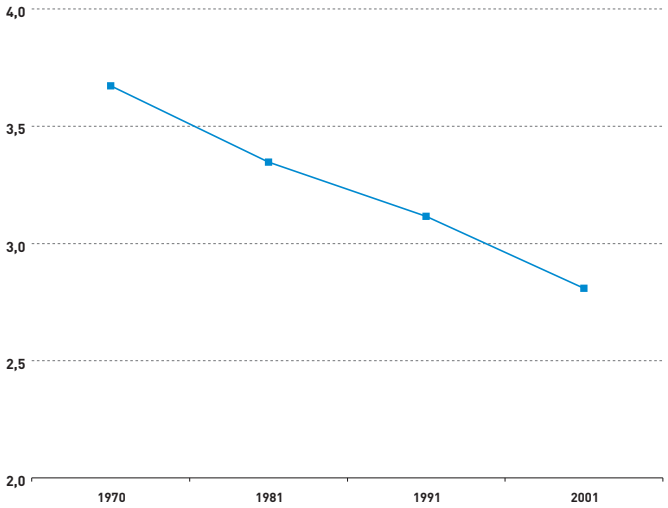
escala 1:3 100 000

DN António Aguiar

2. FAMÍLIA

Dimensão média das famílias

Gráfico 2.1

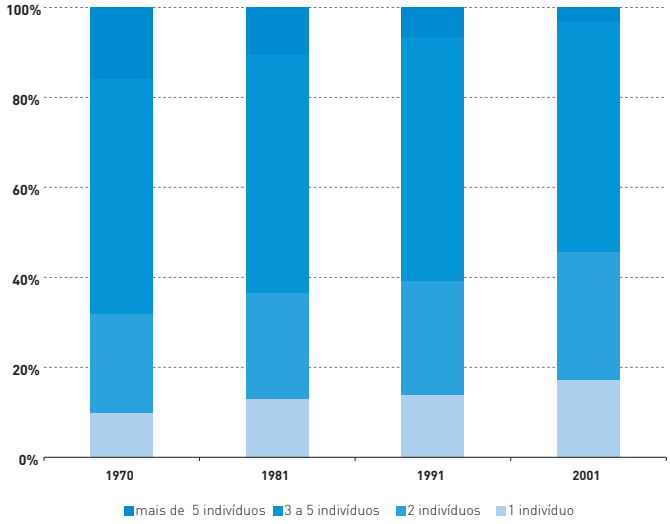


Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

O eco das mudanças iniciadas nos anos 60 reflectiu-se nas transformações ocorridas nas famílias portuguesas no decurso das últimas três décadas. Em primeiro lugar, a dimensão da família tem vindo a reduzir-se progressivamente, passando duma dimensão média de cerca de 3,7 pessoas em 1970, para 2,8 em 2001 (Gráfico 2.1).

Famílias, segundo a dimensão

Gráfico 2.2



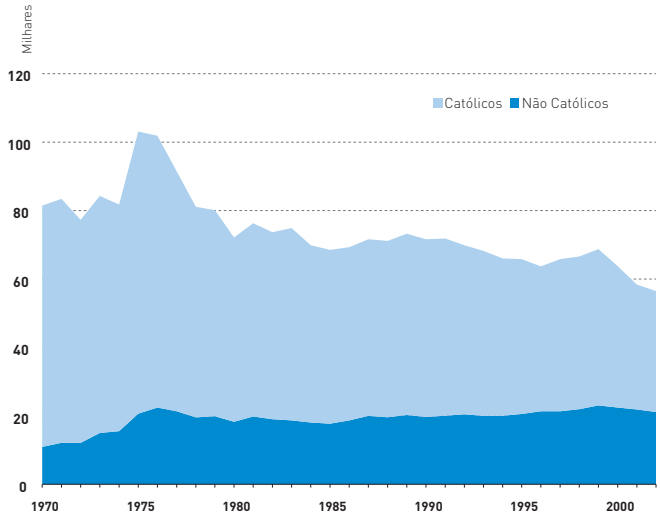
Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

As famílias de grande dimensão – com mais de 5 pessoas – que representavam inicialmente cerca de 16%, constituem hoje menos de 3% das famílias existentes (Gráfico 2.2).

Por outro lado, o número de famílias constituídas apenas por um indivíduo, é hoje cerca de três vezes maior do que em 1970. Nesta categoria, assumem especial relevo as famílias compostas por mulheres idosas e, mais recentemente, por homens dos 15 aos 64 anos. Paralelamente a este fenómeno, sublinhe-se também a importância assumida recentemente pelas famílias monoparentais.

Casamentos celebrados, segundo a forma de celebração

Gráfico 2.3

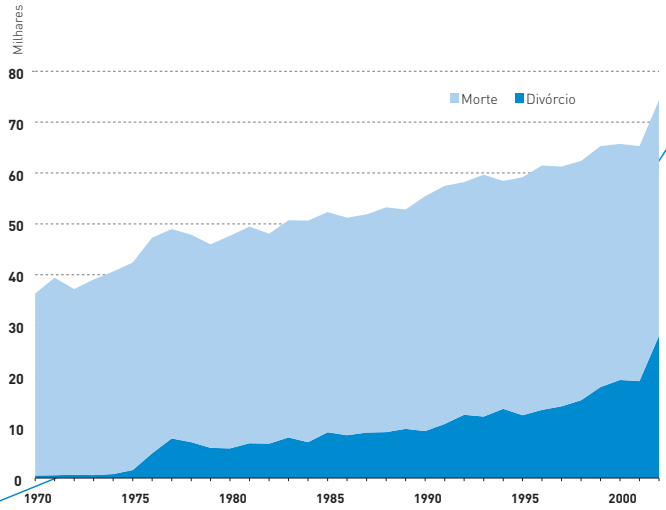


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

O número de casamentos aumentou desde o início do período em análise, até 1975, tendo vindo a decrescer desde então (Gráfico 2.3). Hoje, o número de casamentos representa pouco mais de metade dos realizados nesse ano.

Casamentos dissolvidos por morte e divórcio

Gráfico 2.4



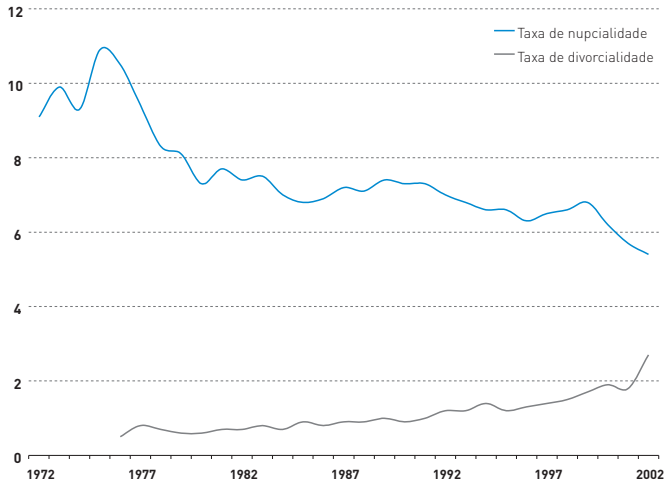
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

No início dos anos 70, sete em cada oito casamentos eram celebrados de acordo com o ritual católico. Hoje, cerca de 63% realizam-se dessa forma. Comparando 1970 com o momento actual, pode-se concluir que hoje se realizam metade dos casamentos católicos e o dobro dos não católicos.

A dissolução do casamento por motivo de divórcio tem sido um fenómeno marcante das últimas três décadas: de facto, o número de divórcios cresce duma forma acentuada nos três anos após 1974, decresce ligeiramente até 1980 e vem crescendo sucessivamente a partir de então (Gráfico 2.4).

Taxa de nupcialidade e de divorcialidade

Gráfico 2.5

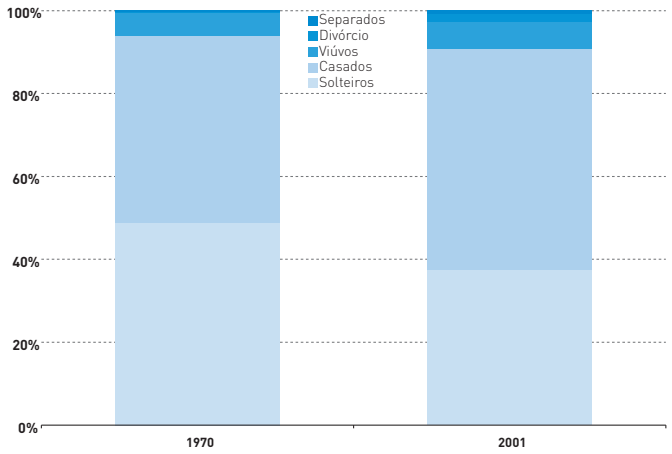


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.
Notas: Taxa bruta de nupcialidade - Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 habitantes).
Taxa bruta de divorcialidade - Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 habitantes).

A evolução da taxa de nupcialidade (número de casamentos por mil habitantes) confirma a tendência atrás referida, sobre a diminuição dos casamentos. A taxa de divorcialidade (número de divórcios por mil habitantes) é hoje mais de cinco vezes superior ao valor de 1976 (Gráfico 2.5).

População residente, segundo o estado civil

Gráfico 2.6



Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991e 2001.

De acordo com os últimos Censos, o número de divorciados é hoje cerca de doze vezes superior ao valor de 1970 (Gráfico 2.6).

A idade em que os portugueses têm vindo a realizar o primeiro casamento diminuiu até 1983 e aumentou desde então (Gráfico 2.7).

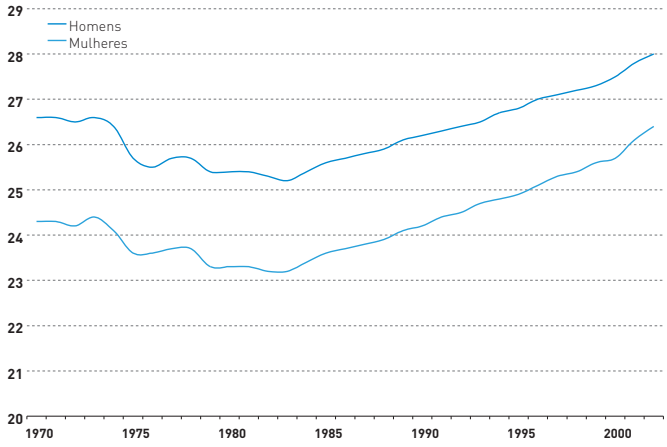
Em 2002, os homens casavam-se, em média, aos 28 anos e as mulheres aos 26,4 (1,4 e 2,1 anos, respectivamente, mais tarde do que o que sucedia em 1970).

Também a diferença da média de idades entre homens e mulheres ao primeiro casamento diminuiu entretanto, passando de 2,3 para 1,6 anos.

Esta entrada tardia no casamento traduz fenómenos como os do alongamento do percurso escolar dos jovens e o da importância crescente de outras formas de entrada na conjugalidade, com carácter mais informal.

Idade média ao primeiro casamento

Gráfico 2.7



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

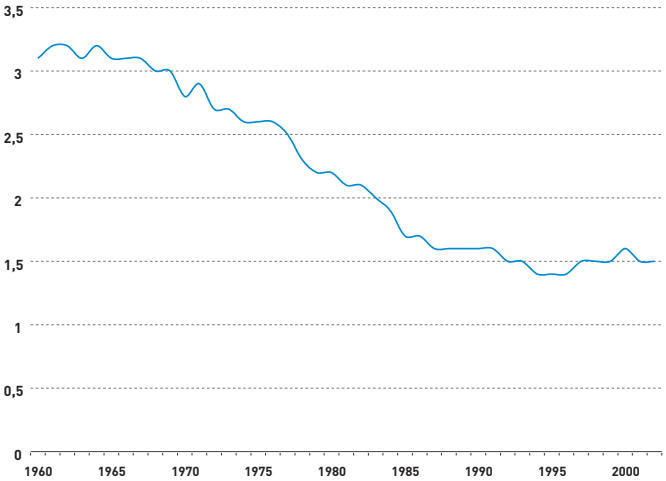
Os padrões de fecundidade influenciam a dimensão dos agregados familiares e a estrutura etária da população.

O índice sintético de fecundidade reduziu-se até 1995. A partir daí, estabilizou. A partir de 1983, o índice tornou-se inferior ao nível mínimo necessário para a substituição de gerações (2,1 crianças por mulher), contribuindo para o envelhecimento demográfico. O número de crianças nascidas vivas por mulher é hoje cerca de metade do que era no início dos anos 70 (Gráfico 2.8).

Em termos da distribuição da população pelo estado civil, o envelhecimento da população traduziu-se não só no aumento da proporção de casados que passou de cerca de 45% em 1970 para mais de 53% em 2001, como também pelo aumento relativo da viuvez. Existem hoje mais 194 mil viúvos do que em 1970, sendo a maior parte do sexo feminino – (Gráfico 2.6).

Índice sintético de fecundidade

Gráfico 2.8



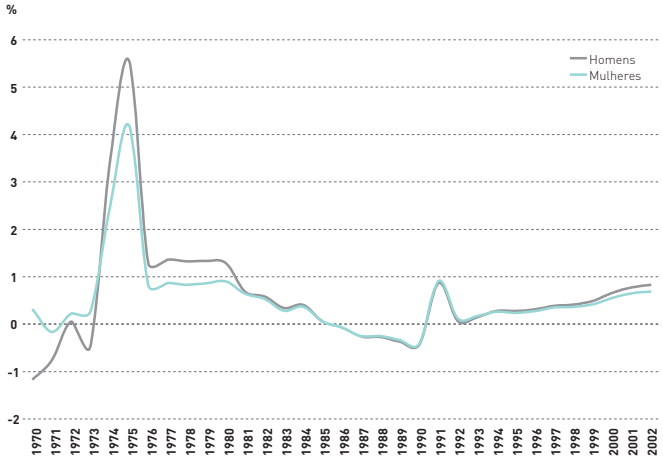
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.
Nota: Índice sintético de fecundidade - Número médio de crianças nascidas vivas por mulher.

DN Bruno Peres

3. MULHERES E HOMENS

Taxa de crescimento efectivo, por sexo

Gráfico 3.1

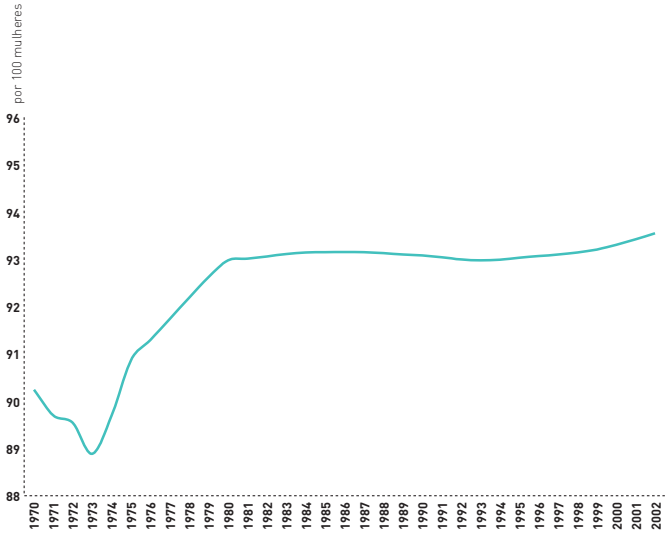


Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

Nos últimos trinta anos, os efectivos populacionais feminino e masculino registaram um crescimento relativo semelhante, embora ligeiramente superior nos homens. Assim, entre 1970 e 2001, o número de homens residentes no país aumentou 22% enquanto, nas mulheres, esse crescimento foi de cerca de 18% (Gráfico 3.1).

Relação de masculinidade

Gráfico 3.2



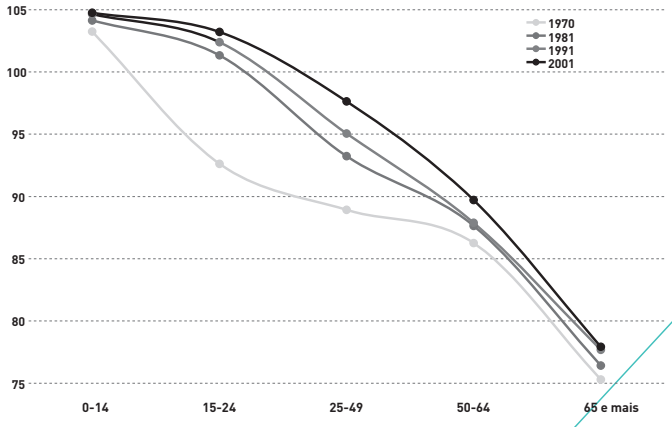
Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

Ainda assim, o número de homens tem sido sempre inferior a metade da população portuguesa. A evolução da relação de masculinidade ilustra esta realidade, revelando contudo períodos de comportamento distinto. Desde o início da década de 70 até 1973, ano que ficou abaixo dos 89 homens por cada 100 mulheres, a relação de masculinidade exibiu uma trajectória descendente, embora com algumas oscilações. Em 1974, aquela trajectória inverteu-se, tendo-se a relação de masculinidade mantido, desde 1980, relativamente estável em torno dos 93 homens por cada 100 mulheres (Gráfico 3.2). Em 2001, residiam, em Portugal, mais 350 mil mulheres do que homens.

A relação de masculinidade revela uma diminuição clara à medida que se consideram grupos etários superiores, constatando-se, por isso, que é, entre as camadas mais idosas da população, que o número de homens por mulher é menor. A esta evolução não será alheio o fenómeno da sobremortalidade masculina, a partir dos 25 anos de idade, e, consequentemente, a sobre-representação dos indivíduos do sexo feminino nas faixas etárias mais elevadas. Por outro lado, nas últimas três décadas, tem-se assistido a uma tendência de crescimento daquela relação, em qualquer um dos grupos etários considerados. Note-se contudo, em particular, o aumento verificado nesta variável, entre 1970 e 1981, nos grupos etários 15-24 e 25-49 (Gráfico 3.3).

Relação de masculinidade, por grupo etário

Gráfico 3.3

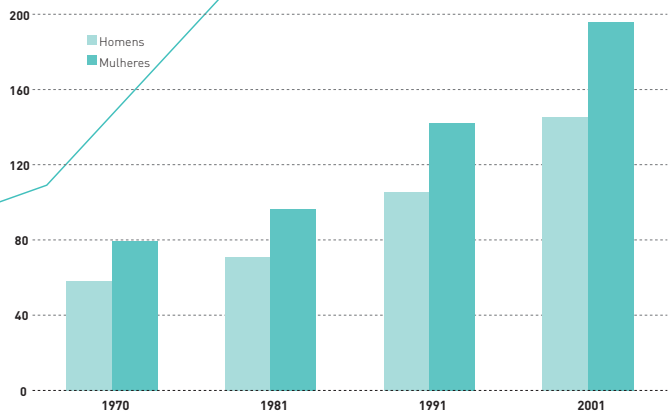


Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Os dados relativos às últimas três décadas sugerem que o fenómeno do envelhecimento demográfico é mais evidente na população feminina: o índice de envelhecimento aumentou, entre 1970 e 2001, 116 pontos entre as mulheres enquanto nos homens o acréscimo se ficou pelos 87 pontos (Gráfico 3.4). A análise da evolução da estrutura etária permite confirmar que é entre os indivíduos do sexo feminino que o fenómeno do envelhecimento é mais marcante.

Índice de envelhecimento, por sexo

Gráfico 3.4



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Taxa de analfabetismo, por sexo (%)

Quadro 3.1

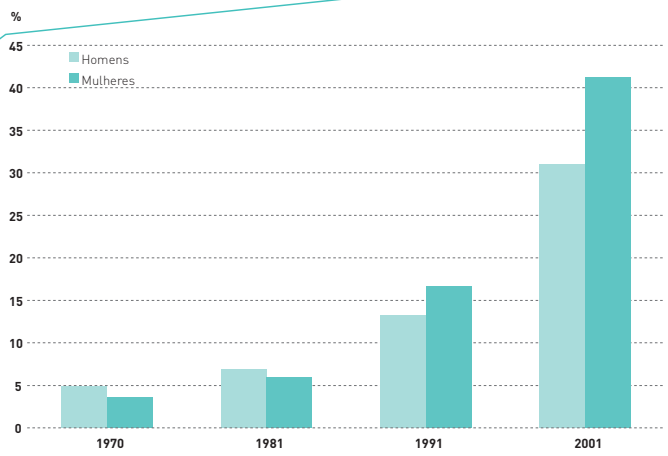
	Homens		Mulheres	
	Total	com 65 ou mais anos	Total	com 65 ou mais anos
1970	19,7	47,0	31,0	64,6
1981	13,7	43,6	23,0	60,3
1991	7,7	29,3	14,1	45,8
2001	6,3	24,5	11,5	40,8

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Nas últimas três décadas, a taxa de analfabetismo tem registado uma tendência clara de redução, em ambos os segmentos populacionais: entre 1970 e 2001, diminuiu 13,4 pontos percentuais, entre os homens, e 19,5, entre as mulheres. Apesar da aproximação verificada, a taxa de analfabetismo feminina continua a ser superior à dos homens: 11,5% contra 6,3%, respectivamente. A discrepância é ainda mais notória nos indivíduos com 65 ou mais anos de idade (Quadro 3.1).

Taxa de participação no ensino superior, por sexo

Gráfico 3.5



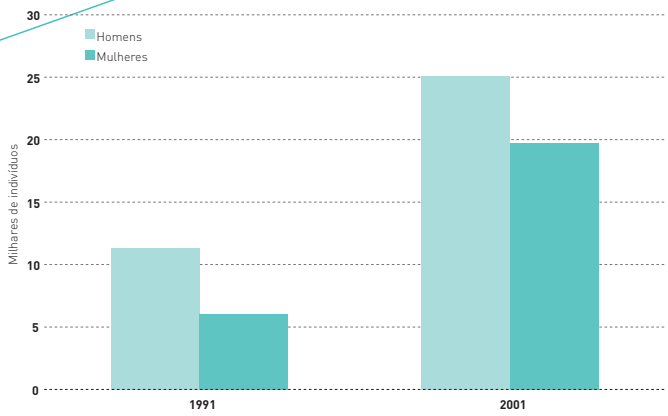
Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970, 1981, 1991e 2001.
Nota: A taxa de participação no ensino superior corresponde à relação entre população a frequentar o ensino superior e a população do grupo etário dos 18 aos 24 anos de idade.

Ao nível do ensino superior, o panorama é distinto. Com efeito se, em 1970 e 1981, a taxa de participação feminina era inferior à masculina, desde 1991 essa constatação inverteu-se. Não só a participação das mulheres neste nível de ensino supera a dos homens, como essa vantagem se alargou entre 1991 e 2001. Neste ano, a proporção de mulheres que frequentavam o ensino superior face ao total de mulheres com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos de idade correspondia a 41%, enquanto nos homens aquela taxa se ficava pelos 31% (Gráfico 3.5).

Por outro lado, o número de mulheres com Mestrado/Doutoramento como nível de qualificação passou numa década (entre 1991 e 2002) de cerca de 6 mil para quase 20 mil; nos homens, o acréscimo absoluto foi ligeiramente superior, mantendo-se, a supremacia deste segmento da população: em 2001, residiam, em Portugal, 25 mil homens com aquele nível de qualificação (Gráfico 3.6).

População residente com o Mestrado/Doutoramento como nível de qualificação, por sexo

Gráfico 3.6

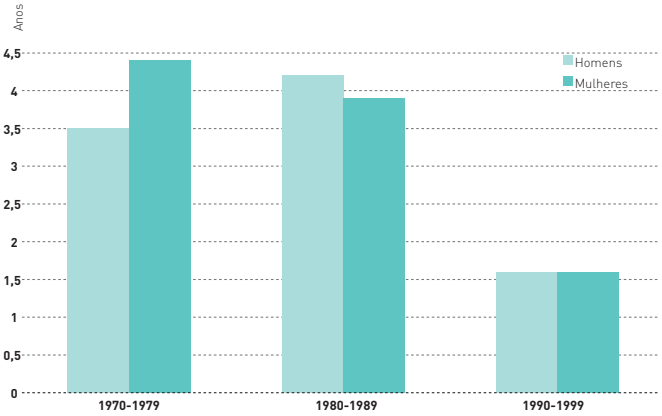


Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.

A esperança média de vida à nascença, tradicionalmente superior nas mulheres, registou acréscimos sucessivos, em ambos os sexos, nas últimas três décadas. Entre as mulheres, o ganho maior registou-se na década de 70 (mais 4,4 anos contra 3,5 nos homens), enquanto, na década seguinte coube aos homens o acréscimo mais expressivo (mais 4,2 nos homens contra 3,9 nas mulheres); entre 1991 e 2001, uns e outros ganharam, em média, mais 1,6 anos de vida (Gráfico 3.7).

Variação da esperança média de vida à nascença, por sexo

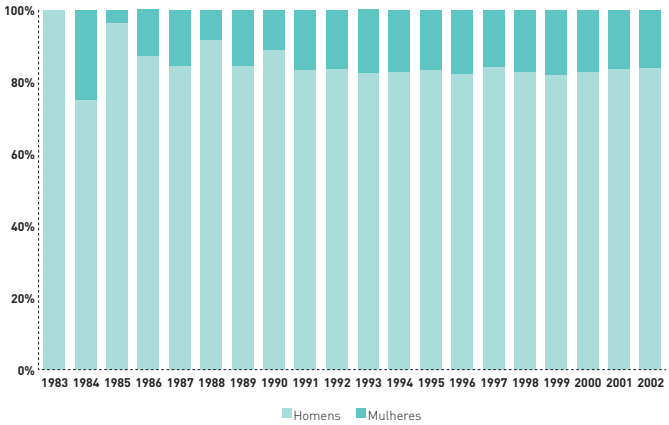
Gráfico 3.7



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Repartição do número de casos de SIDA diagnosticados, por sexo

Gráfico 3.8

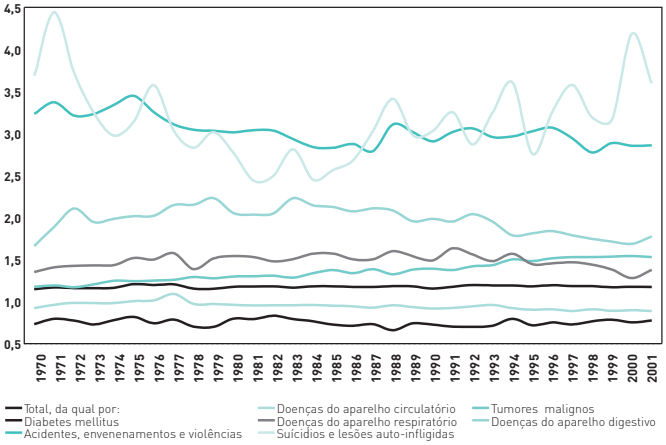


Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Desde 1991, que a proporção de casos de SIDA diagnosticados nas mulheres se mantém relativamente estável, em torno dos 16-17%. Porém, desde 1999, assiste-se a uma redução contínua, ainda que ligeira daquela proporção. Em 1999, o registo de casos diagnosticados é o mais elevado, em ambos os sexos: 811 referentes a homens e 178 referentes a mulheres. Por outro lado, ao ano de 2002 correspondem as quebras mais acentuadas do número de casos diagnosticados, desde 1984, em ambos os sexos (Gráfico 3.8).

Índice de sobremortalidade masculina, por causas de morte

Gráfico 3.9



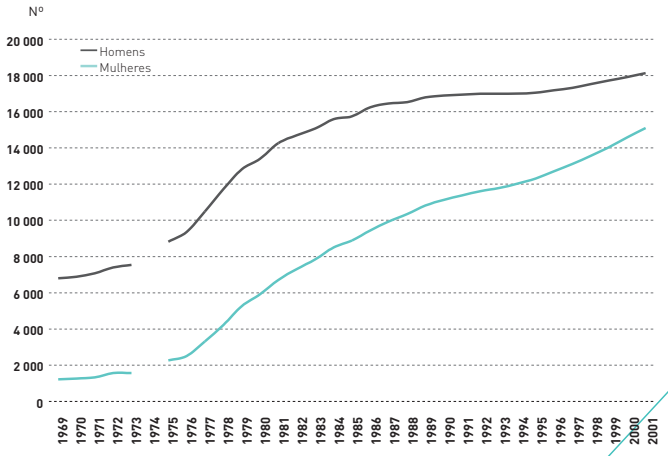
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde. INE, Estimativas de População Residente.
Nota: O índice de sobremortalidade masculina corresponde ao rácio entre a taxa de mortalidade masculina e a taxa de mortalidade feminina. Um valor maior que 1 corresponde a uma taxa de mortalidade masculina superior à feminina; igual a 1, a uma taxa de mortalidade masculina igual à feminina e, menor que 1, a uma taxa de mortalidade masculina inferior à feminina.

Também a taxa de mortalidade feminina tem ficado sistematicamente abaixo da masculina, nas últimas 3 décadas.
Apenas nos óbitos por doenças do aparelho circulatório e por *diabetes mellitus*, se verifica uma sobremortalidade feminina (com excepção dos óbitos por doenças do aparelho circulatório, entre 1975 e 1977). Ainda assim, é nos óbitos por doenças do aparelho circulatório que a mortalidade de mulheres e homens mais se aproxima. A sobremortalidade masculina é particularmente evidente nos *suicídios* e *outras lesões auto-infligidas* e nos *acidentes, envenenamentos e violências*. Note-se, por exemplo, o facto de, em 1971, a taxa de suicídio masculina ter sido mais de 4 vezes superior à feminina (Gráfico 3.9).

As últimas décadas revelam algum progresso registado pelas mulheres no mercado de trabalho, ao terem um acesso crescente a profissões tradicionalmente reservadas maioritariamente a indivíduos do sexo masculino. Exemplo disso é o número de médicos inscritos na respectiva ordem. Apesar de os homens continuarem a constituir a maioria, as mulheres que, em 1969, representavam 15% do total de médicos, correspondiam, em 2001, a 45% do total (Gráfico 3.10).

Médicos inscritos na Ordem, por sexo

Gráfico 3.10



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Do mesmo modo, no que respeita à presença de mulheres no Parlamento, Portugal tem registado uma evolução positiva, embora ainda muito aquém dos restantes países europeus (Quadro 3.2). Com efeito, desde as primeiras eleições para a Assembleia da República, em 1976, a proporção de mulheres eleitas deputadas tem exibido um crescimento sustentado, cuja única excepção corresponde ao ano de 1985, tendo atingido, em 2002, perto de um quinto do total de deputados. A participação feminina nos Governos Constitucionais e nas Câmaras Municipais, embora com algumas oscilações, também tem exibido uma tendência de crescimento.

Participação feminina em lugares de decisão política (%)

Quadro 3.2

na Assembleia da República	
1975	8,9
1976	4,9
1979	6,8
1980	6,8
1983	7,2
1985	6,4
1987	7,6
1991	8,7
1995	12,2
1999	17,4
2002	19,6

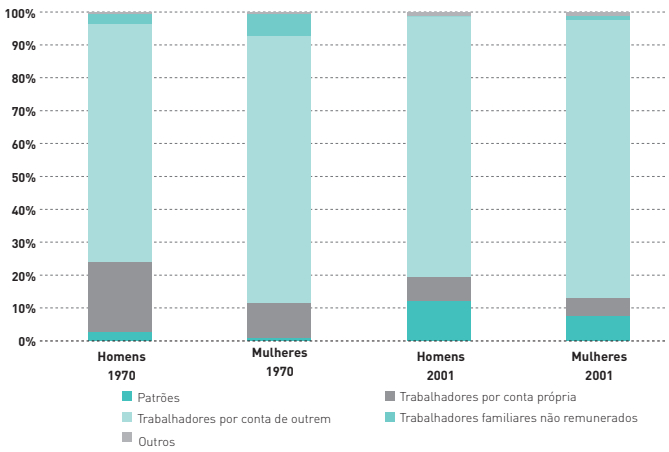
nas Presidências de Câmara Municipal	
1979	1,3
1982	1,9
1985	1,3
1989	2,3
1993	1,6
1997	3,9
2001	5,2

na composição inicial dos Governos Constitucionais (1)	
I / 1976	1,9
II / 1978	0,0
III / 1978	4,5
IV / 1978	4,2
V / 1979	6,8
VI / 1980	2,0
VII / 1981	5,3
VIII / 1981	3,4
IX / 1983	9,1
X / 1985	8,5
XI / 1987	5,6
XII / 1991	10,0
XIII / 1995	8,6
XIV / 1999	9,4
XV / 2002	14,8

Fonte: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
Nota: (1) Foram considerados os cargos de Ministro/a e Secretário/a de Estado. Foram considerados todos os cargos desempenhados, mesmo quando em acumulação.

População residente empregada, segundo a situação na profissão e sexo

Gráfico 3.11

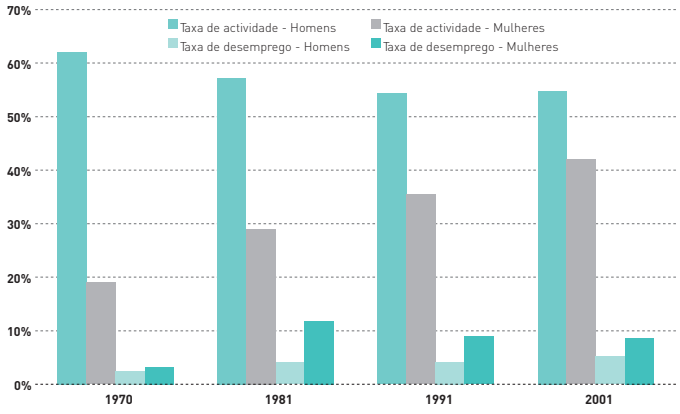


Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.

A análise da situação na profissão reforça a constatação de que a importância das mulheres no mercado de trabalho tem vindo a crescer. Registe-se, por exemplo, que, em 1970, apenas 9% dos "Patrões" pertenciam ao sexo feminino enquanto, em 2001, as mulheres representavam um terço do total. Como trabalhadoras por conta própria, as mulheres passaram de uma quota de 15% para cerca de 37%. Ao mesmo tempo, assistiu-se, porém, a um aumento da proporção de trabalhadores familiares não remunerados do sexo feminino (de 44% para 68% do total) (Gráfico 3.11).

Taxas de actividade e de desemprego (em sentido lato), por sexo

Gráfico 3.12



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.
Nota: Em 1970, a população de referência era constituída pelos indivíduos com 10 ou mais anos de idade; em 1981 e 1991, pelos indivíduos com 12 ou mais anos de idade e, em 2001, pelos indivíduos com 15 ou mais anos de idade.

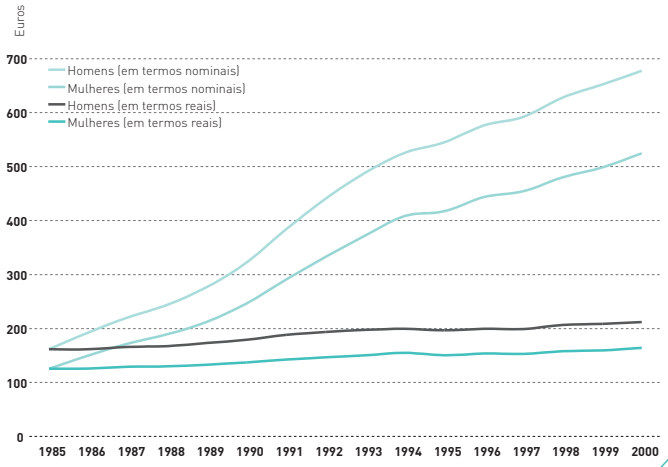
Embora as mulheres continuem a contribuir menos que os homens para a força de trabalho disponível no país, a discrepância entre os dois segmentos populacionais tem-se diluído. Não só porque, entre 1970 e 2001, a taxa de actividade dos homens registou uma ligeira tendência de redução, mas sobretudo porque a taxa de actividade feminina tem aumentado de forma sustentada (Gráfico 3.12).

Por outro lado, as mulheres continuam a ser particularmente afectadas pelo desemprego, apesar de, entre 1981 e 2001, se terem observado decréscimos na taxa de desemprego feminina, ao contrário do registado entre os homens.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, relativos ao continente português, a remuneração média das mulheres continua a ser inferior à dos homens, tendo-se observado um aumento da diferença absoluta de remunerações que, entre 1985 e 2000, passou de 36 para 153 euros, em média. Em termos reais, a divergência também se reforçou, embora de forma bem menos acentuada (Gráfico 3.13).

Remuneração média mensal de base (no continente português), por sexo

Gráfico 3.13



Fonte: MSST-DEEP, Quadros de Pessoal. INE, Índice de Preços no Consumidor.
Nota: As remunerações em termos reais resultam da correcção pelo crescimento dos preços no consumidor observado entre 1985 e 2000.

DN O. Teixeira

4. HABITAÇÃO

Número de famílias, alojamentos familiares, edifícios e alojamentos por família e edifício

Quadro 4.1

Número

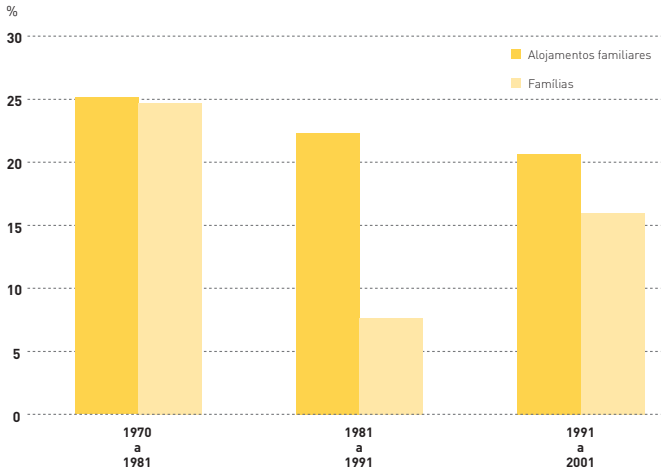
	Famílias	Alojamentos familiares	Edifícios	Alojamentos por família	Alojamentos por edifício
1970	2345225	2732755	3130854	1,2	0,9
1981	2924443	3419453	2507706	1,2	1,4
1991	3147403	4182575	2861719	1,3	1,5
2001	3650757	5046744	3160043	1,4	1,6

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Nas últimas três décadas, o parque habitacional português, medido pelo número de alojamentos familiares, quase duplicou. Na década de 70 as taxas de crescimento dos alojamentos familiares e das famílias equivaliam-se (25,1% *versus* 24,7%). Na década de 80, a taxa de variação dos alojamentos foi quase tripla da taxa de variação das famílias (22,3% *versus* 7,6%) e na década de 90, apesar de ter abrandado, continuou superior à das famílias (20,7% *versus* 16,0%). Observa-se, assim, a tendência de alargamento do parque habitacional, que superou, em termos absolutos e relativos, o crescimento do número de famílias (Gráfico 4.1).

Taxas de crescimento dos alojamentos familiares e das famílias

Gráfico 4.1



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1970, 1981, 1991 e 2001.

A média de alojamentos por família aumentou (de 1,2, em 1970, para 1,4 em 2001), reflectindo o crescimento dos alojamentos de residência não habitual, que ocorreu nos últimos trinta anos (Quadro 4.1).

Por outro lado, o aumento do número médio de alojamentos por edifício (de 0,9 em 1970, para 1,6, em 2001) indicia as transformações no parque habitacional materializadas no aumento da dimensão dos edifícios.

A melhoria das condições do parque habitacional, ao longo dos últimos trinta anos, pode avaliar-se recorrendo à análise da proporção de alojamentos que possui determinado tipo de equipamentos (Gráfico 4.2).

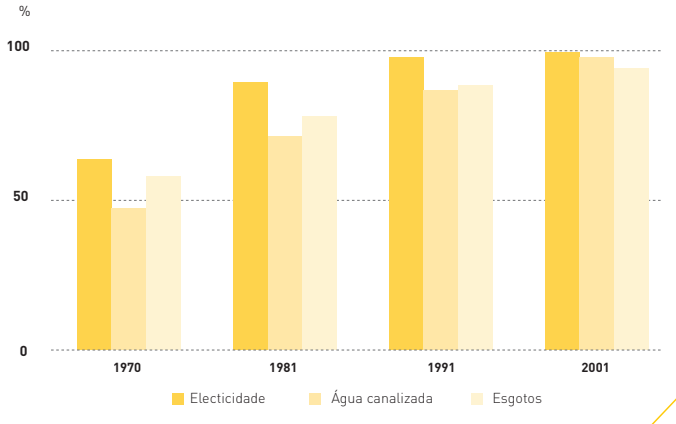
Os dados dos recenseamentos permitem avaliar essa taxa de cobertura, relativamente ao conjunto das infra-estruturas básicas: electricidade, água canalizada e esgotos, sendo inegáveis as transformações ocorridas no domínio do acesso a essas infra-estruturas.

Em 1970, mais de metade dos alojamentos familiares de residência habitual não possuía água canalizada, 36,2% não tinha electricidade e 41,9% não tinha esgotos. No decurso dos anos 70, os melhoramentos aceleram e, em 1981, são visíveis progressos: o número dos alojamentos sem electricidade é pouco mais de um terço do da década anterior e o dos alojamentos sem água canalizada e esgotos é pouco mais de metade. Nos anos 80 e 90, consolidam-se os melhoramentos e, em 2001, Portugal regista uma cobertura quase total ao nível da rede de electricidade (99,5%) e uma cobertura muito significativa ao nível da água canalizada (97,9%) e dos esgotos (94,2%).

No que respeita à evolução do regime de ocupação dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual observa-se, ao longo dos últimos trinta anos, uma maior importância da habitação própria e uma menor importância do arrendamento. O acesso à habitação própria generalizou-se, com forte incremento na última década, sendo que, em 2001, a maioria dos alojamentos clássicos de residência habitual encontrava-se ocupada pelos proprietários (75,7%) quando, em 1970, esta proporção era de 55,7%.

Proporção de alojamentos familiares com infra-estruturas básicas

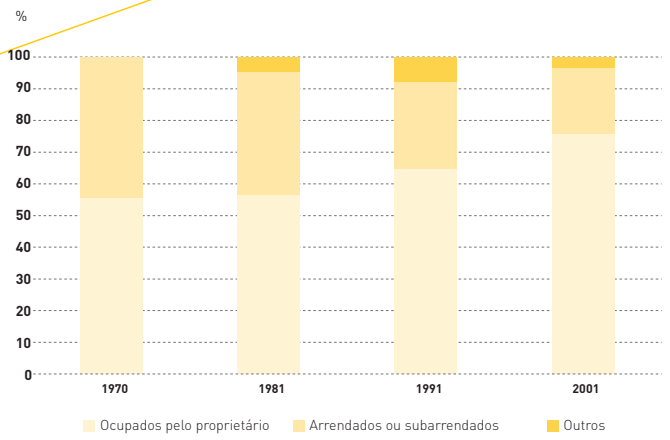
Gráfico 4.2



Fonte: INE, Recenseamentos da Habitação, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Proporção de alojamentos clássicos segundo o regime de ocupação

Gráfico 4.3



Fonte: INE, Recenseamentos da Habitação, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Em oposição, a importância dos alojamentos arrendados diminuiu de 44,3%, em 1970, para 20,8%, em 2001.

O crescimento do número de alojamentos ocupados pelo proprietário deve-se fundamentalmente à aquisição de alojamentos novos. Nas décadas de 80 e 90, registou-se uma diminuição dos alojamentos arrendados que, em valor absoluto, é muito inferior ao aumento dos alojamentos ocupados pelo proprietário.

O maior aumento do regime de "casa própria" ocorreu na década de 90 e o maior decréscimo do regime de arrendamento ocorreu na década de 80, devido às condições existentes ao longo destas duas décadas que eram propícias, por um lado, a adquirir casa própria e, por outro, a preterir o regime de arrendamento, nomeadamente, as facilidades concedidas para aquisição de habitação própria permanente, a entrada no mercado do crédito bonificado para este fim, a descida constante das taxas de juro do crédito para habitação e, também, a circunstância do mercado de arrendamento estar em regressão, influenciado pelos efeitos do congelamento das rendas de casa no passado e pelos excessivos preços dos novos arrendamentos.

Os dados sugerem, também, uma tendência para o envelhecimento do parque habitacional português: em 2001, por cada 100 edifícios com 5 ou menos anos existiam 582 edifícios com mais de 20 anos, enquanto em 1981, existiam, apenas, 408.

Edifícios segundo a idade de construção

Quadro 4.2

	Total	até 5 anos		entre 6 e 10 anos		entre 11 e 20 anos		mais de 20 anos	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1981	2 507 706	375 321	15,0	246 306	9,8	354 226	14,1	1 531 853	61,1
1991	2 861 719	322 754	11,3	350 423	12,2	511 200	17,9	1 677 342	58,6
2001	3 160 043	327 498	10,4	279 146	8,8	648 930	20,5	1 904 469	60,3

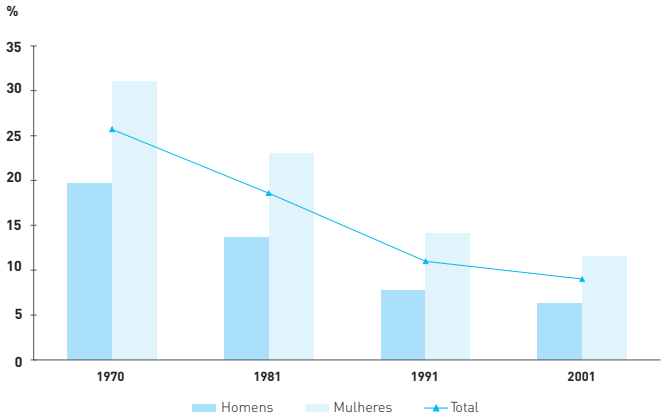
Fonte: INE, Recenseamentos da Habitação, 1981, 1991 e 2001.

DN Luis Carregã

5. EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo, segundo o sexo

Gráfico 5.1



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Nas últimas três décadas foram significativas as mudanças ocorridas no sector da educação. Com efeito, apesar do decréscimo da população em idade escolar (população com idades entre os 6 e os 24 anos), o número de alunos que frequentavam os diversos graus do sistema de ensino aumentou significativamente.

Não obstante o analfabetismo ter vindo a diminuir de forma acentuada desde a década de 70 (de 25,7% para 9,0%), em 2001 nove em cada cem portugueses, com dez ou mais anos, não sabiam ler nem escrever, continuando Portugal a apresentar uma das taxas mais elevadas no contexto europeu. A taxa de analfabetismo das mulheres foi sempre superior à dos homens, ao longo deste período (Gráfico 5.1). Em 2001, cifrava-se em 11,5% para as mulheres e em 6,3% para os homens. Apesar de subsistir ainda esta diferença considerável, verificou-se uma aproximação nas últimas três décadas (em 1970, a taxa para as mulheres era de 31,0% e para os homens de 19,7%).

Os principais factores que têm influenciado a diminuição da taxa de analfabetismo são a escolarização progressiva dos jovens em idade escolar, já referida, e a renovação das camadas mais idosas da população por outras com menores taxas de analfabetismo.

É de referir que as taxas de analfabetismo, quer dos indivíduos do sexo masculino, quer dos indivíduos do sexo feminino da população idosa (com 65 e mais anos), ainda que elevadas, diminuíram nos últimos 30 anos: nos homens, a proporção de pessoas que não sabiam ler ou escrever passou de 47,0%, em 1970, para 24,5%, em 2001; nas mulheres, a percentagem de analfabetismo apresenta-se bastante superior: 64,6%, em 1970, e 40,8%, em 2001.

Ao longo dos trinta anos ocorreu uma efectiva redução de alunos que se encontravam a frequentar os dois primeiros ciclos do ensino básico: em 1970 estavam matriculados nesses graus de ensino cerca de um milhão de alunos e em 2001 apenas 800 mil (Quadro 5.1). Para esta redução deve ter contribuído, entre outros factores, a queda da natalidade, entretanto ocorrida.

Quanto aos alunos matriculados no terceiro ciclo do ensino básico e no ensino secundário, o seu número triplicou em trinta anos, passando de 224 mil, em 1970, para mais de 735 mil, em 2001. Esta massificação escolar está associada ao alargamento da escolaridade obrigatória ao 3º ciclo do ensino básico, estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo, para os alunos que iniciaram o seu percurso escolar no ano lectivo de 1987/88.

No ensino superior a evolução foi ainda mais significativa já que o número de estudantes decuplicou nas três décadas, passando de cerca de 38 mil, em 1970, para mais de 390 mil, em 2001. Para este aumento terá contribuído o alargamento e descentralização do parque escolar universitário, tanto no que se refere à criação de novas universidades públicas e privadas como de institutos politécnicos.

Alunos matriculados, segundo o grau de ensino e sexo

Quadro 5.1

	Ensino Básico 1º e 2º ciclos				Ensino Básico 3º ciclo e Ensino Secundário			Ensino Superior		
	Total	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Nº	Nº	%		Nº	%		Nº	%	
1970	1308475	1 045 745	51,3	48,7	224 375	52,1	47,9	38 355	55,6	44,4
1981	1714184	1 194 378	51,8	48,2	449 108	47,4	52,6	70 698	54,0	46,0
1991	1917940	1 008 852	52,1	47,9	745 496	47,5	52,5	163 592	44,8	55,2
2001	1912731	786 705	52,0	48,0	735 388	48,5	51,5	390 638	43,6	56,4

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Também se verificou que as mulheres passaram a constituir a maioria dos estudantes do ensino superior, 56% do total, em 2001, percentagem que, em 1970, pertencia aos homens.

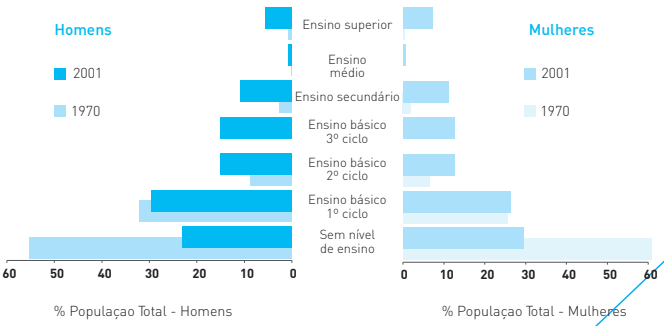
Ao longo das últimas três décadas, a crescente escolarização da população portuguesa suscitou a diminuição da proporção da população sem qualquer qualificação (de 60,6%, em 1970, para 26,4%, em 2001) e o aumento do peso da população com o ensino secundário completo (de 2,3% para 11,0%) e o superior completo (0,6% para 6,5%).

Assistiu-se também a uma crescente feminização dos níveis de ensino mais elevados (secundário, médio e superior). De facto, a proporção de mulheres ultrapassou a proporção de homens nesses níveis de ensino. Simultaneamente, a proporção de mulheres sem qualquer qualificação continua superior à dos homens.
Refira-se que, em 1970, em todos os níveis de ensino, a proporção de população masculina com qualificações académicas era superior à feminina (Gráfico 5.2).

O reconhecimento da importância da educação por parte do poder político consubstanciou-se no aumento da despesa pública neste sector que, em percentagem do PIB, cresceu significativamente nas últimas três décadas, passando de 4,3%, em 1977, para 7,0%, em 2001.

Qualificação académica da população residente, segundo o sexo

Gráfico 5.2



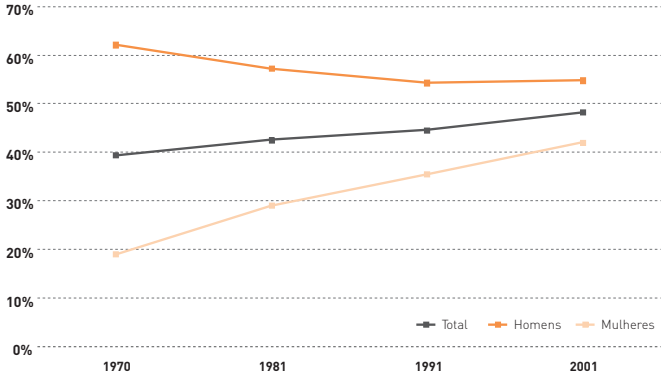
Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.
Nota: A informação disponibilizada pelo recenseamento de 1970 não permite quantificar o número de indivíduos que completaram o equivalente ao 3º ciclo do ensino básico.

DN Pedro Silva

6. EMPREGO E SALÁRIOS

Taxas de Actividade por Sexo

Gráfico 6.1



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 a 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

A oferta de mão-de-obra em Portugal ascendia, em 2001, a cerca de 4 990 mil activos[1], o que se associa a uma taxa de actividade de 48,2%. Nos últimos trinta anos, estabelecido o confronto com 1970, a participação no mercado de trabalho aumentou 46,9%, ultrapassando o ritmo de crescimento da população residente, que atingiu os 20,3%.

Alguns dos traços que mais marcaram a evolução da população activa naquele espaço de tempo foram o seu envelhecimento e a alteração da sua composição por sexo e por nível de qualificação.

Evolução da População Activa, Empregada e Desempregada

Quadro 6.1

	População Total	População Activa	População Empregada	População Desempregada	Taxa de Actividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
1970	8 611 125	3 395 865	3 305 060	90 805	39.4	2.7
1981	9 833 014	4 183 022	3 897 499	285 523	42.5	6.8
1991	9 867 147	4 397 710	4 129 709	268 001	44.6	6.1
2001	10 356 117	4 990 208	4 650 947	339 261	48.2	6.8

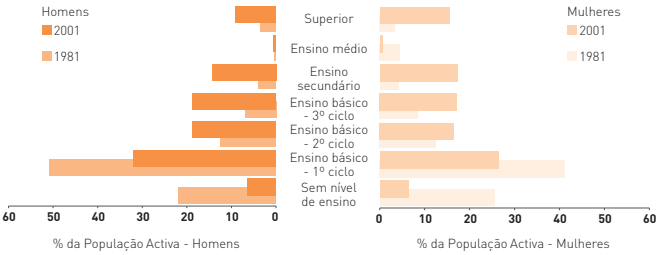
Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 a 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

[1] Considerando que a população activa inclui a população empregada e a população desempregada em sentido lato (cfr. nota 2).

Entre 1970 e 2001, foi a participação feminina que mais aumentou (cerca de 2,6 vezes), elevando a proporção de mulheres na composição da população activa de 25,2% para 45,1%. Note-se que para este aumento contribuíram, entre outros, factores como o registo das empregadas domésticas e de trabalhadores familiares de pequenas explorações, outrora considerados inactivos.

População Activa segundo o Nível de Qualificação Académica, por sexo, em 1981 e 2001

Gráfico 6.2



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

Ao mesmo tempo, a tendência generalizada em torno do prolongamento do período de estudos reflectiu-se no aumento pronunciado do nível médio de qualificação da população activa. Entre 1981 e 2001, a estrutura da população activa portuguesa revelou um acréscimo na proporção de indivíduos com maiores níveis de qualificação, acompanhado por uma perda de expressão evidente daqueles com menores qualificações. Note-se, por exemplo, que a proporção de indivíduos com qualificação superior passou de 3,4% para 12,0%, no espaço daqueles 20 anos.
No entanto, a proporção de activos com menores qualificações, em 2001, era ainda elevada: 71,7% da população activa completou, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico.

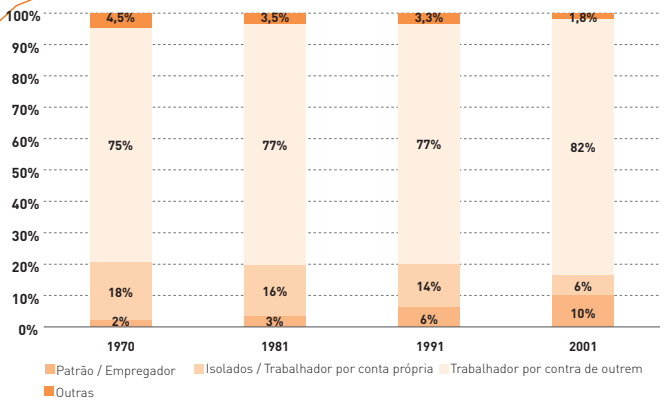
Correspondência adoptada entre os Níveis de Qualificação Académica nos Recenseamentos da População de 1981 e 2001

Recenseamento 1981	Recenseamento 2001
Não sabe ler nem escrever + Sabe ler e escrever sem ter frequentado	Sem qualificação académica
Ensino Primário Elementar	1º Ciclo do Ensino Básico
Ensino Preparatório	2º Ciclo do Ensino Básico
Ensino Secundário Unificado	3º Ciclo do Ensino Básico
Ensino Secundário Complementar + Ensino Propedêutico ou 12º ano + Cursos de Índole Profissional e Artísticos	Ensino Secundário
Ensino Médio	Ensino Médio
Ensino Superior	Bacharelato + Licenciatura + Mestrado + Doutoramento

A população empregada, que ascendia a 4 651 mil indivíduos em 2001, aumentou 40,6% face a 1970, tendo-se também alterado a sua composição por sexo, em favor de uma maior participação feminina.

Estrutura da População Empregada por Situação na Profissão

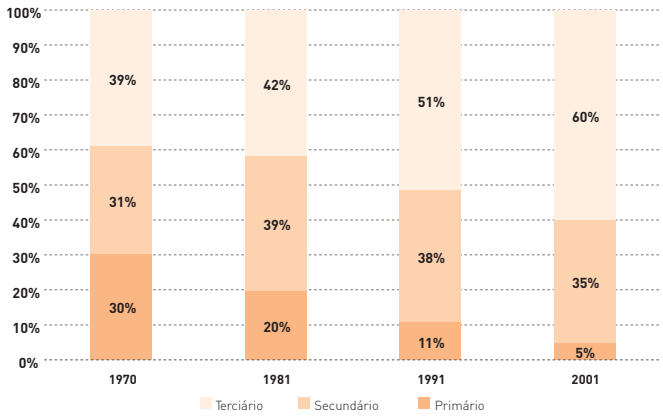
Gráfico 6.3



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

Estrutura da População Empregada por Sectores de Actividade Económica

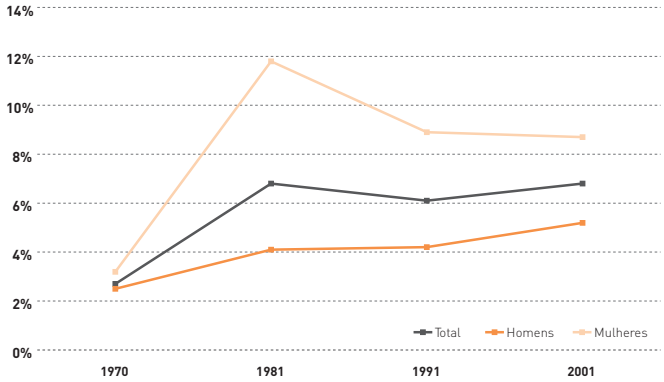
Gráfico 6.4



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

Taxas de Desemprego (sentido lato) por Sexo

Gráfico 6.5



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1970 e 2001.
Nota: Idades mínimas para pertencer à população activa:
1970: 10 ou mais anos.
1981 e 1991: 12 ou mais anos.
2001: 14 ou mais anos.

Nos últimos trinta anos, Portugal registou um processo de terciarização do seu tecido produtivo: a proporção de indivíduos empregados em actividades dos serviços passou de 38,8%, em 1970, para 59,9%, em 2001, enquanto que no sector primário, aquela proporção descia de 30,3% para 5,0%.

Ao mesmo tempo, assistiu-se a um acréscimo ligeiro na proporção dos trabalhadores por conta de outrem e uma subida, algo mais acentuada, na importância relativa dos trabalhadores por conta própria (empregadores) na população empregada.

Importa ainda realçar que, em paralelo com uma tendência de forte acréscimo na participação no mercado de trabalho, se assistiu a um processo de polarização do emprego pelas grandes metrópoles de Lisboa e Porto. Em 2001, de acordo com a informação do Recenseamento Geral da População, em conjunto, concentravam já 40,6% da população empregada do país. No entanto, estes pólos urbanos apresentam também uma maior incidência de fenómenos de desemprego. Em 2001 concentravam 46,5% dos desempregados portugueses.

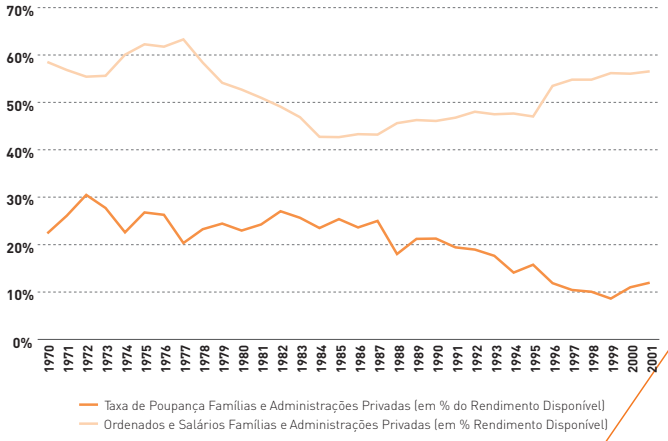
O desemprego aumentou nos últimos 30 anos, reflectindo a evolução económica e da conjuntura, e foi contemporâneo do aumento da expressão do desemprego europeu. A população desempregada em sentido lato[2] cresceu, naqueles trinta anos, a um ritmo superior ao crescimento da população activa, tendo quase quadruplicado o seu número de efectivos. 70% deste aumento foi explicado pelo acréscimo do desemprego feminino.

[2] Inclui os desempregados, definidos de acordo com o conceito sugerido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os indivíduos considerados desencorajados (que não têm um emprego, remunerado ou não, e pretendem ter, mas que não o buscam activamente).

Ordenados e Salários e Poupança das Famílias e das Administrações Privadas

Gráfico 6.6

A importância dos ordenados e salários no rendimento disponível das famílias e administrações privadas conheceu um aumento expressivo nos anos próximos da Revolução, atingido um máximo de 63,3% em 1977. Nos anos seguintes, anos das políticas de estabilização e de dificuldades económicas internas e externas, aquela proporção desceu para os níveis que exibia antes da Revolução, assistindo-se a decréscimos consecutivos até 1985 (fixando-se em 42,7%). O crescimento económico subsequente veio contribuir para aumentar de novo a importância dos ordenados e salários no rendimento disponível.

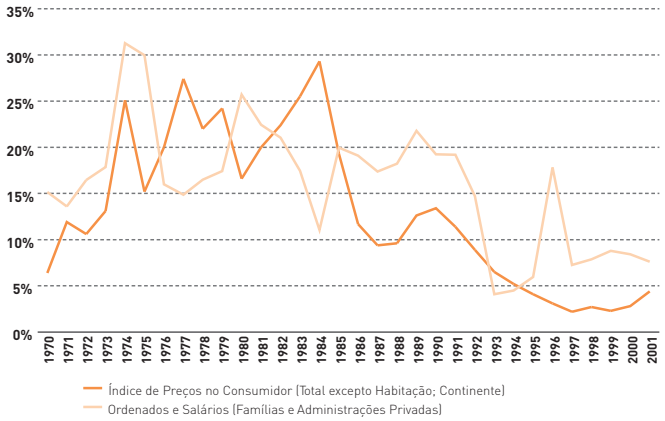


Fonte: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa.
Desde 1995: INE, Inquérito ao Emprego e Contas Nacionais.

Ordenados e Salários a preços correntes e Índice de Preços no Consumidor (Taxas de variação anual)

Gráfico 6.7

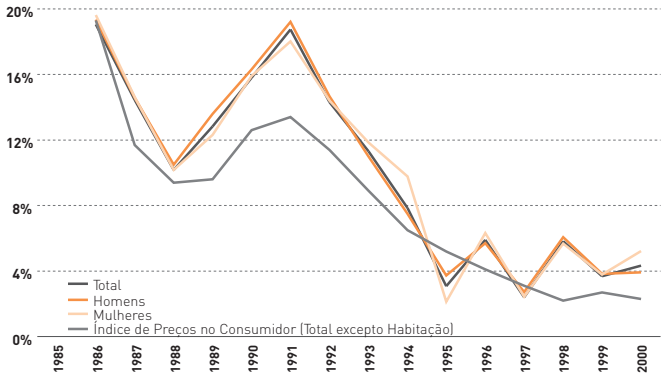
As taxas de crescimento anuais nominais dos ordenados e salários, quando confrontadas com a evolução da taxa de inflação, dão conta de uma evolução cíclica. Ainda assim, é possível esboçar três períodos em que se assistiu a um decréscimo real do volume de salários e ordenados: 1977 a 1979, 1982 a 1984 e 1993 a 1994.



Fonte: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa.
Desde 1995: INE, Inquérito ao Emprego e Contas Nacionais.

Remuneração Média Mensal de Base por Sexo e Índice de Preços no Consumidor (Continente; Taxas de variação anual)

Gráfico 6.8



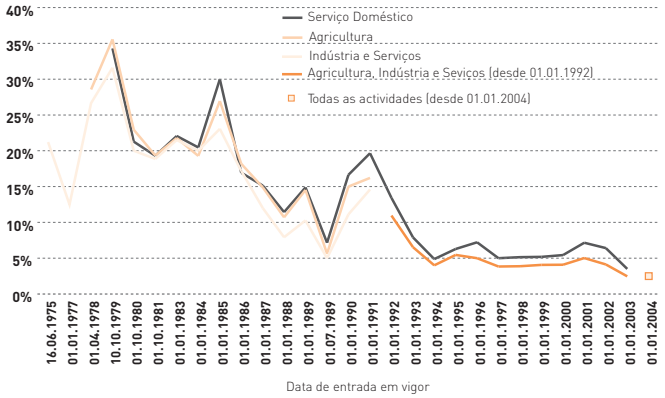
Fonte: MSST-DEEP, Quadros de Pessoal

Por outro lado, as remunerações médias mensais de base exibem acréscimos anuais nominais superiores ao crescimento geral dos preços desde 1986, com excepção dos anos de 1995 e de 1997. Esta constatação é válida para qualquer um dos sexos.

Acresce que, em todo o período considerado, as remunerações médias de base dos homens excedem regularmente as das mulheres Este hiato poderá reflectir, entre outros factores, o padrão de "especialização produtiva" das mulheres.

Salário Mínimo Nacional a preços correntes (Taxas de variação anual)

Gráfico 6.9



Fonte: Diários da República, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

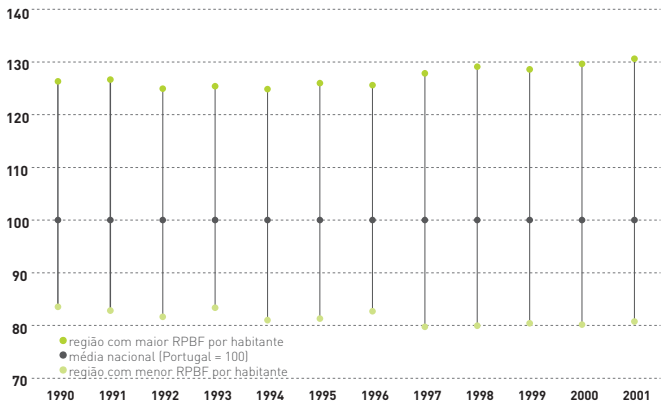
A evolução do salário mínimo nacional da indústria e dos serviços, instituído com a revolução, revela uma estagnação relativa. No período em análise, alternou períodos de crescimento com períodos de decrescimentos reais, de 1983 até 1991. A partir de 1992, momento em que o salário mínimo nacional é estabelecido em conjunto para a agricultura, indústria e serviços, ocorrem alguns ganhos reais embora decrescentes, com excepção do ano de 1994.

DN Miguel Madeira

7. CONDIÇÕES DE VIDA

Disparidades regionais do Rendimento primário bruto das famílias, *per capita*

Gráfico 7.1



Fonte: INE, Contas Regionais e Estimativas de População Residente.
Nota: Em 1995, ocorreu uma quebra de série metodológica nos apuramentos das Contas Regionais em resultado da adopção do SEC95.

Nas últimas décadas, tem-se assistido em Portugal a uma melhoria das condições de vida das famílias portuguesas, embora seja conhecida a existência de disparidades quer internas (Gráfico 7.1), quer face aos restantes países europeus (Quadro 7.1).

Taxa de pobreza na União Europeia

Quadro 7.1

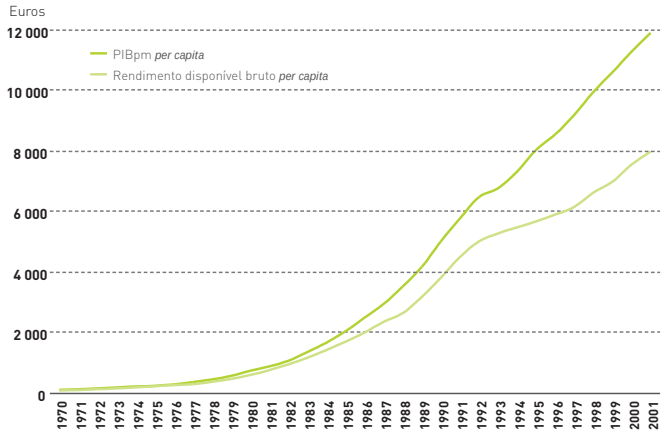
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
UE (15 países)	17	16	16	15	15	15	15
Zona Euro (12 países)	17	16	16	15	15	15	15
Bélgica	16	15	14	14	13	13	13
Dinamarca	10	9	9	12	11	11	11
Alemanha	15	14	12	11	11	10	11
Grécia	22	21	21	21	21	20	20
Espanha	19	18	20	18	19	18	19
França	15	15	15	15	15	16	15
Irlanda	19	19	19	19	19	20	21
Itália	20	20	19	18	18	18	19
Luxemburgo	12	11	11	12	13	12	12
Países Baixos	11	12	10	10	11	10	11
Áustria	13	14	13	13	12	12	12
Portugal	**23**	**21**	**22**	**21**	**21**	**21**	**20**
Finlândia	x	8	8	9	11	11	11
Suécia	x	x	9	10	9	11	10
Reino Unido	20	18	18	19	19	19	17

Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais.
Nota: A taxa de pobreza apresentada corresponde à proporção de indivíduos com rendimento disponível abaixo do limiar de pobreza que é definido nos 60% do rendimento disponível mediano nacional (após transferências sociais).

A evolução do rendimento disponível bruto das famílias, por habitante, reflecte esse progresso (Gráfico 7.2), tendo passado de 102 euros, em 1970, para 8 mil euros, em 2001. Ainda assim, trata-se de um desempenho menos favorável que o registado pelo PIBpm *per capita* que, em 2001, foi quase 100 vezes superior ao que havia sido em 1970.

Rendimento disponível bruto das famílias *per capita* e PIBpm *per capita* (preços correntes)

Gráfico 7.2

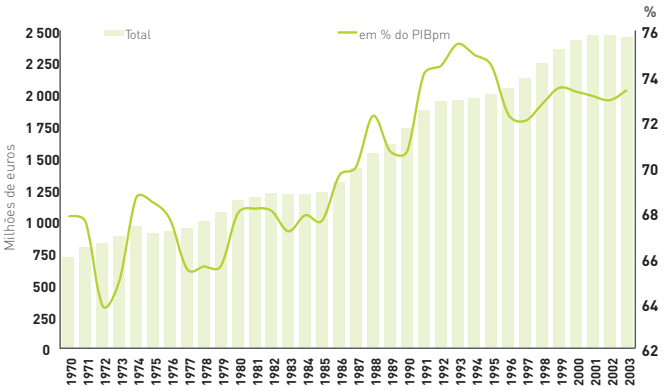


Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1970-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2001. INE, Estimativas de População Residente.
Os dados de 2000 e 2001 são provisórios.

O crescimento do rendimento disponível bruto das famílias tem permitido um crescimento, em termos reais, da importância desta componente da despesa agregada no produto: de 68%, em 1970, para 73%, em 2003 (Gráfico 7.3).

Consumo das famílias (a preços constantes de 1970)

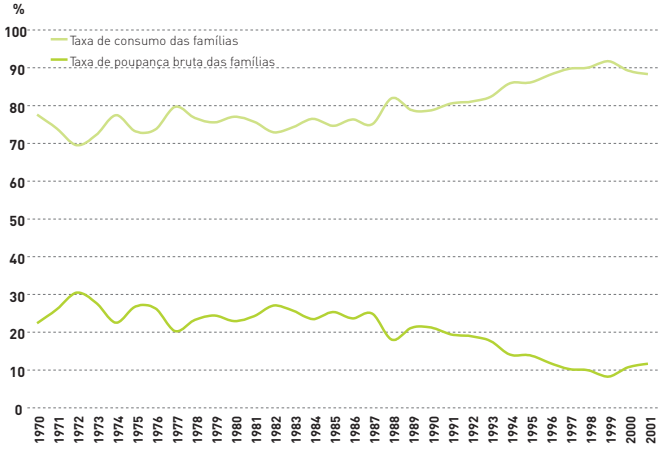
Gráfico 7.3



Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1953-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2001.
Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Taxa de poupança e de consumo das famílias (em % do rendimento disponível bruto)

Gráfico 7.4

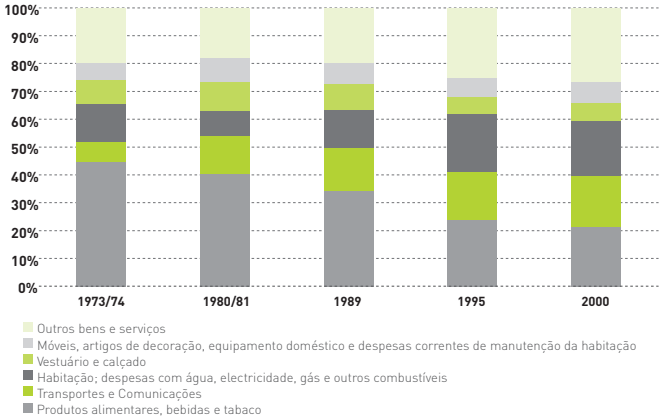


Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1970-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2001.
Os dados de 2000 e 2001 são provisórios.

Até 1972, as famílias portuguesas aforravam uma proporção crescente do rendimento disponível bruto; a partir de 1972 e até ao presente, essa tendência inverteu-se, com a taxa de poupança das famílias a exibir uma trajectória descendente em favor das despesas em consumo (Gráfico 7.4). Assim, em 1972, as famílias portuguesas pouparam uma parcela correspondente a 30% do rendimento disponível bruto enquanto, de acordo com últimos dados disponíveis relativos a 2001, a taxa de poupança das famílias ficou abaixo dos 12%.

Despesas médias anuais dos agregados por classes

Gráfico 7.5



Fontes: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989, 1995 e 2000). INE, Inquérito às Receitas e Despesas Familiares (1973/74 e 1980/81). O âmbito geográfico dos dados de 1973/74 e 1980/81 corresponde apenas ao continente português.

Na última década, também são visíveis alterações na estrutura das despesas dos agregados familiares (Gráfico 7.5). Assim, os produtos alimentares, as bebidas e o tabaco viram diminuir a sua importância relativa: de 45% do total das despesas, em 1973/74, para 22%, em 2000. Também as despesas em vestuário e calçado diminuíram em termos relativos: de 9% para menos de 7%. No sentido oposto, a rubrica "Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis" registou um aumento, passando de menos de 14% para 20% das despesas, aproximando-se, em termos de posição relativa no conjunto da despesa, da classe "Produtos alimentares, bebidas e tabaco". Os transportes e comunicações também reforçaram a posição relativa no total de despesa (passando de 7% para 18% do total).

A disponibilidade de equipamentos nos lares portugueses permite avaliar o nível de conforto dos agregados familiares. Note-se, por exemplo, o facto de, em 2000, 98% dos agregados familiares disporem de televisão a cores enquanto, no início da década de 90, este equipamento estava ao dispor de menos de metade das famílias (Quadro 7.2). Evoluções favoráveis observaram-se, ainda, ao nível da disponibilidade de telefone, máquina de lavar roupa, vídeo-gravador e micro-ondas. A um nível intermédio, sublinhe-se o crescimento da proporção de agregados familiares que dispõem de automóvel (que passou de 36%, em 1987, para 50%, em 2000), arca congeladora (de 27% para 54%) ou computador pessoal (de 3% para 21%). São, ainda notórios, fenómenos de perda de importância de equipamentos (encontram-se nesta situação a máquina de costura e o rádio), bem como a emergência de outros equipamentos; nesta última situação, tem especial relevo o telemóvel que, em 2000, estava ao dispor de 47% dos agregados familiares, mas também da antena parabólica, do leitor de CD, do computador com ligação à Internet ou da TV por cabo.

Disponibilidade de equipamentos nos agregados familiares

Quadro 7.2

%

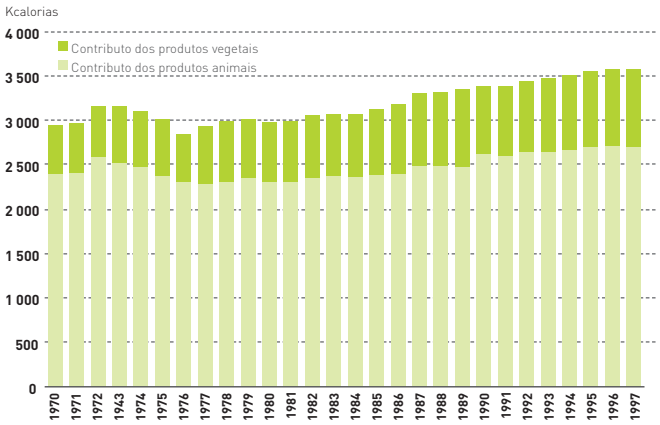
	1987	1989/90	1995	2000
Antena parabólica	x	x	8	11
Arca congeladora	27	36	54	54
Automóvel	36	36	52	60
Computador pessoal	3	5	10	21
com ligação à Internet	x	x	x	14
Fogão	97	98	99	99
Frigorífico	86	87	95	97
Leitor de CD	x	x	18	38
Máquina de costura	40	47	48	43
Máquina de lavar loiça	6	6	13	17
Máquina de lavar roupa	44	50	73	82
Micro-ondas	x	x	12	33
Rádio	72	81	90	85
Telefone	33	41	72	76
Telemóvel	x	x	2	47
Televisão				
preto e branco	83	49	x	x
cores	x	48	96	98
TV por cabo	x	x	x	19
Vídeo-gravador	x	16	41	50

Fontes: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90, 1995 e 200). INE, Indicadores de Conforto (1987).

Um outro domínio que importa analisar é o respeitante aos hábitos alimentares dos portugueses. Com algumas excepções (em particular entre 1974 e 1976), o consumo diário de calorias tem revelado uma tendência de crescimento em Portugal (entre 1970 e 1997, esse crescimento foi de quase 22%) (Gráfico 7.6). Embora os produtos animais continuem a representar o principal contributo para esse consumo, têm perdido alguma importância em favor dos produtos vegetais que, em 1970, representavam menos de um quinto do consumo de calorias e, em 1997, alcançavam perto de um quarto.

Consumo calórico diário

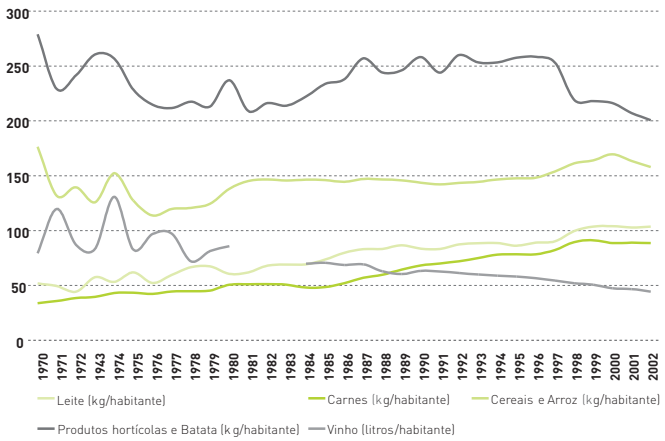
Gráfico 7.6



Fonte: INE, Balança Alimentar.

Capitação anual de alguns produtos alimentares

Gráfico 7.7



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas.

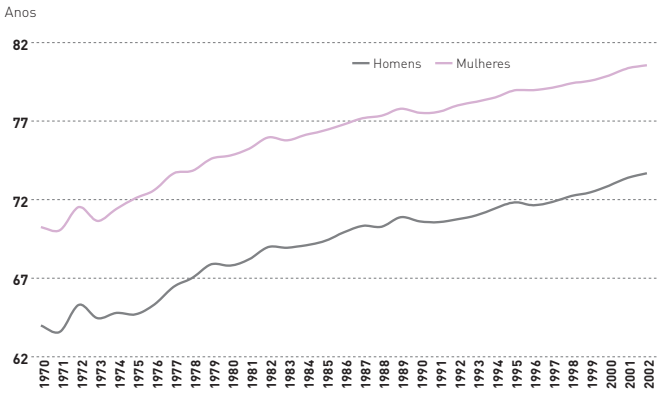
Enquanto os consumos de carne e de leite por habitante têm exibido crescimentos, os consumos *per capita* de arroz e cereais e de produtos hortícolas e batata não têm revelado uma trajectória definida (Gráfico 7.7). O mesmo não se pode dizer do vinho, cujo consumo por habitante tem diminuído e, nos últimos 20 anos, de forma mais sustentada. Registe-se, por último, que entre 1970 e 2002, o consumo anual de carne e de leite aumentou 55 e 52Kg, respectivamente, por cada português, enquanto que a capitação anual de produtos hortícolas e batata, de vinho e de cereais e arroz registou reduções de 78Kg, 35 litros e 19Kg, respectivamente.

DN Leonardo Negrão

8. SAÚDE

Esperança média de vida à nascença, por sexo

Gráfico 8.1



Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

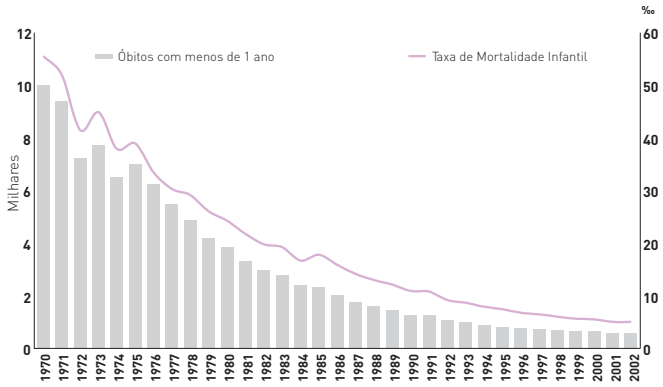
A análise dos indicadores estatísticos relativos à área da saúde permite avaliar a evolução do país em relação a aspectos fundamentais da qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos indicadores chave dessa evolução é a esperança média de vida à nascença. Em menos de um século, a esperança de vida duplicou, passando, em 2000, a ser de cerca de 80 anos, para as mulheres, e pouco mais de 72 anos, para os homens (Quadro 8.1).

No período de 1974 até 2002, a esperança de vida das mulheres aumentou em 9,2 anos, enquanto que a esperança de vida dos homens aumentou em 8,9 anos (Gráfico 8.1).

Taxa de mortalidade infantil e número de óbitos com menos de 1 ano

Gráfico 8.2



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Outro indicador que permite analisar a evolução das condições de saúde das populações é a taxa de mortalidade infantil. Nos últimos 30 anos, a trajectória deste indicador tem sido favorável (Gráfico 8.2). De facto, por cada mil crianças nascidas em Portugal no início da década de 70, perto de 55 não completavam o 1º ano de vida.

Actualmente, por cada mil nascimentos apenas 5 não sobrevivem ao primeiro ano de vida.

Esperança média de vida à nascença, por sexo

Quadro 8.1

Anos	Homens	Mulheres
1920	35,8	40,0
1930	44,8	49,2
1940	48,6	52,8
1950	55,5	60,5
1960	60,7	66,4
1970	64,2	70,8
1980	69,1	76,7
1990	70,2	77,3
2000	72,4	79,4

Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

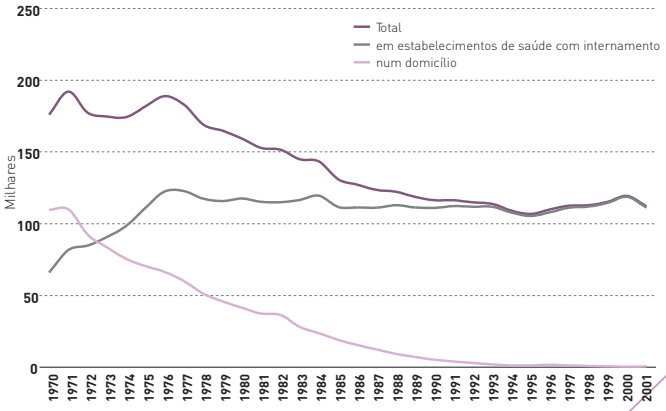
O crescimento do número de partos assistidos terá dado uma contribuição assinalável para a evolução da taxa de mortalidade infantil. De facto, se dos cerca de 176 mil partos efectuados em 1970, cerca de dois terços foram realizados num domicílio, em 2002, 99,9% dos partos ocorreram em estabelecimentos de saúde com internamento (Gráfico 8.3).

A par desta diminuição acentuada da taxa de mortalidade infantil, também o número de fetos-mortos tem decrescido, passando de cerca de 10 mil, no início da década de 70, para 571, no ano de 2002.

Por seu turno, a taxa de mortalidade tem-se mantido estável ao longo do período analisado, apresentando valores em torno dos 10 óbitos por mil habitantes.

Número de partos por local e tipo de assistência

Gráfico 8.3

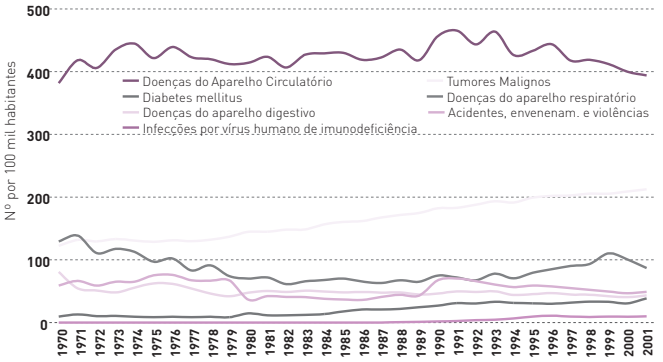


Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

No entanto, em relação às principais causas de morte, em 1970, as doenças do aparelho circulatório, do aparelho respiratório e os tumores malignos representavam o motivo de mais de metade dos óbitos, enquanto que, em 2001, estas causas de morte representavam dois terços do total (Gráfico 8.4). Em particular, registou-se um acréscimo da importância dos tumores malignos que, em 1970, constituíam a causa de 11% dos óbitos e, em 2001, representavam um quinto do total. Importa, também, destacar a *diabetes mellitus* enquanto causa de morte: cerca de 4%, em 2001, quando, em 1970, era a causa de menos de 1% do total de óbitos; por seu turno, registou-se uma diminuição relativa das mortes resultantes de doenças do aparelho respiratório de 12% para 8,5% do total de óbitos. É, ainda de realçar, o número de óbitos por infecções por vírus humano de imunodeficiência (HIV) que representou 1% do total.

Óbitos por causa de morte por 100 mil habitantes

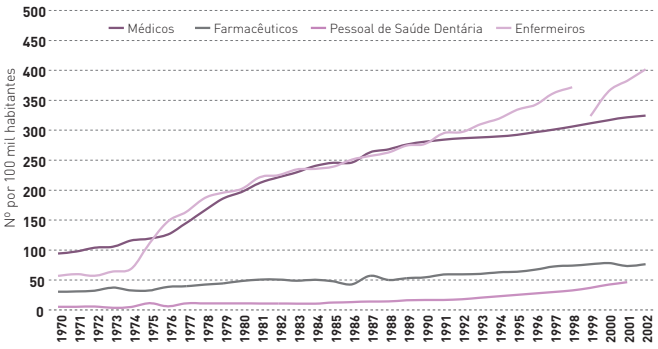
Gráfico 8.4



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Número de profissionais de saúde, por 100 mil habitantes

Gráfico 8.5



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.
Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Enfermeiros, associações e sindicatos respectivos.
O total de farmacêuticos não contempla os farmacêuticos que, embora inscritos na Ordem dos Farmacêuticos, não indicaram a área e o local de actividade.
Até 1984 o pessoal de saúde dentária contempla apenas odontologistas e estomatologistas. A partir de 1985 incluíram-se neste rubrica os médicos dentistas.
Para 1973, 1974 e 1976, o pessoal de saúde dentária inclui somente estomatologistas.
Até 1998, inclusive, o número de enfermeiros refere-se aos que prestam serviço nos hospitais e ou centros de saúde. A partir de 1999, inclusive, apresentam-se os dados provenientes da Ordem dos Enfermeiros, entretanto criada.

O número de profissionais de saúde foi outro dos indicadores que evidenciou um crescimento (Gráfico 12.6). Desde 1974, o número de médicos e enfermeiros por habitante tem aumentado de forma contínua. Assim, o número de médicos por 100 mil habitantes passou de 116, em 1974, para 324, em 2002; por seu turno, o número de enfermeiros por 100 mil habitantes passou de 69, em 1974, para 402, em 2002.

Por seu turno, o número de farmacêuticos por 100 mil habitantes mais que duplicou, passando de 33 em 1974, para 77, em 2002.

O aumento mais significativo dos indicadores dos profissionais de saúde materializou-se no número de profissionais de saúde dentária que evoluiu de 5 por 100 mil habitantes em 1974, para cerca de 46, em 2001.

Estabelecimentos de Saúde

Quadro 8.2

Anos	Hospitais		Centros de Saúde	
	Nº	Camas	Nº	Camas
1975	548	52 268	206	n.d.
1980	493	51 524	265	n.d.
1985	232	39 291	355	5 119
1986	227	39 214	363	5 252
1987	229	39 872	366	4 759
1988	226	39 778	371	4 467
1989	239	40 071	382	3 643
1990	240	39 690	382	3 780
1991	237	39 120	384	3 368
1992	215	39 142	384	3 043
1993	207	38 654	383	2 845
1994	202	38 450	388	2 594
1995	200	38 471	383	2 459
1996	211	39 212	382	2 247
1997	215	38 818	386	2 248
1998	215	38 221	388	2 067
1999	221	39 152	390	1 548
2000	219	38 908	393	1 418
2001	217	38 452	392	1 279

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Importa, ainda, fazer uma referência à redução observada no número de estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde) que, entre 1975 e 2001, foi de perto de 20%. O número de camas disponíveis nos estabelecimentos de saúde têm também exibido uma trajectória descendente, tendo diminuído na última década e meia cerca de 10%, sobretudo em resultado do decréscimo do número de centros de saúde com internamento (Quadro 8.2).

O reconhecimento da importância no sector da saúde materializou-se no aumento da despesa pública neste sector que, de cerca de 4% do PIB, em 1977, passou para 6,9%, em 2001.

DN Ursula Zangger

9. PROTECÇÃO SOCIAL

Indicadores de Protecção social em 2001

Quadro 9.1

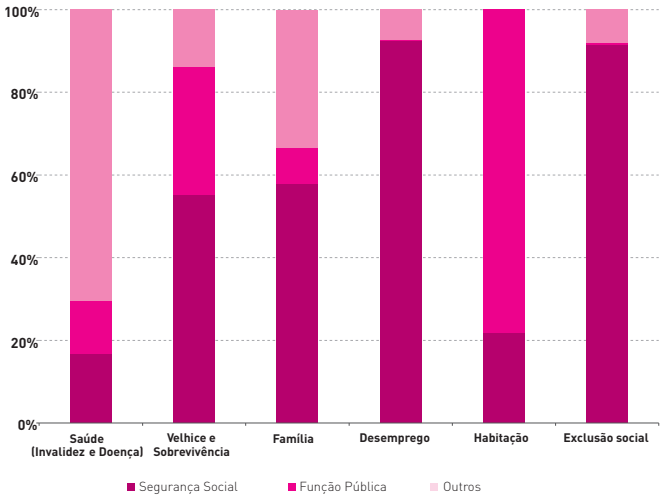
	Unidade	Valor
Receitas	Milhares de Euros	29 395 921
Despesas	Milhares de Euros	30 788 079
Despesas (em % PIBpm)	%	25,0
Despesas (*per capita*)	Euros	2 979
Prestações sociais (% Despesas)	%	83,9
por grupos de funções (% Prestações)		
Saúde (Invalidez e Doença)	%	43,6
Velhice e Sobrevivência	%	45,8
Família	%	5,6
Desemprego	%	3,6
Habitação	%	o
Exclusão social	%	1,3
Despesa dos regimes de Segurança Social (em % das Despesas de Protecção Social)	%	46,9

Fonte: INE, Inquérito à Protecção Social.
INE, Contas Nacionais (SEC 95).
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

No ano de 2001, em Portugal, foram despendidos cerca de 31 mil milhões de euros em protecção social (Quadro 9.1). Esta despesa correspondeu a 25% do Produto Interno Bruto a preços de mercado e a cerca de 3 mil euros *per capita*.
Daquele valor, cerca de 84% eram prestações sociais, das quais cerca de 90% dedicadas às funções "saúde" (invalidez e doença) e "velhice e sobrevivência".
Os regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social) respondiam por cerca de 47% do total das despesas em protecção social.

Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco, 2001

Gráfico 9.1



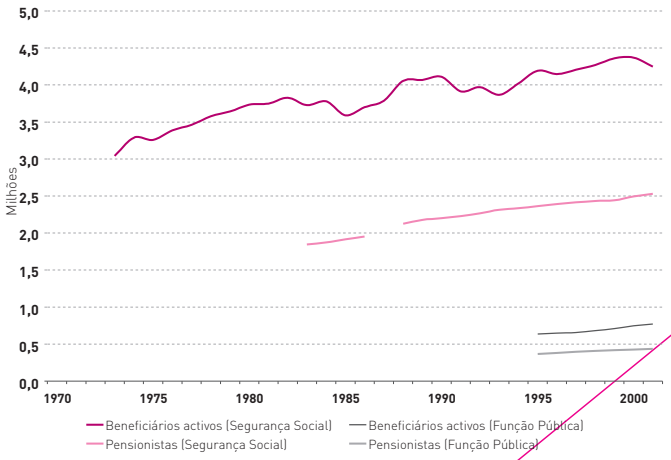
Fonte: INE, Inquérito à Protecção Social.

Cada um dos regimes de protecção social (Segurança Social, Função Pública e outros regimes) desenvolveu-se em função de necessidades específicas (Gráfico 9.1). Em 2001, os regimes da Segurança Social foram responsáveis pela atribuição da maior parte das prestações sociais, nomeadamente nas funções "desemprego" e "exclusão social" (com valores superiores a 90%); e nas funções "família" e "velhice e sobrevivência" (com valores superiores a 55%).

O quadro actual (2001), aqui sucintamente caracterizado, é o resultado duma rápida evolução. De facto, só a partir da década de setenta se registou um crescimento significativo do sistema de protecção social em Portugal, aproximando-se da universalização nos anos 80, a qual é atingida efectivamente nos finais dos anos 90. Os beneficiários activos do regime da Segurança Social, que eram cerca de 3 milhões em 1974, atingem mais de 4,2 milhões em 2001 (Gráfico 9.2). Estes beneficiários representavam em 1970, cerca de 75% da população activa e, em 1981, já superavam largamente 90% desta população.

Beneficiários activos e Pensionistas (Segurança Social e Função Pública)

Gráfico 9.2



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade.
Nota: O número de pensionistas refere-se aos pensionistas existentes em 31 de Dezembro.

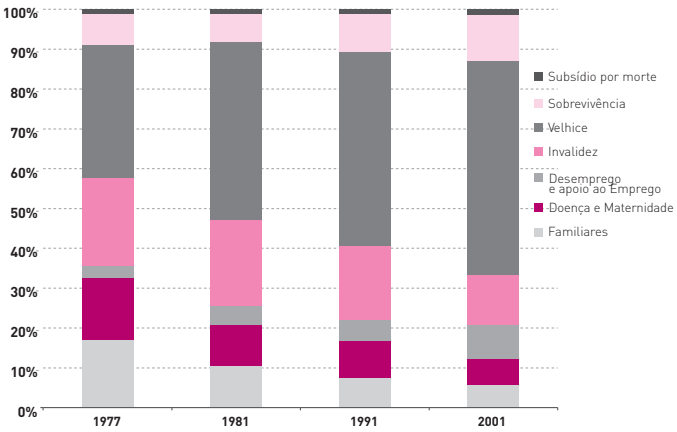
Os pensionistas do regime da Segurança Social tiveram também uma evolução crescente, passando de cerca de 1,8 milhões, em 1983, para mais de 2,5 milhões, em 2001.

No regime da Função Pública, embora a série disponível seja apenas para os anos posteriores a 1994, verifica-se também um acréscimo, quer dos beneficiários activos, quer dos pensionistas.

No respeitante aos regimes da Segurança Social, a composição das prestações, a preços constantes de 1970, para os principais grupos de funções comparáveis, apresenta de forma nítida, um aumento entre 1977 e 2001 do valor relativo das prestações de "velhice", "sobrevivência" e "desemprego e apoio ao emprego". Simultaneamente registou-se uma perda da importância relativa das prestações por "doença e maternidade" e "familiares" no conjunto das prestações sociais (Gráfico 9.3).

Estrutura das prestações da Segurança Social

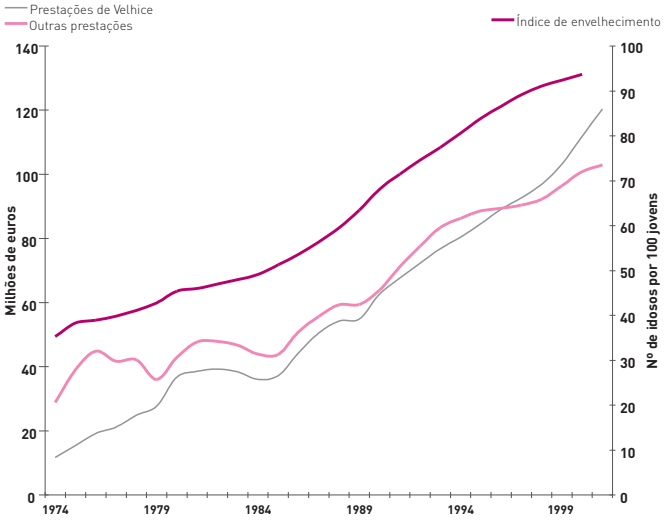
Gráfico 9.3



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conta da Segurança Social.

Evolução das prestações da Segurança Social (a preços constantes de 1970) e do índice de envelhecimento

Gráfico 9.4

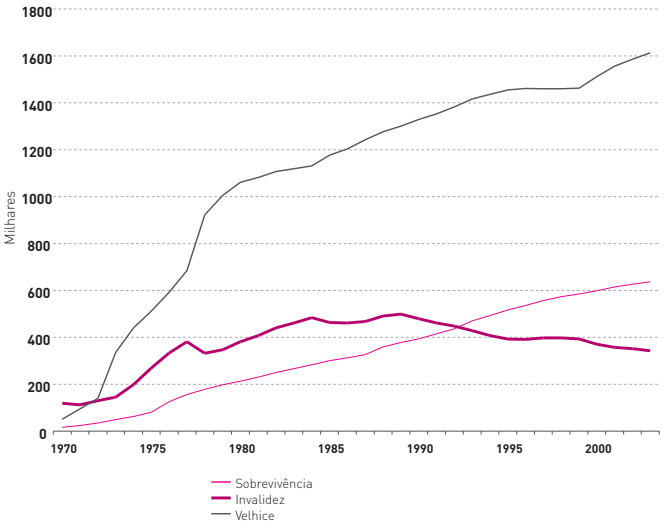


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conta da Segurança Social. INE, Estimativas de População Residente.

A importância das "prestações de velhice" aumentou nos últimos trinta anos, representando, ao longo desse período, um valor quase equivalente ao total das restantes prestações consideradas, vindo mesmo a superá-lo, a partir do ano de 1997 (Gráfico 9.4).

Pensionistas segundo o tipo de pensão

Gráfico 9.5



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade.

Este facto não deixa de espelhar o envelhecimento populacional ocorrido nesse período, com implicação no correspondente aumento do número de pensionistas (Gráfico 9.5).

No Gráfico 9.6, observa-se a evolução, entre 1974 e 2001, também em termos reais, das diferentes prestações sociais dos regimes da Segurança Social, excluindo as prestações de velhice.
Em primeiro lugar, constata-se a trajectória crescente das prestações correspondentes à função "invalidez", assumindo, a partir de 1976, uma posição de relevo. No entanto, a partir de 1989, a tendência de crescimento atenuou-se, acompanhando a inversão da trajectória do número de indivíduos que beneficiavam de pensões de invalidez, os quais iniciam, a partir dessa altura, uma diminuição progressiva (Gráfico 9.5).

As prestações sociais de "sobrevivência", acompanhando o envelhecimento da população portuguesa, nomeadamente no que respeita ao aumento da esperança de vida e da sobremortalidade masculina, tiveram também uma evolução positiva, acentuada a partir de 1989.

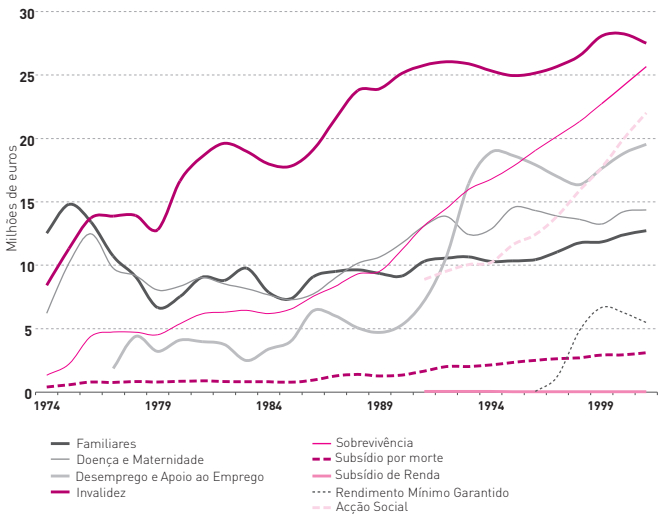
Também, a partir desse ano, o crescimento das prestações correspondentes à função "desemprego e apoio ao emprego" aumentou, acompanhando a tendência para o progressivo alargamento da cobertura da população em situação de desemprego.

A comparação das prestações relativas às funções "doença e maternidade" e "família" revela um comportamento semelhante ao longo do período em análise, apresentando um crescimento moderado e sempre com valores muito próximos.

Finalmente, saliente-se o crescimento da função "acção social" e, a partir de 1997, ano em que foi generalizado, do então designado "rendimento mínimo garantido".

Evolução das prestações da Segurança Social (a preços constantes de 1970)

Gráfico 9.6



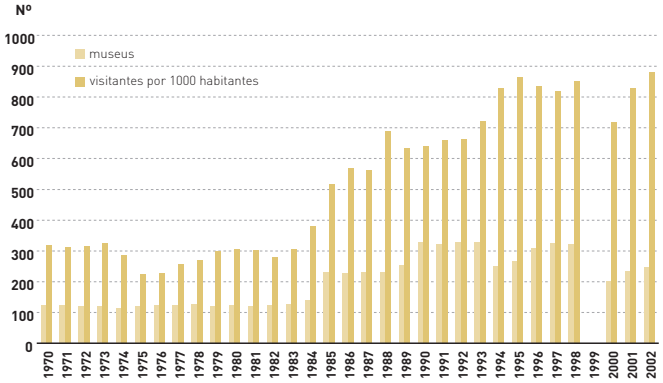
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conta da Segurança Social.

DN Direitos Reservados

10. CULTURA E RECREIO

Museus e número de visitantes por mil habitantes

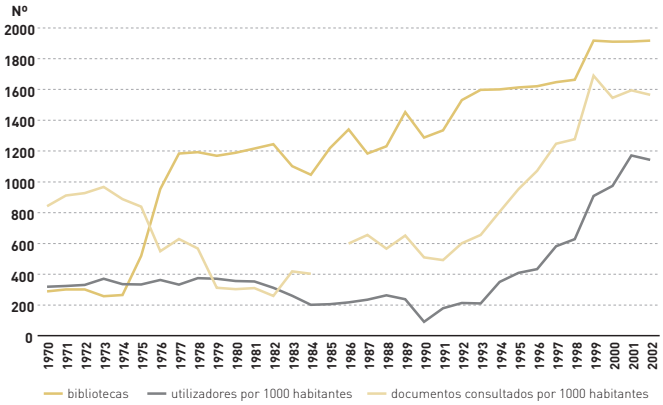
Quadro 10.1



Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.
Nota: Em 1999, não existem dados devido à reformulação do inquérito aos museus.

Bibliotecas, utilizadores e documentos consultados, por 1000 habitantes

Gráfico 10.2



Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.
Nota: Em 1985, não existem dados para o número de documentos consultados.

Através dos indicadores disponíveis, é perceptível, no período entre 1970 e 2002, que o acesso dos portugueses à cultura se alargou, nomeadamente na fruição dos equipamentos especificamente destinados a este fim, que, também, aumentaram em número.

Relativamente a museus, em 2002 existiam no território nacional 246 museus, o dobro dos existentes em 1970. Durante este período, os acréscimos mais significativos ocorreram em 1985 e 1990 (Gráfico10.1).

Por tipologia, verificou-se, nos últimos trinta anos, um aumento da proporção de museus de *arte*, de *etnografia* e de *antropologia*, de *ciências naturais*, de *ciências* e de *t cnica* e de *hist ria natural* e dos *jardins zool gicos*, *bot nicos* e *aqu rios* e uma diminuição da proporção de museus de *arqueologia e hist ria*.

O número de visitantes de museus aumentou, atingindo mais de 9 milhões de visitantes, em 2002, contra cerca de 3 milhões em 1970, traduzindo um aumento de 317 para 880 do número de visitantes de museus, por mil habitantes (Gráfico10.1).

A distribuição do número de visitantes, por tipo de museu, nas últimas três décadas teve uma evolução diferenciada: aumentou nos de *ciências naturais*, de *ciências* e de *t cnica* e de *hist ria natural*, manteve-se nos *jardins zool gicos*, *bot nicos* e *aqu rios*, e diminuiu nos museus de *arte*, de *etnografia* e *antropologia* e nos de *arqueologia* e *hist ria*.

No caso das bibliotecas, em 2002 existiam 1917 no território nacional, enquanto em 1970 contabilizaram-se apenas 288. O número destes equipamentos culturais registou uma trajectória ascendente, em particular entre 1975 e 1977 e no ano de 1999. Verificou-se, também, um aumento do número de utilizadores, sobretudo na década de 90 (1143 utilizadores por 1000 habitantes, em 2002, contra 319, em 1970) e de documentos consultados (1565 por 1000 habitantes em 2002 contra, apenas, 842 em 1970).

Quanto aos espectáculos públicos, enquanto que em 1970 o número de sessões realizadas rondou as 100 mil, com um número de espectadores que atingiu os 30 milhões, em 2002 realizaram-se mais de 500 mil sessões a que assistiram cerca de 24 milhões de espectadores, o que se traduziu na quebra do número de espectadores por sessão (passou de 284, em 1970, para 46, em 2002).

Entre as várias modalidades de espectáculos públicos sobressai o cinema cujas sessões reforçaram a sua já elevada importância relativa, representando, em

2002, 97,1% do conjunto dos espectáculos públicos contra 95,6% em 1970, mas, passaram a atrair uma menor proporção de espectadores (de 92,3%, em 1970, para 82,0% em 2002).

Em 2002 realizaram-se mais de meio milhão de sessões e cerca de 20 milhões de "idas ao cinema", enquanto em 1970 o número de sessões foi, apenas, de cerca de 102 mil, com um número de espectadores próximo de 28 milhões.

A evolução do número de espectadores apresentou, na década de 70, uma tendência de crescimento, atingindo o valor máximo em 1976. Neste período, a excepção foi o ano de 1975 em que se registou uma diminuição acentuada. De 1976 a 1994, ocorreu um decréscimo, mais acentuado a partir de 1986, situação eventualmente relacionada com a emergência em Portugal dos clubes de vídeo. Após 1994, afirma-se uma nova tendência para a subida.
A diminuição do número de espectadores, conjugada com o aumento do número de sessões, traduziu-se numa clara diminuição do número de espectadores por sessão: de cerca de 300, em 1974, para quase 40, em 2002 (Gráfico10.3).

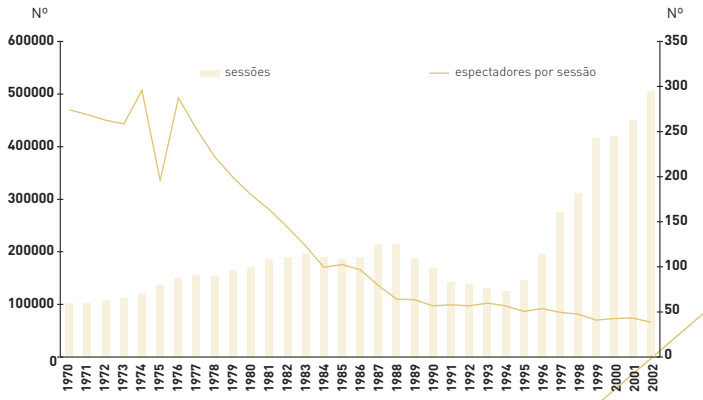
Por seu turno, as sessões de teatro viram diminuir a sua importância relativa, representando, em 2002 apenas 1,6% do conjunto dos espectáculos públicos contra 3,5% em 1970, mas captaram uma percentagem maior de espectadores (5,3%, em 2002, contra 4,4%, em 1970).
Contudo, se em 1970 o número de sessões ficou abaixo das 4 mil, o número de espectadores ultrapassou 1,3 milhões. Já em 2002, realizaram-se em Portugal mais de 8 mil sessões e, apenas cerca de 1,3 milhões de "idas ao teatro". Foi no período entre 1970 e 1998 que o teatro registou mais forte declínio: não só o número de sessões diminuiu como o número de espectadores. A partir de 1998, afirma-se uma tendência para a subida (Gráfico10.4).

Já no que se refere ao concerto e bailado, espectáculo de menor implantação na nossa tradição, nas décadas de 70 e de 80 apresentou uma importância residual, quer o número de sessões quer o de espectadores. Na década de 90, registou aumentos, em particular, no que respeita aos espectadores. Em 2002, este tipo de espectáculo captava 5,5% dos espectadores, embora o número de sessões não atingisse 1% do total dos espectáculos.

A ópera representou sempre menos de 1% dos espectáculos públicos. Em 2002, absorvia 0,4% dos espectadores contra 0,1% em 1970.

Sessões de cinema e espectadores por sessão

Gráfico 10.3



Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Sessões de teatro e espectadores por sessão

Gráfico 10.4

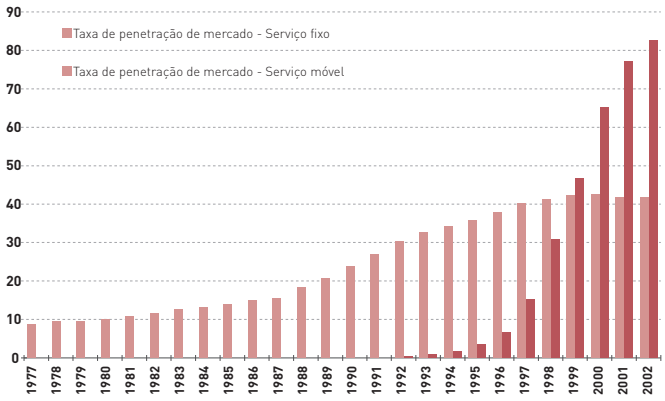
Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

DN Pedro Velez

11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Densidade Telefónica: Acessos telefónicos principais e serviço móvel terrestre

Gráfico 11.1



Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Nota: Taxa de penetração de mercado - Serviço fixo = Acessos telefónicos principais por 100 habitantes.
Taxa de penetração de mercado - Serviço móvel = Assinantes do serviço móvel por 100 habitantes.

Em 2002, o parque de acessos telefónicos principais equivalente, que inclui acessos residenciais, profissionais e públicos, era constituído por 4 463 993 unidades. Este número era 5,6 vezes superior ao de 1976. Os acréscimos anuais mais expressivos no número de acessos telefónicos ocorreram nos finais da década de oitenta e início da de noventa. Por seu turno, no ano de 2002 assistiu-se, pela primeira vez, a uma quebra de 1,2% no número de acessos telefónicos principais, indiciando uma saturação na expansão da rede de telefones fixos.
Esta evolução traduz-se também por um crescimento da densidade da rede telefónica existente. Em 1977, existiam 8,8 postos telefónicos principais por cada 100 habitantes. Em 2002, este indicador atingia já os 41,7. No final da década de noventa assistiu-se a uma estabilização do grau de penetração de mercado da rede fixa, tendo-se mesmo registado uma redução nos anos de 2001 e de 2002.

Ao mesmo tempo, os últimos onze anos descreveram um forte crescimento no mercado das telecomunicações móveis. O número de assinantes do serviço móvel terrestre passou de cerca de 37 mil, em 1992, para mais de 8,5 milhões, em 2002, tendo ocorrido variações anuais fortíssimas ao longo da década de noventa. Nos primeiros anos de 2000 assistia-se já a reduções naquelas taxas de crescimento.

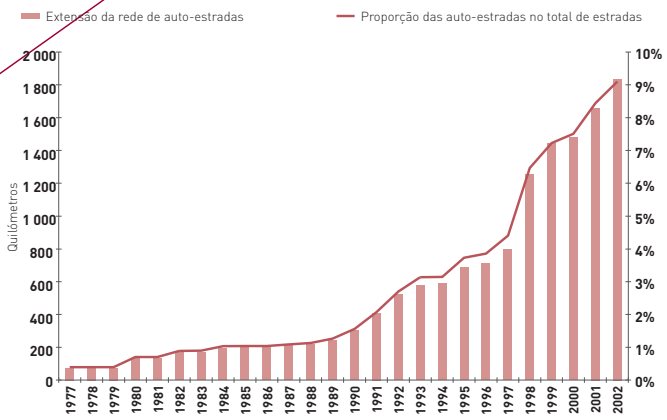
A taxa de penetração deste serviço também verificou um crescimento assinalável: em 1992 existiam 0,4 assinantes do serviço móvel por cada 100 habitantes, enquanto que em 2002 este indicador assumia já o valor de 82,5.

Portugal exibia, em 2002, uma taxa de penetração no mercado da rede fixa inferior à da União Europeia[1], que era de 56,6%. No entanto, no caso da rede móvel, a taxa de penetração de Portugal excedia a média comunitária, que era de 80,0%, sendo apenas superada pela do Luxemburgo, da Itália, da Finlândia e da Suécia.

Aquela evolução encontra-se espelhada no aumento da proporção dos orçamentos dos agregados familiares afecta aos gastos em comunicações. Em 1973/74, os agregados familiares portugueses gastavam, em média, 0,6% dos seus orçamentos em comunicações. Em 2000, aquela proporção era de 3,3%.

Extensão da Rede Nacional de Estradas no Continente

Gráfico 11.2



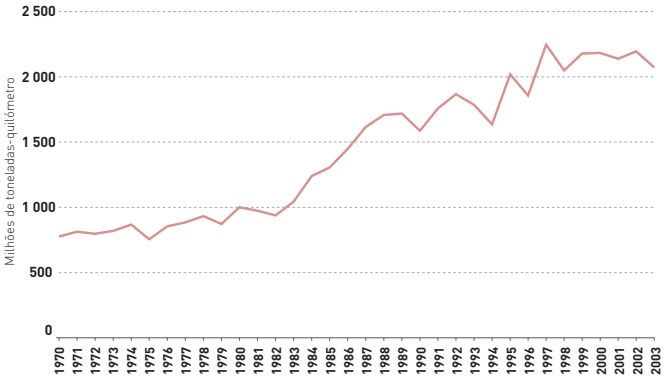
Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Nota: Estradas: Inclui Auto-estradas, Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais, Estradas Regionais e Estradas Municipais.

Os transportes também registaram alterações importantes ao longo dos últimos trinta anos, das quais se destacam alguns traços fundamentais.

Por um lado, o investimento em infra-estruturas de transporte aumentou. Importa destacar que este aumento foi potenciado pelos financiamentos comunitários desde 1985. A extensão das estradas da rede nacional do Continente português construída até 2002 atingiu mais de 20 mil quilómetros, distribuídos por auto-estradas, estradas nacionais, regionais e municipais, itinerários principais e itinerários complementares. As auto-estradas totalizaram pouco mais de 1 800 quilómetros, o que equivale a 25 vezes a extensão construída até 1978. Em 2002, a rede de auto-estradas correspondia a 9,1% do total de estradas do Continente.
Por outro lado, este aumento da rede viária terá sido um dos factores que contribuiu para uma maior utilização de meios de transporte rodoviários.

Transporte de mercadorias (Ferroviário) no Continente

Gráfico 11.3

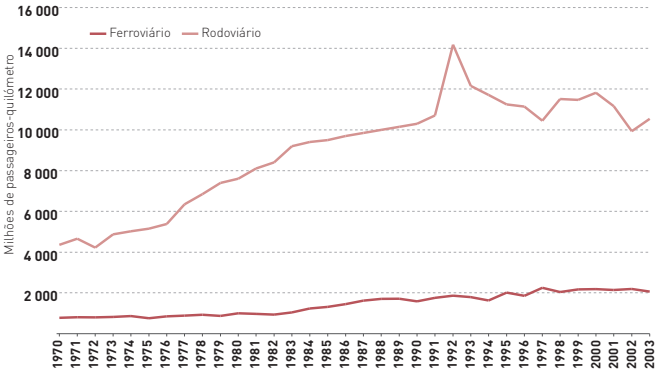


Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Nota: Ocorreram quebras de série em 1980 e 2003.

[1] Com base em ANACOM, Anuário Estatístico de 2002.

Transporte pesado de passageiros

Gráfico 11.4



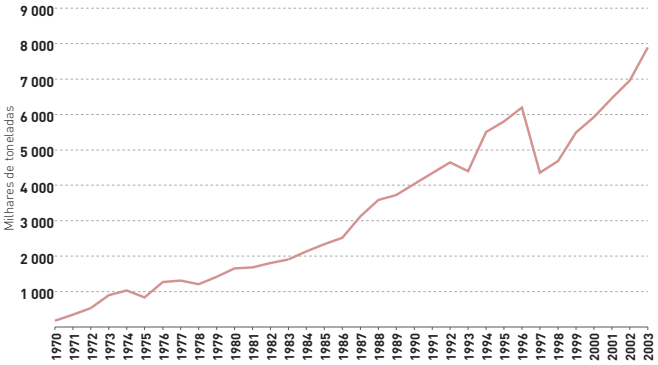
Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Notas: O Transporte ferroviário de passageiros verificou uma quebra de série em 1980 e 2003.
O valor apresentado para o transporte rodoviário de passageiros em 2003 é provisório.
O Transporte ferroviário de passageiros reporta ao Continente. O Transporte rodoviário de passageiros reporta a Portugal.

No que se refere ao volume de transporte pesado de passageiros (passageiros-quilómetro), por exemplo, verificou-se um crescimento médio anual mais acentuado no caso do transporte rodoviário (2,7%), do que no do transporte ferroviário (0,2%). A este resultado interessa acrescentar o aumento da importância relativa do transporte rodoviário, entre as duas alternativas consideradas, ao longo dos últimos trinta anos. Em 1970, 55,1% do volume de transporte de passageiros era efectuado por rodovia e em 2003 esta proporção era já 73,3%.

O volume de transporte de mercadorias por ferrovia no Continente (em toneladas-quilómetro) aumentou progressivamente, entre 1970 e 2003, a uma taxa média anual de 3%. No mesmo período, a tonelagem bruta das mercadorias carregadas e descarregadas em contentores, nos portos marítimos portugueses, aumentava a uma taxa superior (12,3%).

Contentores carregados e descarregados nos portos marítimos (Tonelagem bruta)

Gráfico 11.5

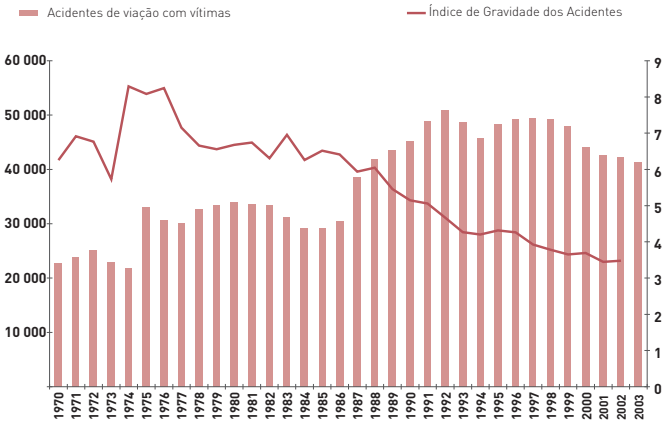


Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Nota: Ocorreram quebras de série em 1988 e 1997.

Por último, em 2002, o número de acidentes de viação com vítimas no Continente era superior a 42 mil e o número de vítimas cerca de 58 mil, valores superiores aos níveis observados há trinta anos. Note-se, todavia, que o índice de gravidade dos acidentes no Continente foi diminuindo, mais ou menos continuamente, ao longo do período analisado. Em 1970, registaram-se 6,3 mortos por acidente de viação com vítimas, enquanto em 2002 o mesmo indicador se ficava pelos 3,5.

Indicadores de sinistralidade rodoviária no Continente

Gráfico 11.6



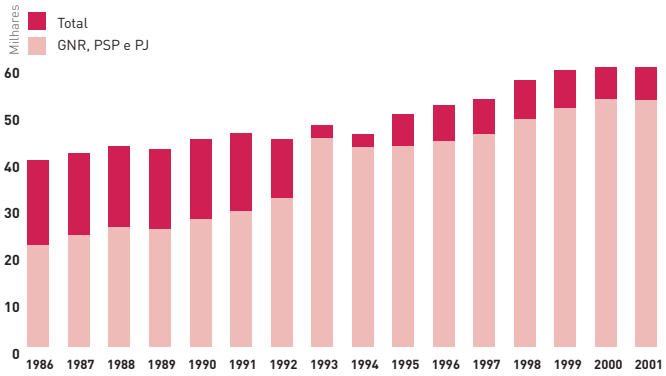
Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.
Notas: Indicador de Gravidade dos Acidentes = (Mortos em acidentes de viação/Acidentes de viação com vítimas)x100.
O número de acidentes de viação com vítimas verificou uma quebra de série em 1987. O valor de 2003 é provisório

DN Tiago Sousa Dias

12. JUSTIÇA

Pessoal ao serviço nas polícias e outros organismos de apoio à investigação

Gráfico 12.1

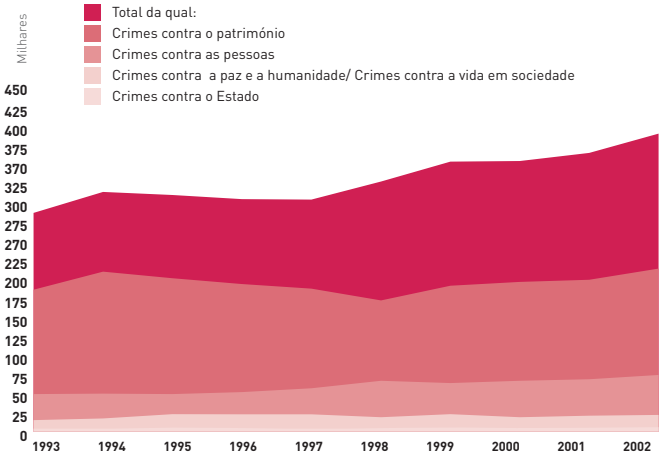


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Nota: Inclui os agentes de investigação da Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal (que a partir de 1993 esta incluída no quadro da GNR), a Polícia Marítima, a Inspecção-Geral das Actividades Económicas e os Institutos de Medicina Legal. A partir de 1990, inclui ainda a Inspecção-Geral de Jogos e os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

Desde há década e meia, o pessoal ao serviço nas polícias e outros organismos de apoio à investigação, tem exibido uma tendência, embora não muito acentuada, de crescimento (Gráfico 12.1). Este efectivo consistia, em 2001, em mais de 50 mil indivíduos, dos quais mais de 90% pertenciam à Guarda Nacional Republicana (que, a partir de 1993, absorveu a Guarda Fiscal), à Polícia de Segurança Pública ou à Polícia Judiciária. Aquele efectivo conta, ainda, com pessoal ao serviço em organismos como a Direcção-Geral dos Impostos, a Inspecção-Geral das Actividades Económicas, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou os Institutos de Medicina Legal.

Criminalidade registada pelas autoridades policiais

Gráfico 12.2

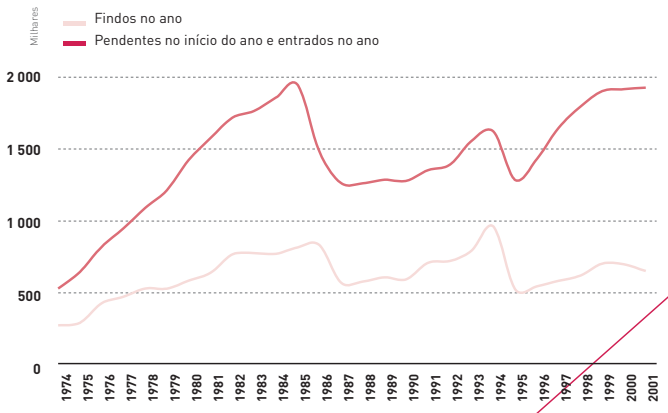


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Nota: Os dados relativos a 2002 são provisórios. Em 1998, procedeu-se à alteração da tabela de crimes, tendo-se substituído o critério que atendia exclusivamente à natureza do crime pela organização seguida na referida tabela para o pós-acusatório.

Os dados disponíveis relativos ao período 1993-2002 revelam um aumento da criminalidade registada, tendo as autoridades policiais registado, em 2002, cerca de 390 mil crimes (Gráfico 12.2). Os furtos constituem a grande maioria dos crimes, seguidos das ofensas à integridade física voluntárias. Importa anotar a redução do número de emissões de cheques sem provisão e também, ainda que de forma ligeira, dos crimes registados relativos ao tráfico de estupefacientes. Em contrapartida, os registos de condução sob a influência de álcool têm exibido uma tendência de crescimento.

Processos pendentes, entrados e findos

Gráfico 12.3

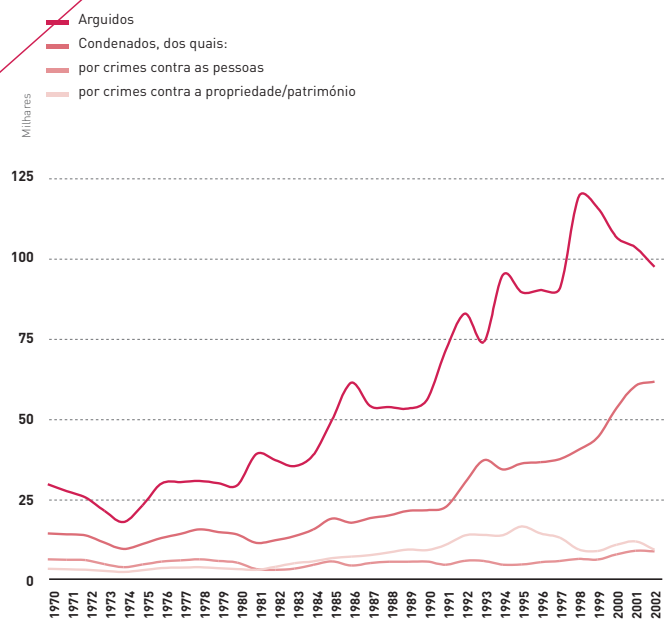


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.

Desde 1974 que o número de processos que transitam do ano anterior, acrescidos dos que entram nos tribunais judiciais no próprio ano, supera o número de processos findos em cada ano (Gráfico 12.3). O avolumar de processos nos tribunais tem ocorrido no sistema judicial português dos últimos trinta anos.

Arguidos e condenados em processos crime na fase do julgamento findos, nos tribunais judiciais de 1ª instância

Gráfico 12.4



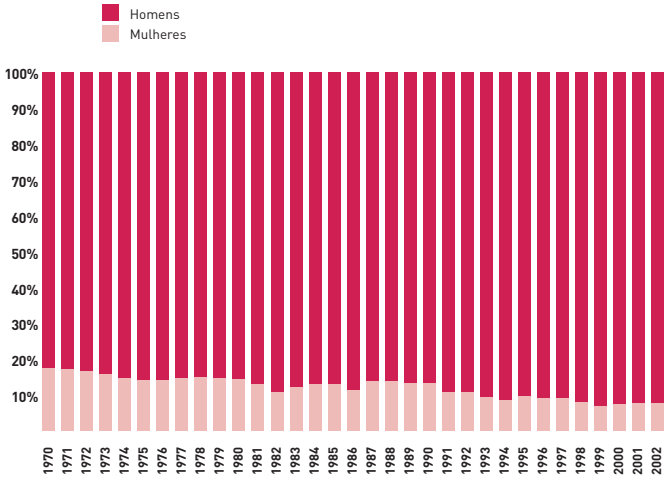
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Nota: Os dados relativos a 2002 são provisórios. Até ao ano de 1980, a informação estatística recolhida tinha em vista a sua publicação bianual, pelo que dados representados para os anos de 1971, 1973, 1975, 1977 e 1979 resultam de uma interpolação linear.

Embora com algumas oscilações, o número de arguidos em processos crime na fase do julgamento tem registado, nas últimas três décadas, uma tendência clara de crescimento. Os últimos anos (1999-2002) sugerem contudo uma inversão dessa tendência e, ao mesmo tempo, um crescimento da proporção de arguidos condenados (Gráfico 12.4).

Até 1981, o número de condenados por crimes contra as pessoas superava o número de condenados por crimes contra o património; a partir desse ano, esta relação inverteu-se. Em 2002, os últimos constituíam o motivo da condenação de 15,4% dos arguidos enquanto os primeiros representavam 14,5%.

Condenados em processos crime na fase de julgamento findos, nos tribunais judiciais de 1ª instância, por sexo

Gráfico 12.5

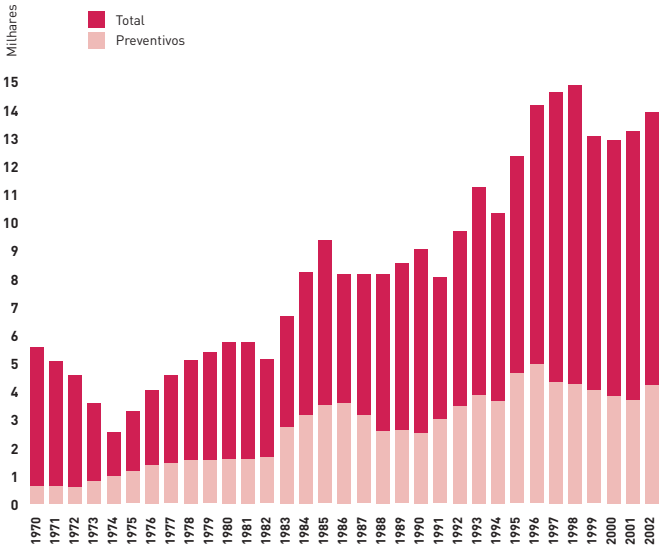


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Nota: Os dados relativos a 2002 são provisórios. Até ao ano de 1980, a informação estatística recolhida tinha em vista a sua publicação bianual, pelo que dados representados para os anos de 1971, 1973, 1975, 1977 e 1979 resultam de uma interpolação linear.

Note-se, também, a tendência de redução, embora de forma não muito marcada, da proporção de mulheres no total de condenados (Gráfico 12.5). De acordo com os dados relativos a 2002, apenas 8% dos condenados pertenciam ao sexo feminino.

Reclusos existentes em estabelecimentos prisionais comuns

Gráfico 12.6



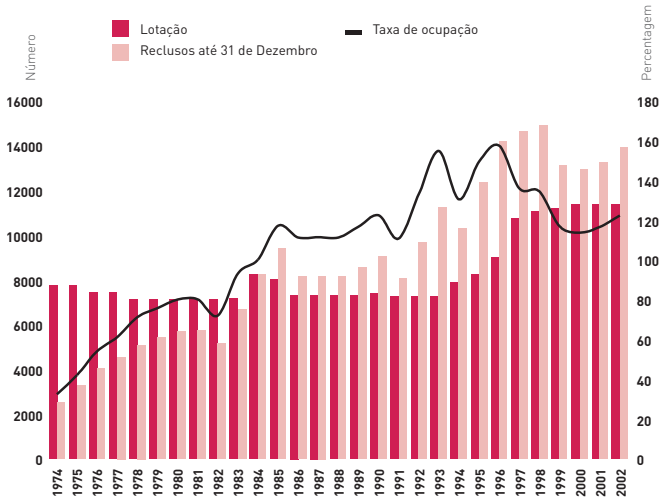
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Nota: Os dados relativos a 2002 são provisórios. Até ao ano de 1980, a informação estatística recolhida tinha em vista a sua publicação bianual, pelo que dados representados para os anos de 1971, 1973, 1975, 1977 e 1979 resultam de uma interpolação linear.

Desde 1974 que se vem assistindo a um aumento da importância dos reclusos preventivos no total da população prisional (Gráfico 12.6). Nos últimos anos, tem-se registado uma proporção que ronda os 30% do total de reclusos, com o número de reclusos preventivos a ultrapassar os 4 mil, em 2002.

Até 1984, os estabelecimentos prisionais portugueses exibiam, no conjunto, uma taxa de ocupação inferior a 100%. Contudo, desde 1984, primeiro ano de sobrelotação prisional, têm-se observado taxas de ocupação dos estabelecimentos prisionais nacionais muito elevadas (122%, em 2002) (Gráfico 12.7).

Taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais comuns

Gráfico 12.7



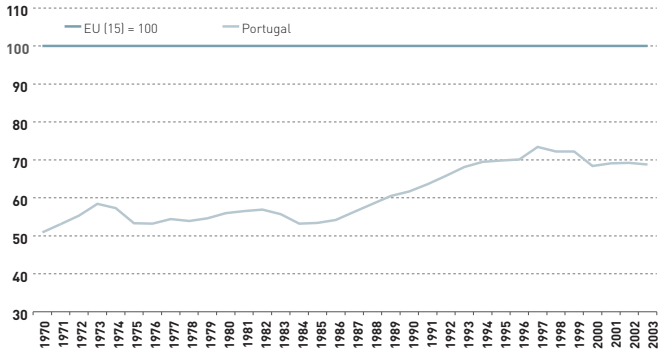
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
Notas: Os dados relativos a 2002 são provisórios. Até ao ano de 1980, a informação estatística recolhida tinha em vista a sua publicação bianual, pelo que dados representados para os anos de 1975, 1977 e 1979 resultam de uma interpolação linear.

DN Direitos Reservados

13. ECONOMIA

Produto Interno Bruto *per capita* (em % da média comunitária (PPC))

Gráfico 13.1



Fonte: Comissão Europeia (*Directorate General Economic and Financial Affaires), European Economy.*

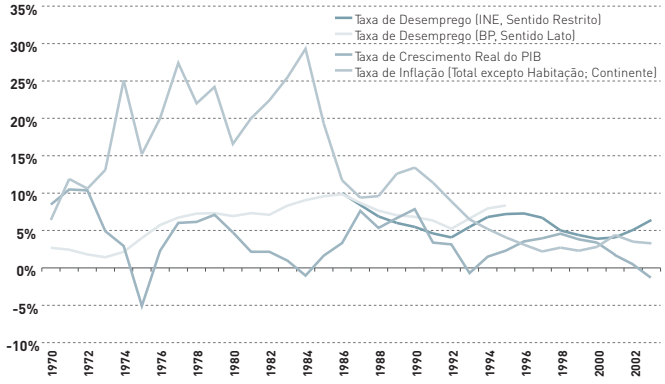
O 25 de Abril de 1974 foi decisivo para a ocorrência de transformações importantes na estrutura económica e na sociedade portuguesa, bem como para a orientação das políticas económicas.

Portugal tinha atravessado um período – a década de sessenta e o início da década de setenta - caracterizado por níveis elevados e sustentados de crescimento real do produto (atingindo 10,4% em 1972), reflectindo a abertura da economia nacional ao exterior, o forte crescimento europeu e a reafectação de recursos dos sectores menos produtivos para a indústria.

A conjunção dos efeitos do 25 de Abril (com a multiplicidade de políticas económicas e a instabilidade política que se seguiu), da descolonização, do primeiro choque petrolífero (1973-74) e da crise internacional subsequente gerou, na década de setenta, uma situação económica caracterizada por níveis elevados de inflação e de desemprego, recessão ou taxas moderadas no crescimento real do produto. Tinha-se vivido uma era de estagflação.

Evolução de alguns Indicadores Macroeconómicos

Gráfico 13.2



Fontes: INE, Índice de Preços no Consumidor.
Taxa de Desemprego e Taxa de crescimento real do PIB: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa. Desde 1995: INE, Inquérito ao Emprego e Contas Nacionais.
Notas: Ocorreram quebras de série no Inquérito ao Emprego em 1983, 1992 e 1998.
Os dados das Contas Nacionais de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Entre 1970 e 1974, a taxa de inflação aumentou de 6,4% para 25,1%. A taxa de desemprego aumentou na segunda metade dos anos setenta e o crescimento real do produto foi desacelerando, tendo-se mesmo assistido a um decréscimo de 5,1% em 1975.

No período de 1976 a 1979, foram levadas a cabo políticas de estabilização (1976-77) e foram negociados os acordos de estabilização macroeconómica com o Fundo Monetário Internacional (tendo sido o primeiro em 1978). Iniciou-se um período de crescimento real do produto, tendo-se atingido 7,1% em 1979. A taxa de inflação mantinha-se acima dos 20% e a taxa de desemprego continuava a crescer.

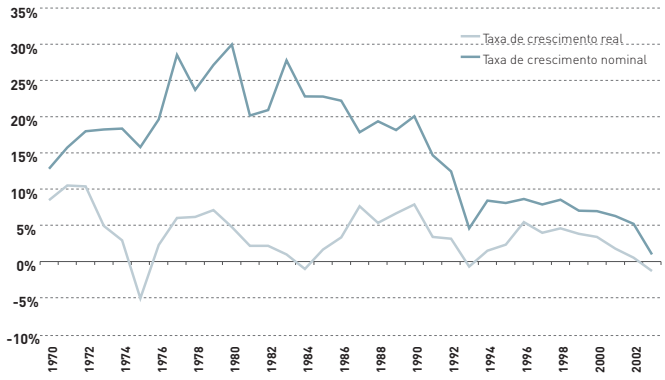
De 1980 a 1982, adoptou-se uma política expansionista em contra-ciclo com a economia internacional (na sequência da crise que sucedeu o segundo choque petrolífero de 1979). Durante este período, assistiu-se a uma subida na inflação e o crescimento real do produto desacelerou.

Entre 1983 e 1985, foram adoptadas novas políticas de estabilização, preparando o país para as transformações resultantes da integração na Comunidade Económica Europeia. Neste período, o produto cresceu a ritmos decrescentes (o que, aliás, se observava desde 1979), assistindo-se mesmo a uma queda de 1% em 1984, para a qual foi decisivo o comportamento do investimento (que caiu 16,1%, em termos reais). No mercado de trabalho, assistiu-se a um aumento no desemprego, tendo a taxa de desemprego atingido um máximo em 1986 (9,9%). Verificou-se também uma forte redução na taxa de inflação nos anos de 1985 e de 1986: em 1984 a taxa de inflação situava-se nos 29,3%; em 1985 e 1986 era já, respectivamente, de 19,3% e 11,7%.

No período de 1986 a 1993, Portugal experimenta os resultados da adesão à Comunidade Económica Europeia. Assiste-se a um processo crescente de liberalização dos fluxos de mercadorias, que se veio a reflectir na intensificação das trocas comunitárias, à entrada de investimento estrangeiro e de fundos estruturais e à definição de políticas comuns no sentido de proporcionar a convergência real e nominal dos Estados membros.

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (preços de mercado)

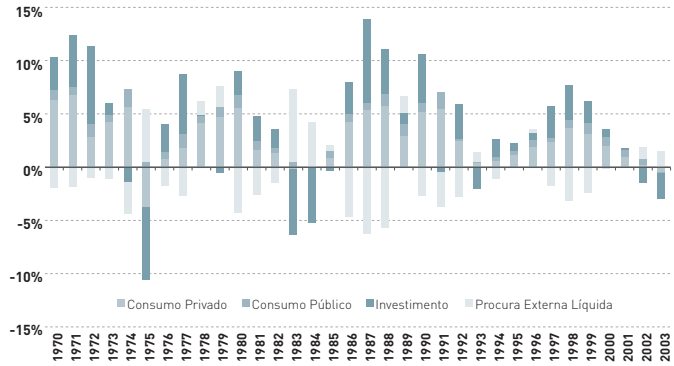
Gráfico 13.3



Fontes: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa. Desde 1995: INE, Contas Nacionais.
Nota: Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Contributos das componentes da Despesa para o crescimento real do Produto Interno Bruto (preços de mercado)

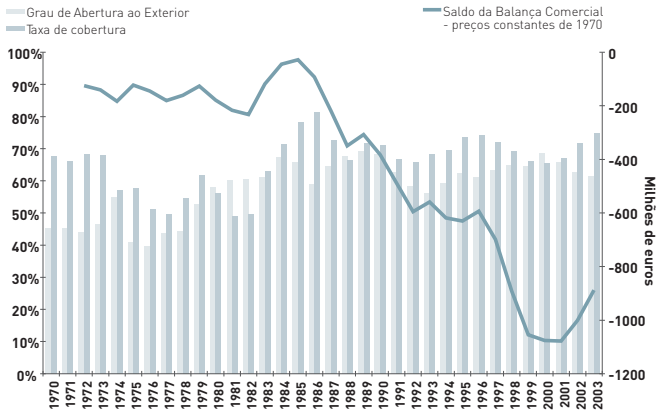
Gráfico 13.4



Fontes: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa. Desde 1995: INE, Contas Nacionais.
Notas: Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Indicadores da evolução da Procura Externa

Gráfico 13.5



Fontes: Até 1995: BP, Séries Longas para a Economia Portuguesa. Desde 1995: INE, Contas Nacionais (2000 e 2001: valores provisórios).
Notas: Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.
Grau de Abertura ao Exterior =[(Exportações + Importações) / PIB p.m.] x 100.
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações = (Exportações / Importações) x 100.
Saldo da Balança Comercial = Exportações - Importações

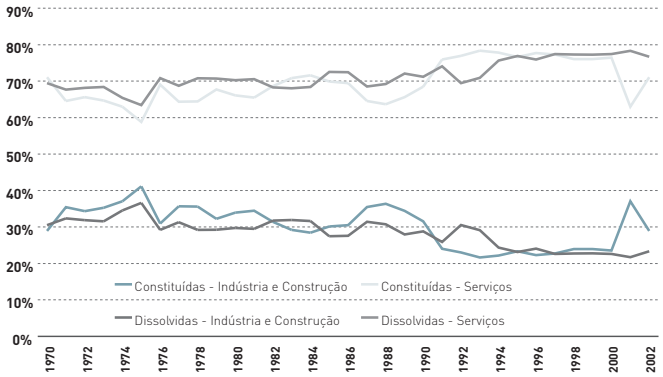
A primeira metade deste período (de 1986 a 1990) correspondeu a um período de expansão.
Por seu turno, de 1990 a 1993, a redução da inflação tornara-se então a prioridade, dada a intenção de integrar o escudo no Sistema Monetário Europeu e a necessidade de aproximação aos critérios de convergência fixados pelo Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 1992.

No plano internacional, os efeitos do crash da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1987, e da primeira Guerra no Golfo Pérsico (1990), contribuíram para a emergência de uma nova crise nos países industrializados em 1991-93, à qual Portugal não escapou.

Os indicadores macroeconómicos para o período de 1986 a 1993 revelam que ocorreram crescimentos reais substanciais do produto e respectivas componentes até 1990 (os quais foram induzidos sobretudo pelas componentes da despesa, consumo e investimento – esta última, associada aos avultados montantes de investimento em infra-estruturas co-financiados pelos fundos comunitários). As trocas comerciais com o exterior, com a entrada na Comunidade, registaram aumentos reais substanciais, tanto nas exportações, como nas importações. O grau de abertura ao exterior, que na década de setenta era, em média, de 45,7%, subiu para 63,3% na década de oitenta, mantendo este nível na década seguinte. A taxa de inflação apresentava níveis já longe daqueles que exibia em anos anteriores, fixando-se em 9,4%, em 1987, embora tenham ocorrido subidas nos três anos que se seguiram.

Distribuição das Sociedades Constituídas e Dissolvidas por Sector de Actividade

Gráfico 13.6



Fonte: Ministério da Justiça.

Evolução da importância dos fluxos de Comércio Internacional por países de destino/origem das mercadorias

Quadro 13.1

Milhares de euros

	Exportações				Importações			
	1970	1981	1991	2001	1970	1981	1991	2001
	CEE (6)	CEE (10)	CEE (12)	UE (15)	CEE (6)	CEE (10)	CEE (12)	UE (15)
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
CEE (Países que a integram em cada momento)	18.3	53.6	75.2	80.1	33.1	38.3	71.9	75.1
Alemanha (a)	6.3	12.5	19.1	19.1	15.5	11.0	15.0	13.8
Áustria	1.4	1.0	1.2	0.8	1.6	0.6	0.7	0.7
Bélgica + Luxemburgo	1.6	2.6	3.2	5.5	2.8	2.4	4.0	3.3
Dinamarca	2.8	1.7	2.1	1.1	0.9	0.4	0.8	0.6
Espanha	1.6	2.9	14.9	19.0	4.4	6.6	15.8	27.4
Finlândia	1.9	1.4	1.5	0.5	0.7	0.4	0.8	0.5
França	4.6	12.6	14.4	12.6	7.0	7.8	11.9	10.2
Grécia	0.3	0.4	0.4	0.4	0.2	0.1	0.1	0.2
Irlanda	0.4	0.4	0.5	0.5	0.0	0.3	0.4	0.6
Itália	3.1	4.2	4.0	4.6	5.3	5.4	10.2	6.8
Países Baixos	2.8	4.7	5.7	4.2	2.5	2.9	6.1	4.8
Reino Unido	20.4	14.4	10.8	10.3	14.0	8.1	7.5	5.0
Suécia	5.3	4.3	3.7	1.5	2.6	2.2	1.4	1.1
UE (15) (b)	52.5	63.2	81.6	80.1	57.4	48.2	74.8	75.1
EFTA	35.4	13.4	9.7	2.2	24.2	6.8	6.1	3.1
OPEP	0.7	3.7	0.6	0.8	4.6	18.6	4.8	4.5
PALOP	24.3	7.5	4.2	2.7	14.4	0.4	0.5	0.4
Estados Unidos da América	8.7	5.2	3.8	5.6	7.1	12.0	3.4	3.6
Japão	0.8	0.8	0.9	0.4	2.8	3.5	2.9	1.8

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional.
Notas: (a) Republica Federal da Alemanha, em 1970 e 1980.
(b) Inclui, em 2001, abastecimentos e provisões de bordo no âmbito das trocas comerciais intracomunitárias e países e territórios estatísticos não determinados no âmbito das trocas comerciais intracomunitárias.
(c) Em 1970, corresponde às Províncias Ultramarinas, com excepção de Macau e Timor. Em 1981, corresponde aos Países e Territórios de Expressão Portuguesa, com excepção de Macau, Timor e Brasil.
CEE (6): Alemanha, Bégica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.
CEE (10): Alemanha, Bégica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.
CEE (12): Alemanha, Bégica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.
Os valores para as Zonas Económicas (EFTA, OPEP e PALOP) reportam aos países que as integram em cada momento.

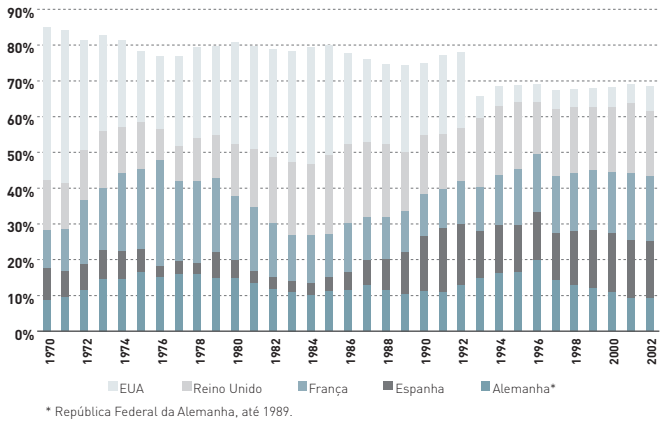
A análise da evolução das trocas comerciais com o exterior permite concluir que, entre 1970 e 2001, a importância relativa dos parceiros comunitários no total das exportações e das importações de Portugal aumentou. Em 1970, as exportações (importações) para a (da) Comunidade Económica Europeia[1] significavam 18,3% (33,1%) do total transaccionado. Em 2001, aquela proporção ascendia já a 80,1% (75,1%). Note-se que o crescimento da importância relativa do mercado comunitário, foi notório sobretudo no caso das exportações. A EFTA, cujos países foram integrando a Comunidade Económica Europeia, foi, por essa razão, perdendo expressão à medida que foram ocorrendo os vários alargamentos. Note-se que em 1970 as exportações (importações) para os quinze países que compõem actualmente a União Europeia, representavam pouco mais de metade dos totais transaccionados internacionalmente – 52,5%, no caso das exportações, e 57,4%, no caso das importações. Note-se, ainda, que os países clientes e fornecedores de Portugal não foram sempre os mesmos ao longo destes trinta anos. Em 1970, metade das exportações portuguesas (59,7%) tinham como destino os países da EFTA – dos quais se destaca o Reino Unido (20,4%) – e as então designadas Províncias Ultramarinas[2]. Nas décadas seguintes, assistiu-se a uma substituição progressiva daqueles clientes em favor da Alemanha, da França e, mais recentemente, da Espanha – destino de 19,0% das exportações portuguesas, em 2001. Por outro lado, em 1970, os fornecedores de Portugal eram essencialmente os países da EFTA (destacando-se, novamente o Reino Unido), a Alemanha e as Províncias Ultramarinas. Nas décadas seguintes, ganharam expressão a França e, de forma assinalável, a Espanha – que era o principal fornecedor de Portugal em 2001, sendo o país de origem de 27,4% das importações portuguesas de mercadorias.

[1] Nesta data, formada por seis estados membros: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

[2] Com excepção de Macau e de Timor.

Receitas de Turismo por principais países de origem

Gráfico 13.7

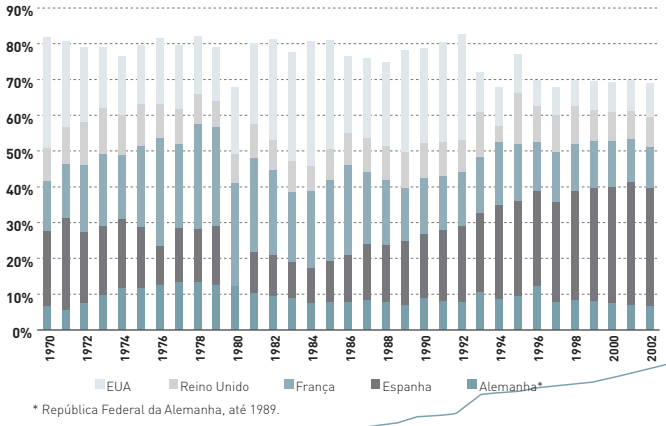


Fonte: INE, Estatísticas do Turismo.

A actividade de turismo, ao longo dos últimos trinta anos, verificou uma tendência crescente de importância. Em 1974, as receitas de turismo correspondiam a 2,8% do Produto Interno Bruto, enquanto que em 2002 significavam já 4,7%. Entre 1974 e 2002, as receitas de turismo cresceram a uma taxa média anual de 17,8%. Note-se, contudo, que a fonte destas receitas, por país de proveniência dos turistas, variou consideravelmente no tempo. Até 1991, a principal fonte de receitas de turismo era proveniente dos Estados Unidos da América – com excepção para a França nos anos de 1975 e 1976 – cuja importância foi, todavia, decrescente, tendo passado de 42,7%, em 1970, para 21,2% em 1992. A partir dessa altura, começaram a ganhar primazia as receitas do turismo proveniente do Reino Unido, da França e da Espanha.

Despesas de turismo por principais países de destino

Gráfico 13.8



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo.

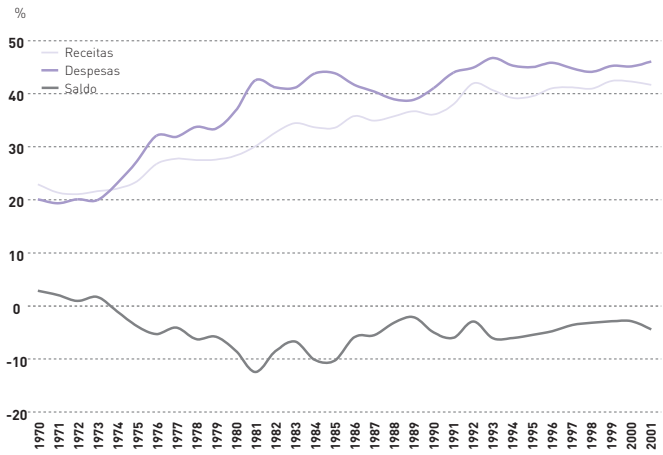
Nos trinta anos em análise, e estabelecendo o confronto com a década anterior ao período da Revolução (1960-74), as flutuações cíclicas da economia tornaram-se mais frequentes e o produto cresceu a ritmos mais lentos. Ao mesmo tempo, Portugal deparou-se com taxas de inflação e de desemprego elevadas. Para este cenário, contribuíram os efeitos da Revolução, mas também os efeitos conjugados do fim da descolonização e das várias crises internacionais que caracterizaram o período. Ao mesmo tempo, as relações comerciais com o exterior e os fluxos de turismo foram crescendo e tornaram-se mais centrados em torno dos países comunitários. Ao longo do período, assistiu-se também a uma do Produto Interno Bruto per capita português à média dos países comunitários.

DN Direitos Reservados

14. FINANÇAS PÚBLICAS

Receitas, despesas e saldo global das Administrações Públicas em % do PIB

Gráfico 14.1

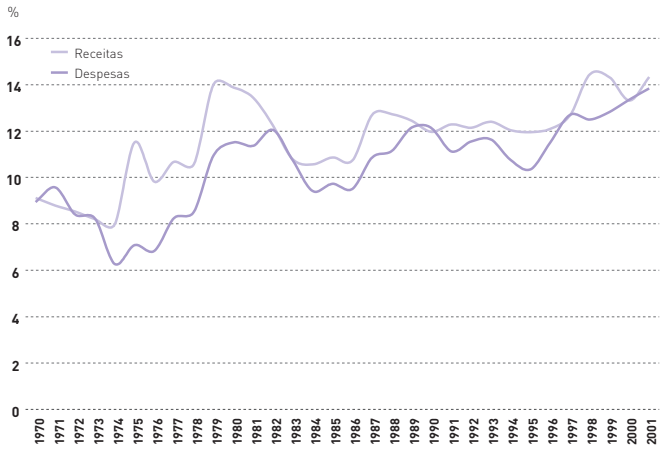


Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1954-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2001.
Os dados de 2000 e 2001 são provisórios.

Os dados disponíveis relativos aos últimos 30 anos (Gráfico 14.1) apontam para uma trajectória ascendente, quer das receitas, quer das despesas das Administrações Públicas, com o ano de 1974 a marcar uma transição entre uma fase de saldos positivos e um período de défices públicos que persiste até ao presente.

Receitas e despesas das Administrações Regionais e Locais em % do total de receitas e despesas das Administrações Públicas

Gráfico 14.2



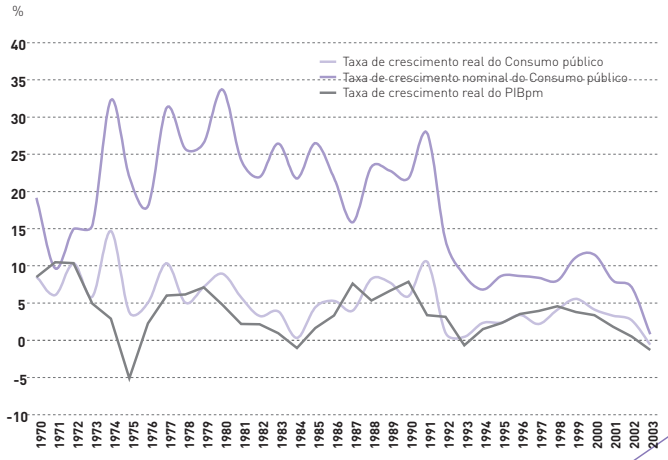
Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1954-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2001.
Os dados de 2000 e 2001 são provisórios.

Também as receitas e despesas das Administrações Regionais e Locais têm exibido uma tendência clara de crescimento, não se podendo afirmar o mesmo no respeitante à proporção das mesmas no total das Administrações Públicas (Gráfico 14.2). É, contudo, notório que, apenas com algumas excepções pontuais, a proporção das receitas regionais e locais no total das receitas públicas tem superado a das despesas. Em ambos os casos, desde os meados da década de 80, aquelas proporções têm oscilado em torno dos 12-14% e dos 10-12%, respectivamente.

O final da década de 70 e os anos 80 marcam, também, os maiores desfasamentos entre as taxas de crescimento nominal e real do consumo público, indicando um período de crescimento mais elevado dos preços implícitos naquela componente da despesa agregada. Embora de forma não muito acentuada, os dados relativos às últimas três décadas (Gráfico 14.3) sugerem uma tendência descendente do crescimento real do consumo público que tem acompanhado razoavelmente o crescimento real do PIB. Os anos de 1974, 1975 e 1976 são, porventura, a excepção mais clara a esta evolução conjunta, com o consumo público a crescer, em termos reais, substancialmente mais que o produto.

Taxa de crescimento do Consumo Público

Gráfico 14.3

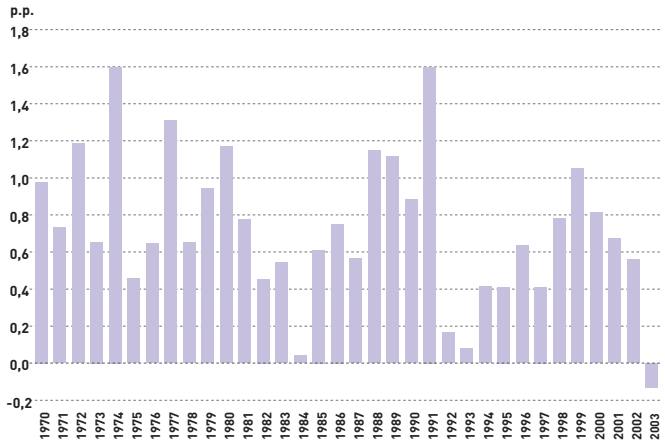


Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1954-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2003. Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Face às restantes componentes da despesa agregada, o consumo público tem revelado, nas últimas três décadas, oscilações no respeitante ao contributo para o crescimento do produto (Gráfico 14.4), chegando em 1974 e 1991 a explicar 1,6 pontos do crescimento real do produto. Em contrapartida, os dados preliminares para 2003, sugerem, pela primeira vez desde 1970, um contributo negativo desta componente da despesa agregada.

Contribuição do Consumo Público para o crescimento real do PIB

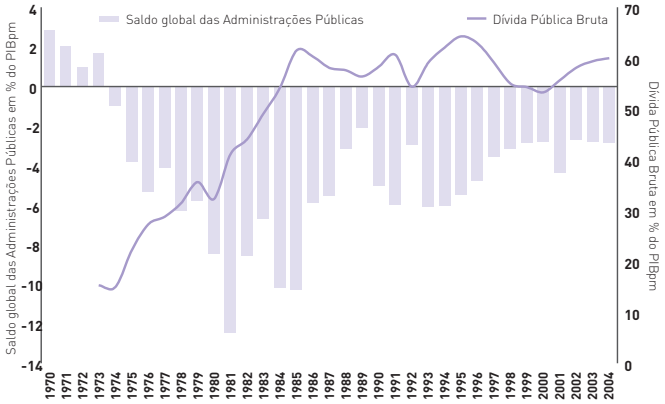
Gráfico 14.4



Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1974-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-2003. Os dados de 2000 e 2001 são provisórios. Os dados de 2002 e 2003 são preliminares.

Saldo Público Global e Dívida Pública Bruta em % do PIB

Gráfico 14.5

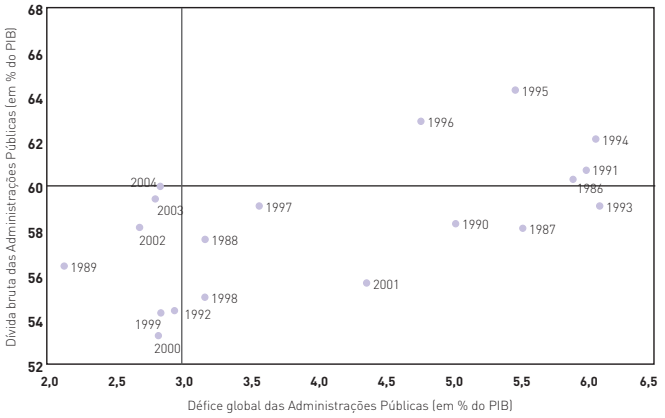


Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1970-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-1998. (Saldo global)
Comissão Europeia (1973-1996). Eurostat (1997-1998). (Dívida Pública)
INE, Procedimento dos défices excessivos, 1999-2004, Março de 2004.
Os dados de 2002 e 2003 são estimados. Os dados de 2004 são previstos.

A dívida pública cresceu de forma muito acentuada até meados da década de oitenta, tendo desde aí variado entre 64% (em 1995) e 53% (em 2000). O saldo público global, que foi positivo na década de setenta, tornou-se progressivamente mais negativo a partir de 1974, tendo atingido, em 1981, o valor máximo de 12% do PIB. Desde então, a tendência tem sido para uma redução do défice público.

Saldo global das Administrações Publicas e Dívida Pública Bruta em % do PIB

Gráfico 14.6



Fontes: Banco de Portugal, Séries Longas, 1986-1994. INE, Contas Nacionais, 1995-1998. (Saldo global)
Comissão Europeia (1986-1996). Eurostat (1997-1998). (Dívida Pública)
INE, Procedimento dos défices excessivos, 1999-2004, Março de 2004.
Os dados de 2002 e 2003 são estimados. Os dados de 2004 são previstos.

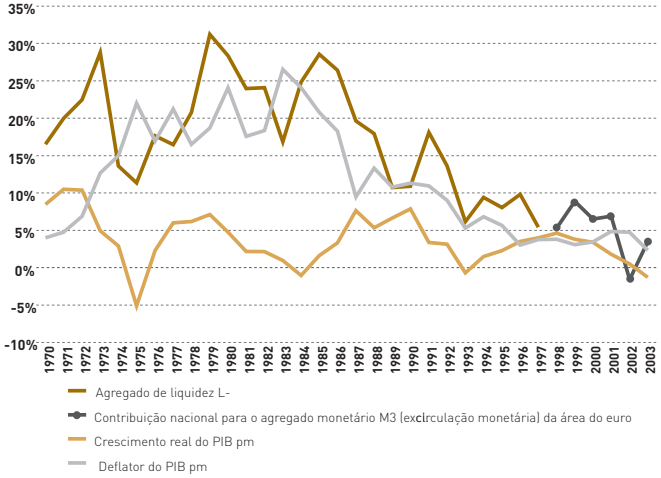
A adopção, em 1997, do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) introduziu, na União Europeia, um enquadramento na gestão das finanças públicas, em particular, o compromisso de que, salvo circunstâncias excepcionais, o défice e a dívida públicos não devem exceder 3% e 60%, respectivamente, do produto.

DN Direitos Reservados

15. MOEDA E CRÉDITO

Moeda, Produto e Preços (taxas de variação)

Gráfico 15.1



Fontes: Banco de Portugal (Séries Longas para a Economia Portuguesa, Boletim Estatístico e Estatísticas Monetárias e Financeiras).
Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais Trimestrais, para o crescimento real do PIBpm desde 1996).

Notas: Agregado L-: Saldos em final de ano; Até 1985 é coincidente com o agregado monetário M2- ("moeda em sentido lato").
Contribuição nacional para M3: Saldos em fim de ano.
PIBpm e deflator do PIBpm: valores anuais.

Nos últimos 30 anos, também no plano monetário e financeiro ocorreram importantes modificações. O sistema financeiro foi sucessivamente nacionalizado (em 1975), depois aberto à iniciativa privada (em 1985) e finalmente re-privatizado (a partir de 1989). Pelo caminho, foi também desregulamentado (permitindo a livre fixação das taxas de juro pelas instituições financeiras, por exemplo) e modernizado (com a introdução de múltiplos produtos financeiros inovadores). A política monetária, inicialmente utilizada para o financiamento do défice público, foi posteriormente reorientada para objectivos ligados ao controlo da inflação e, por último, passou a ser determinada sobretudo ao nível da zona euro. A política cambial esteve primeiro ao serviço do combate ao défice da balança de transações correntes (pela via dos efeitos no comércio externo), foi depois orientada para a defesa de uma relativa estabilidade do escudo e finalmente, com a adopção do euro, deixou de ser um instrumento de política disponível para Portugal.

A década de 70, iniciou-se num cenário de elevado crescimento económico (acima dos 10% em termos reais para os anos de 1971 e 1972) estimulado por uma forte expansão monetária, com a oferta de moeda a crescer cerca do dobro do produto. As taxas de juro praticadas pelos bancos eram então limitadas por via administrativa e situavam-se ligeiramente acima dos 7% para as operações activas com prazos de 2 a 5 anos. Em 1973, o crescimento económico abrandou bastante, na sequência do designado 1º choque petrolífero. Igualmente a partir de 1973, importa notar a aceleração do nível de preços implícito no PIB, cujo crescimento passou a superar o crescimento real do produto, mantendo-se este diferencial extremamente acentuado até 1986. Até meados dos anos 80, porém, a criação de moeda (muito associada ao financiamento do défice publico) manteve-se bastante forte, embora com importantes oscilações (em particular, uma nítida desaceleração nos anos de 1974 e 1975). Durante todo este período, as fases do ciclo económico ocorreram quase sempre em paralelo com as acelerações e desacelerações da massa monetária. Uma tendência haveria, no entanto, de se manter constante através das oscilações conjunturais dos anos 70 e da primeira metade da década de 80: a subida dos juros, que no caso das taxas activas (créditos por 2 a 5 anos) viriam mesmo a ultrapassar os 30% nos anos de 1983 a 1985. Outra tendência forte deste período foi a desvalorização do escudo. Deste modo, a política cambial procurou promover a competitividade da economia portuguesa no plano do comércio externo.

Entre 1985 (ano da adesão de Portugal à CEE) e 1991, o sistema financeiro português sofreu profundas transformações. Logo em 1985, surgiram os primeiros bancos privados do pós-25 de Abril (novos bancos, portugueses e estrangeiros). Em 1988, os limites administrativos das taxas de juro activas praticadas pelos bancos foram suspensos (as taxas de juro aplicadas aos depósitos seguiriam também este caminho, mas só em 1992). Em 1989, a Revisão Constitucional abre as portas às privatizações e, entre 1989 e 1991, foram privatizadas várias instituições bancárias e outras empresas do sector financeiro. De tudo isto resultou um claro aumento da concorrência no sector financeiro. Como resultado conjunto desta maior concorrência e das profundas alterações introduzidas no quadro legal do sistema financeiro com o intuito de o modernizar e desregulamentar, ocorreram profundas inovações ao nível das instituições e dos produtos financeiros. Entre outros, surgiram os fundos de investimento, os fundos de pensões, as contas-poupança, os planos de poupança-reforma, nasceram as sociedades de capital de risco, multiplicaram-se as sociedades gestoras de participações sociais, etc..

Limites administrativos de taxas de juro

Quadro 15.1

Anos	Legislação	Taxa de Desconto do Banco de Portugal	Taxa de Juro Activa - Empréstimos bancários de 2 a 5 anos (1)	Taxa de Juro Passiva - Depósitos a Prazo de 181 dias a 1 ano (2)
1970	Port.217/70 de25/4	3.50	7.25	5.00
1971	Port. 62/71 de 6/2	3.75	7.50	5.25
1972	Port. 749/72 de18/12	4.00	7.50	5.25
1973	Port. 910/73 de 21/12	5.00	8.25	5.50
1974	D.L.329-E/74 de 10/7	5.00	10.00 a 10.50	7.00 a 8.00
	Port. 830-A/77 de 21/12	7.50	11.00	8.00 a 9.00
1975	Aviso de 19/12	6.50	11.75	9.50
1976	Aviso de 1/7	6.50	12.25	9.50
1977	Aviso de 28/2	8.00	13.75	11.00
	Aviso de 26/8	13.00	17.75	15.00
1978	Aviso de 6/5	18.00	21.25	19.00
1981	Aviso de 16/7	18.00	21.00 a 23.00	19.50
1982	Aviso nº 4 de 20/4	19.00	25.00	21.50
1983	Aviso nº 2 de 23/3	23.00	29.00	26.00
	Aviso de 8/8	25.00	31.50	28.00
1984	Aviso de 20/6	25.00	31.50	28.00
1985	Aviso nº1 de 11/1	25.00	31.50	27.00
	Aviso de 3/8	23.00	29.00	24.00
	Aviso de 26/11	19.00	25.00	20.00
1986	Aviso nº 3 de 9/4	17.50	23.50	18.50
	Aviso nº 9 de 27/6	16.00	20.50	15.50
1987	Aviso nº 1 de 6/1	15.50	20.00	15.00
	Aviso nº 3 de 20/3	15.00	19.50	14.50
	Aviso nº 12 de 15/10	14.50	18.50	14.00
1988	Aviso nº 1 de 6/2	14.00	18.00	13.50
	Aviso nº 3 de 5/5	13.50	17.00	13.00
	Aviso nº 5 de 15/9	13.50	*	13.00
1989	Aviso de 18/3	14.50	*	13.00
1990	Aviso nº 8 de 15/6	14.50	*	14.00
1991	Aviso de 14/2	14.50	*	14.00
1992	Aviso de 20/5	14.50	*	*

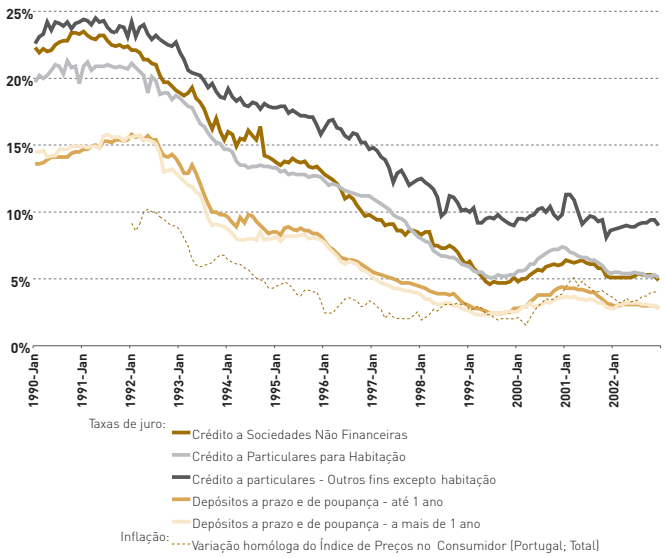
Fonte: Banco de Portugal (S *ries Longas para a Economia Portuguesa*)
Notas: (1) Desde o Aviso nº 3 de 1987, passou a ser estabelecida uma única taxa máxima, independente do prazo das operações de crédito.
(2) Até 1984 eram estabelecidas taxas máximas de remuneração dos depósitos a prazo. A partir de 1985, passaram a ser estabelecidos limites mínimos à taxa de juro dos depósitos constituídos por prazos superiores a 180 dias mas não a 1 ano.
* taxas de juro estabelecidas pelas instituições.

O mercado de capitais, praticamente estagnado desde o 25 de Abril, viveu em meados dos anos 80 um grande dinamismo. Em 1986, ocorreu na Bolsa de Valores do Porto a primeira de uma série de Ofertas Públicas de Venda (OPV) que viriam a traduzir-se num importante meio de captação de poupanças dos particulares. Em 1989, foi a vez das Ofertas Públicas de Aquisição (OPA) entrarem também no léxico dos investidores portugueses. Nesse mesmo ano iniciou-se o processo de privatizações, no qual as Bolsas de Valores de Lisboa e Porto desempenharam também um papel significativo. Em 1991, o Código do Mercado de Valores Mobiliários ("Lei Sapateiro") veio modernizar as regras de negociação seguidas nas Bolsas.

A partir de 1986, observa-se uma progressiva desaceleração da expansão monetária. O agregado de liquidez L- (activos líquidos do sector residente não financeiro), que, entre 1976 e 1988, crescera sempre acima de 16% ao ano, no período de 1989-1992 registou crescimentos anuais entre 10% e 18% e, após 1993, limitou-se mesmo a crescimentos inferiores a 10%. Paralelamente, ocorre também um nítido abrandamento do crescimento dos preços implícitos no PIB, que se fez sentir a partir de 1984 e se manteve até 1996. Aquela evolução do grau de liquidez da economia não será inteiramente estranha ao facto de a partir de 1990 o Banco de Portugal ter passado a estar explicitamente proibido de conceder crédito directamente ao Tesouro, impedindo assim o financiamento do défice público pela via da criação de moeda.

Taxas de juro sobre operações bancárias e Inflação

Gráfico 15.2

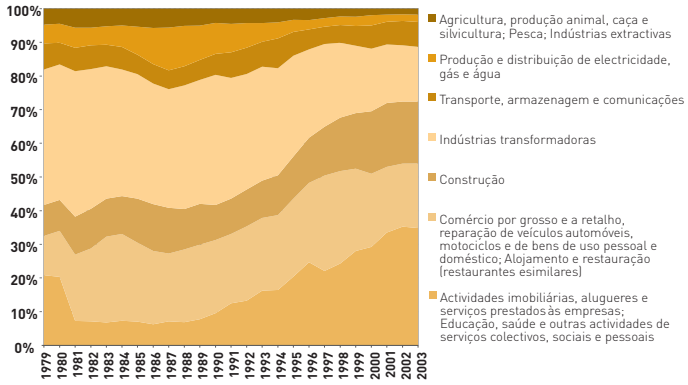


Fontes: Banco de Portugal (Estatísticas Monetárias e Financeiras: Taxas de juro sobre novas operações das instituições financeiras monetárias - média ponderada).
Instituto Nacional de Estatística (Índice de Preços no Consumidor).
Notas: Crédito excluindo operações à vista e a prazo indeterminado como, por exemplo, descobertos bancários. Inclui crédito a emigrantes.

Os limites impostos às taxas de juro estiveram em queda desde 1985 até 1988, mas os juros subiram de novo nos anos de 1990-1991. A partir de 1992, porém, as taxas de juro (já sem quaisquer limites administrativos) desceram de forma sustentada até 1999. Uma tão prolongada e acentuada descida dos juros teve naturalmente consequências ao nível dos comportamentos de poupança e de investimento. No início dos anos 80, o crédito bancário era essencialmente dirigido às empresas (sociedades não financeiras), cujo endividamento perante a banca correspondia então a mais de 6 vezes o endividamento dos particulares. Entretanto, o saldo do crédito concedido a particulares cresceu de forma mais acentuada do que o das sociedades não financeiras (tendo este uma evolução mais cíclica). Em consequência, a partir de 1996, o endividamento das famílias à banca passou a superar o das sociedades não financeiras. Desde o ano 2000, o saldo de crédito bancário em dívida pelas sociedades não financeiras tem registado crescimentos mais acentuados do que o dos particulares (excepto em 2002).

Crédito bancário a sociedades não financeiras (saldos em fim de período) - estrutura por ramos de actividade

Gráfico 15.3



Fonte: Banco de Portugal (Estatísticas Monetárias e Financeiras: Empréstimos de outras instituições financeiras monetárias - saldos em fim de período).
Nota: Não inclui crédito titulado.

A estrutura do crédito bancário concedido às sociedades não financeiras por ramos de actividade destaca a perda de importância relativa das indústrias transformadoras (sobretudo nos anos 90), o lento declínio do sector primário, o ganho da construção (desde meados dos anos 90), e também o acréscimo de importância relativa de um vasto conjunto de actividades terciárias, no qual se incluem as imobiliárias, os serviços prestados às empresas, a educação e a saúde.

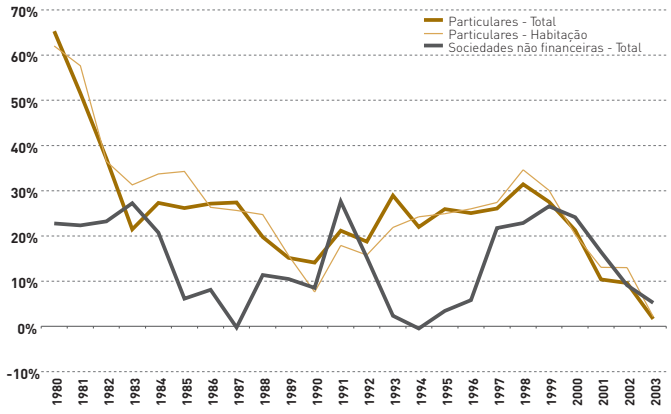
No final dos anos 80, o escudo passa a observar uma depreciação mais lenta, a tender para a estabilidade cambial e preparando a adesão ao Sistema Monetário Europeu, a qual viria a concretizar-se em 1992. A política cambial passava a orientar-se sobretudo para o objectivo de garantir a relativa estabilidade da moeda no plano externo. Após 1992, o índice cambial efectivo para Portugal manteve a mesma tendência de depreciação lenta.

A partir de 1996, o crescimento dos preços implícitos no PIB conteve-se entre 2 e 5%, permitindo que entre 1996 e 1999 (período de maior crescimento do último ciclo expansionista vivido em Portugal) o crescimento real do produto se situasse acima do respectivo nível de inflação. É nesta fase que se dá o advento do euro (utilizado nos mercados monetários, cambiais e financeiros desde o início de 1999), fazendo com que as políticas monetária e cambial tenham passado a ser determinadas ao nível comunitário. A contribuição portuguesa para a oferta monetária da zona euro (excluindo circulação) viria, em 2002, a registar uma variação negativa, recuperando em 2003 para um crescimento da ordem dos 3,5% – sem contudo conseguir impedir uma variação negativa do PIB em termos reais da ordem de 1,3%, acompanhada de importante desaceleração do nível de preços associado do PIB.

Em 1996, foi inaugurada a Bolsa de Derivados do Porto, iniciando-se a negociação de contratos de futuros. A inovação no mercado de capitais prosseguiria em 1999, com a introdução dos contratos de opções. Ainda em 1999, a Bolsa de Valores de Lisboa e a Bolsa de Derivados do Porto fundiram-se, dando origem à Bolsa de Valores de Lisboa e Porto. O ano 2000 foi o momento para nova modernização das regras de funcionamento do mercado de capitais, na sequência da revogação da "Lei Sapateiro". Finalmente, em 2002, a Bolsa de Valores de Lisboa e Porto adere ao universo Euronext, passando a denominar-se Euronext Lisbon, permitindo aos investidores portugueses um melhor acesso a novos instrumentos financeiros e a outros mercados.

Crédito bancário (saldos em fim de período) - taxas de variação

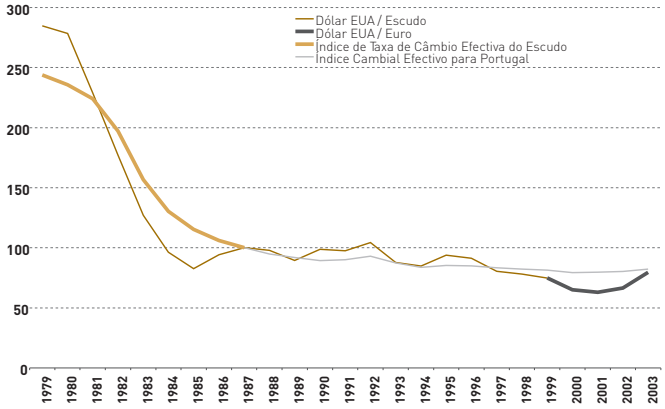
Gráfico 15.4



Fontes: Banco de Portugal (Estatísticas Monetárias e Financeiras: Empréstimos de outras instituições financeiras monetárias - saldos em fim de período).
Nota: Não inclui crédito titulado; inclui crédito a emigrantes.

Índices cambiais (base: 1987 = 100)

Gráfico 15.5



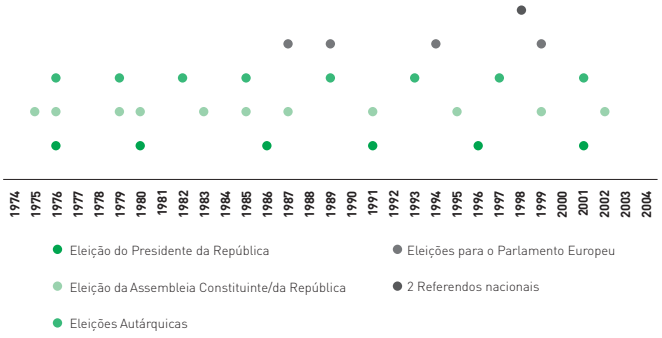
Fonte: Banco de Portugal.
Nota: Valores médios anuais.

DN Bruno Peres

16. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Cronologia dos actos eleitorais gerais e dos referendos nacionais

Gráfico 16.1



Fonte: STAPE, Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna.

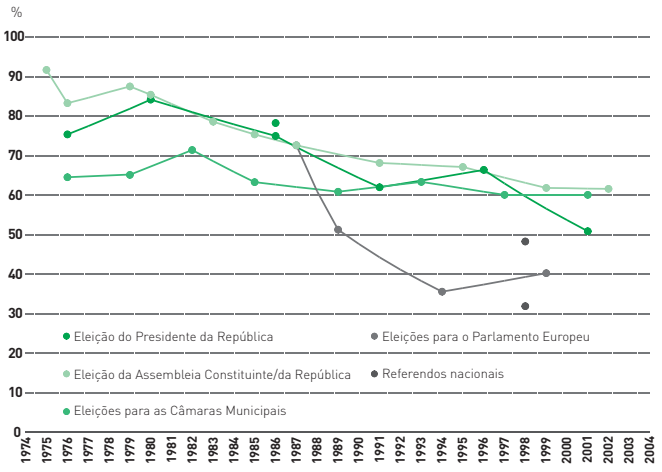
Desde o 25 de Abril de 1974, o processo eleitoral português contou já com trinta e um actos eleitorais gerais e dois referendos de âmbito nacional:

- 11 eleições legislativas (Assembleia Constituinte e Assembleia da República)
- 6 eleições presidenciais (uma delas com dois sufrágios)
- 8 eleições dos órgãos das autarquias locais (Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais)
- 4 eleições europeias (Parlamento Europeu)
- 2 referendos nacionais (sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e sobre a instituição das regiões administrativas)

A participação política nestes actos eleitorais tem sofrido uma redução ao longo dos últimos trinta anos. As eleições legislativas e as eleições para a Presidência da República são as que têm registado, em média, menores índices de abstenção em oposição às eleições autárquicas e, mais recentemente, às eleições para o Parlamento Europeu.

Evolução da participação política nos actos eleitorais gerais e nos referendos nacionais

Gráfico 16.2



Fonte: STAPE, Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna.
Nota: A participação política resulta do rácio entre votantes e eleitores inscritos.

Além da participação dos portugueses diferir consoante a natureza do acto eleitoral em causa, a própria evolução da proporção de eleitores a exercer o direito de voto tem exibido trajectórias distintas nos vários tipos de eleição. Com apenas duas excepções (entre 1976 e 1979 e entre 1999 e 2002), a participação política nas eleições legislativas tem registado decréscimos sucessivos, tendo atingido o mínimo em 2002, com 61,8% dos eleitores inscritos a ter exercido o direito de voto. As eleições presidenciais, embora com algumas oscilações, têm revelado também uma tendência de diminuição da participação política, de 75%, em 1976, para 51%, em 2001. As eleições autárquicas são, porventura, aquelas nas quais a participação política se tem revelado mais estável (entre os 60% e os 71%). A tendência decrescente observada nos três primeiros momentos eleitorais para o Parlamento Europeu (1987, 1989 e 1994) inverteu-se nas eleições de 1999, revelando, ainda assim, uma participação política de apenas 40,3%.

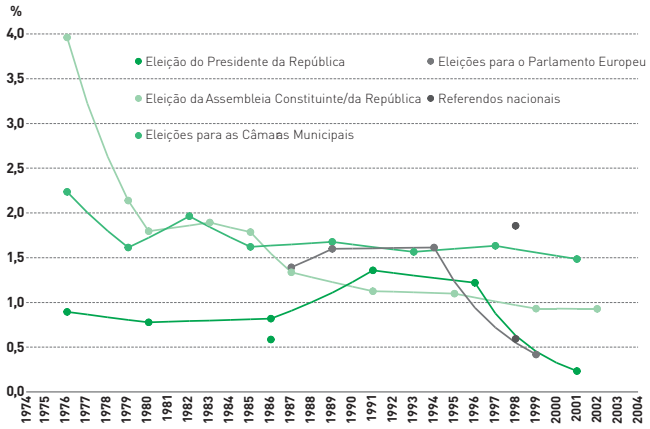
Os dois únicos referendos nacionais realizados em Portugal, ambos em 1998, registaram uma participação muito reduzida. Com efeito, em ambos os casos, menos de metade dos eleitores inscritos exerceram o direito de voto, tendo a abstenção atingido, no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, 68,1% dos inscritos.

Os votos considerados nulos, nos actos eleitorais gerais e nos referendos nacionais, têm variado entre 0,2% a 4,0% do total de votos, enquanto os votos em branco oscilaram entre 0,3% e 2,2%; em ambos os casos, não tem sido possível identificar uma tendência de evolução clara. Note-se que estes dois fenómenos têm afectado, em particular, os resultados eleitorais autárquicos.

No processo eleitoral português, importa anotar dois momentos particulares. Por um lado, o facto de as eleições para a Assembleia Constituinte, que marcaram o início deste período, terem registado a maior afluência de sempre às urnas: 91,7%. Por outro lado, as eleições para o Parlamento Europeu de 1994 registaram o mínimo histórico de todo o processo eleitoral português (excluindo os referendos nacionais), em termos de participação política, com o número de votantes a corresponder a pouco mais de um terço dos eleitores inscritos.

Evolução dos votos nulos nos actos eleitorais gerais e nos referendos nacionais

Gráfico 16.3



Fonte: STAPE, Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna.
Notas: Os votos nulos são analisados face ao total de votantes.

Resultados eleitorais

Quadro 16.1

	Eleitores inscritos	Votantes	Participação política	Abstenção	Votos nulos	Votos em branco
	Nº			%		
Eleições para a Presidência da República						
27-Jun-76	6 477 484	4 885 624	75.4	24.6	0.9	0.4
7-Dec-80	6 921 917	5 831 369	84.2	15.8	0.8	0.3
26-Jan-86 (1º sufrágio)	7 590 367	5 740 072	75.6	24.4	0.8	0.3
16-Fev-86 (2º sufrágio)	7 586 961	5 935 294	78.2	21.8	0.6	0.3
13-Jan-91	8 222 654	5 097 099	62.0	38.0	1.4	2.2
14-Jan-96	8 707 886	5 779 227	66.4	33.6	1.2	1.1
14-Jan-01	8 740 134	4 451 081	50.9	49.1	0.2	1.0
Eleições para a Assembleia Constituinte/da República						
25-Abr-75 (Constituinte)	6 177 698	5 666 696	91.7	8.3	-	6.9
25-Apr-76	6 477 602	5 393 853	83.3	16.7	4.0	0.8
2-Dec-79	6 757 152	5 915 168	87.5	12.5	2.1	0.7
5-Oct-80	6 925 243	5 917 355	85.4	14.6	1.8	0.6
25-Apr-83	7 159 349	5 629 996	78.6	21.4	1.9	0.7
6-Oct-85	7 621 504	5 744 321	75.4	24.6	1.8	0.8
19-Jul-87	7 741 149	5 623 128	72.6	27.4	1.3	0.9
6-Oct-91	8 322 481	5 674 332	68.2	31.8	1.1	0.8
1-Oct-95	8 719 404	5 854 425	67.1	32.9	1.1	0.8
10-Oct-99	8 673 822	5 363 906	61.8	38.2	0.9	1.1
17-Mar-02	8 716 949	5 433 924	62.3	37.7	0.9	1.0
Eleições para as Câmaras Municipais						
12-Dec-76	6 460 528	4 170 494	64.6	35.4	2.2	2.1
16-Dec-79	7 617 510	4 987 734	65.5	34.5	1.6	1.0
12-Dec-82	7 185 284	5 131 483	71.4	28.6	2.0	1.8
15-Dec-85	7 593 968	4 852 563	63.9	36.1	1.6	1.6
17-Dec-89	8 121 045	4 946 196	60.9	39.1	1.7	1.8
12-Dec-93	8 530 297	5 408 119	63.4	36.6	1.6	1.9
14-Dec-97	8 922 182	5 362 609	60.1	39.9	1.6	2.2
16-Dec-01	8 738 906	5 254 180	60.1	39.9	1.5	2.2
Eleições para o Parlamento Europeu						
19-Jul-87	7 741 223	5 622 984	72.6	27.4	1.4	1.2
18-Jun-89	8 053 168	4 129 707	51.3	48.7	1.6	1.6
12-Jun-94	8 490 435	3 024 634	35.6	64.4	1.6	1.6
13-Jun-99	8 600 643	3 465 301	40.3	59.7	0.4	1.4
Referendos nacionais						
sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez						
28-Jun-98	8 488 426	2 711 470	31.9	68.1	0.6	1.1
sobre a instituição das regiões administrativas						
8-Nov-98	8 636 842	4 171 099	48.3	51.7	1.9	1.4

Fonte: STAPE, Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna.